



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação – FE
Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado em Educação

MEIRE CRISTINA CUNHA

**EDUCAÇÃO POLÍTICA E AS TIC NOS FÓRUNS DE EJA DO
BRASIL: práticas e desafios nos casos do Distrito Federal e de
Goiás**

Brasília – DF
2014



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação – FE
Programa de Pós-Graduação em Educação
Mestrado em Educação

EDUCAÇÃO POLÍTICA E AS TIC NOS FÓRUMS DE EJA DO BRASIL: práticas e desafios nos casos do Distrito Federal e de Goiás

MEIRE CRISTINA CUNHA

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação (PPGE/FE) da Universidade de Brasília (UnB), na área de concentração em Educação, Tecnologia e Comunicação, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Educação.

Professor Orientador: Dr. Carlos Alberto Lopes de Sousa

Brasília-DF
Julho 2014



Universidade de Brasília – UnB
Faculdade de Educação – FE
Programa de Pós-graduação em Educação
Mestrado em Educação

Educação Política e as TIC nos Fóruns de EJA do Brasil: práticas e desafios nos casos do Distrito Federal e de Goiás

Meire Cristina Cunha

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APROVADA PELA SEGUINTE BANCA EXAMINADORA

Brasília, 02/ 07/ 2014

Prof. Dr. Carlos Alberto Lopes de Sousa
Universidade de Brasília
(Orientador)

Prof. Dr. Ricardo Spindola Mariz
Universidade Católica de Brasília
(Examinador externo)

Prof. Dr. Erlando da Silva Rêses
Universidade de Brasília
(Examinador interno)

Prof. Dr. Lúcio França Teles
Universidade de Brasília
(Examinador suplente)

Dedico este trabalho às filhas queridas, Carla e Luana, amores e luzes da minha vida. Como filhas, irmãs, netas, sobrinhas, afilhadas, primas, amigas, seres humanos e cidadãos, não me canso de cantar já que é a mais pura verdade: “Se todos fossem iguais a você[s]. Que maravilha,[seria] viver”.

Tom Jobim e Vinícius de Moraes

À irmã e madrinha amada por ter-me passado valores fundamentais e por ser a grande “culpada” por ser hoje apaixonada pela educação e causas sociais. A você, professora Maria Marli (em memória), meu amor e admiração eternos.

AGRADECIMENTOS

A Deus pelas “coisas” maravilhosas que colocou em meu caminho. Por nunca me abandonar, me dar força, sabedoria e coragem sempre, principalmente, pelas pessoas especiais que fizeram e fazem parte da minha caminhada. A melhor forma de agradecer-Lhe é lutando pelo bom e pelo justo, por aqueles que não tiveram as mesmas oportunidades que tive.

Às filhas amadas, Carla e Luana, pelo apoio nas horas difíceis e conforto nos momentos de ausência. Sobretudo, pela sensibilidade e compreensão por saberem ser “filhas da Meire Cunha”.

A toda minha família, especialmente à dona Terezinha, mãe amada e irmãos José Márcio, Gino, Marilene e Marli, meus portos seguros.

À Jaqueline de Jesus pelo exemplo, carinho, incentivo e inspiração. Obrigada por ser essa grande pesquisadora social, sobrinha querida. Orgulho de você, garota!

Ao orientador, que me acolheu com muita amorosidade, professor Carlos Lopes. Incrível quando podemos reunir afeto, rigor, paciência, cumplicidade, respeito e competência em uma única pessoa. Obrigada “prof” por acreditar em meu trabalho, por nossas conversas e orientações, principalmente pelas construções/desconstruções/reconstruções, coletivas, que fizeram dessa pesquisa algo bem melhor.

À Maria Luiza, orientadora de vida, pessoa que me fez enxergar a importância de compreendermos quem somos de verdade, de onde viemos e qual o sentido de estarmos aqui. Exemplo de SER humano que possibilitou minha trans-**formação**, deixo-lhe meu sincero agradecimento.

À Ariadiny, Danielly, Danielle e Luís Fernando por aceitarem participar de mais uma empreitada. À Emília, Margarida, Maria Luiza e Renato por, amorosamente, disporem de seus tempos para essa pesquisa. Agradeço a todos vocês por contribuírem, não só com esse estudo, mas com a EJA trabalhadores de qualidade social em nosso país. Carinho sempre!

À equipe do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil: Bianca, Danilo, Fernando, Joel, Letícia, professora Maria Lídia, Samuel, Thais e Wanderson. Especialmente à Danielle [minha Dani], por sua generosidade e doação aos movimentos sociais, pois aprendo com você todos os dias; e à Rita, pela competência e acolhida. As tecnologias interativas, além de contribuírem para a formação, também estreitam e firmam laços. É bom tê-las conosco.

À Mayra Ponteiro, essa mistura infinita e instigantemente única de chatice, doçura, competência, altruísmo e alegria, a qual me encanta todos os dias. Obrigada por existir e me fazer compreender melhor a educação a distância, sem distância.

Aos Fóruns de EJA do Brasil por todas as oportunidades de formação, apoiadas pelas TIC representadas pelo seu Portal. O que aprendi de formação político-pedagógica muito se deve à fricção nesse coletivo e em seu ambiente virtual.

Ao Álvaro Silva, Cida Zanetti, Cláudia Costa, Cláudio Roberto, Edmilson Leite, Irlanda Aglae, Janaina de Jesus, Joilson Ventura, Leila Maria, Liana Borges, Keila Alves, Kelma Soeiro, Márcia Melo, Neura Maria, Nilton Teixeira, Olavo Ferreira, Rafaela Pires, Ramuth

Marinho, Shirlene Correia e Zoraida Arruda. Bati, levei, aprendi, ensinei [espero], compartilhei experiências e saberes e evolui como ser humano, na dor, no amor, no coletivo, pelo coletivo. A vocês que fizeram parte desse meu amadurecimento como ser - com a vida e para a vida -, meus sinceros agradecimentos.

Aos companheiros do GTPA-Fórum EJA/DF por me permitirem descobrir as dores e as delícias de se construir coletivamente. Sinto, nesse grupo, em cada segmento que o compõe, o oxigênio necessário para continuar firme na peleJA. Avancemos...

Aos colegas da pós-graduação do PPGE/UnB pelas discussões pontuais regadas a bom humor, respeito, criatividade e, claro, nossos saborosos lanches coletivos. Em especial, Danilo, Edemir e Rita.

Aos professores da pós-graduação, Carlos Lopes, Erlando Rêses, Lúcio Teles e Raquel Moraes, por contribuírem enormemente para que este trabalho chegasse até aqui. Com carinho à professora Ângela Dias por cada sorriso, abraço, diálogo, viagens nos autores, sobretudo, por me apresentar ao “saber de experiência”.

À Edna Castro, Jaqueline Ventura, Jane Paiva, Maria Clara Di Pierro, Maria Margarida Machado, Renato Hilário dos Reis, Lúcio Teles, Leôncio Soares, Maria da Glória Gohn, Maria Luiza Pinho Pereira [Angelem] e Osmar Fávero, autores (companheiros) que foram parte fundante de minha formação, com os quais dialoguei em texto e em palavras, nos vários encontros dos quais participamos ou nos corredores da vida.

Aos funcionários da Faculdade de Educação/UnB pela paciência e carinho com todos os estudantes da graduação e da pós-graduação, especialmente ao Manuel, Nanci e Patrícia.

Aos colegas da Ouvidoria da NOVACAP por tantos incentivos, pelo crédito ao meu potencial, pela compreensão, carinho e companheirismo demonstrados nesses anos que estamos juntos.

A você, leitor e leitora deste trabalho, obrigada pela vinda. A você, pesquisador e pesquisadora, que, ao lê-lo, possa ressignificá-lo no sentido de contribuir com a EJA trabalhadores, meu respeito e sinceros agradecimentos. Avance, por favor, naquilo que não dei conta de avançar.

Aos que não estão presentes na escrita, mas, com certeza, estarão sempre em meu coração: obrigada por acreditarem em mim, me incentivarem e me apoiarem. VALEU!

*A maior riqueza do homem
é a sua incompletude.
Nesse ponto sou abastado.
Palavras me aceitam como sou - EU não aceito.*

*Não aguento ser apenas um sujeito que abre portas,
que puxa válvulas, que olha o relógio,
que compra pão às 6 horas da tarde,
que vai lá fora, que aponta lápis,
que vê a uva etc. etc.*

*Perdoai
Mas eu preciso ser Outros.
Eu penso renovar o homem usando borboletas.
Manoel de Barros*

RESUMO

O presente trabalho teve por objetivo principal analisar de que maneira os Fóruns de EJA do Distrito Federal (DF) e do Goiás (GO), seus respectivos sítios virtuais e o Portal dos Fóruns de EJA do Brasil contribuem com a educação política de estudantes de Pedagogia em espaços não escolares; e, concomitante a isso, identificar as práticas e os desafios de uma educação política, apoiada pelas tecnologias da informação e comunicação (TIC). Os Fóruns de EJA são uma nova configuração de movimento social na qual se constituem como coletivos organizados em três bases que se entrecruzam: dinâmica política territorial [municipal, estadual/distrital, regional e nacional], segmentos [educandos, educadores, movimento popular, sindicatos, universidades (estudantes e professores), gestores públicos, ONGs e Sistema S] e os temas da educação de jovens, adultos e idosos (EJA) trabalhadores: [educação profissional, indígena, quilombola, afro-brasileira, do campo, de gêneros, pessoas com necessidades educativas especiais e pessoas com deficiência, nas prisões, pescadores, ambiental e ribeirinhos, dentre outros]. O Portal nada mais é do que a extensão virtual desse coletivo, administrado por estudantes universitários, futuros pedagogos e demais licenciaturas, em sua maioria. Para a discussão de alguns temas e conceitos-chaves, a saber: educação política, movimentos sociais e TIC, os principais teóricos foram Manuel Castells (1999; 2003; 2013), Maria da Glória Gohn (2008; 2010; 2011), Paulo Freire (1996; 1997; 2011) e Pierre Lévy (1996; 1999; 2007). A natureza da pesquisa foi qualitativa, sendo a principal estratégia metodológica utilizada o estudo de caso, com pesquisa de campo exploratória e pesquisa documental. Realizei entrevistas individuais semiestruturadas com oito integrantes do segmento universidade - quatro da Universidade de Brasília (UnB) e quatro da Universidade Federal de Goiás (UFG) - militantes da EJA trabalhadores em seus respectivos Fóruns: GTPA-Fórum EJA/DF e Fórum de EJA de GO, *locus* da pesquisa. A partir de um roteiro contendo 21 itens de perguntas, uma aberta, foram criadas cinco categorias de análise: Sujeitos, Presencial, Práticas de Educação Política, Virtual e Práticas e Desafios. Na fala dos participantes, evidenciou-se a preocupação de o Portal não ser visto apenas como um repositório de conteúdo. Contudo, para torná-lo um espaço de educação política, é preciso avançar tanto na formação de base das pessoas que o acessam, prioritariamente os integrantes dos Fóruns, quanto na questão da interatividade destes com os conteúdos postados. Infere-se, também, que, para haver educação política, faz-se necessária uma efetiva interação entre os sujeitos implicados e os conteúdos disponíveis, seja naquela que ocorre no espaço presencial seja no ambiente virtual. A partir dessa pesquisa, fica claro o papel do segmento universidade tanto por meio dos professores que oportunizam formação político-pedagógica e tecnológica - no exercício do tripé ensino-pesquisa-extensão - em projetos e programas que contemplem o diálogo com os movimentos sociais nas Instituições de Ensino Superior (IES), quanto dos estudantes que, ao se formarem politicamente, administram de maneira mais crítica o ambiente virtual dos seus Fóruns de EJA e o Portal. Dessa forma, esse segmento possibilita que outras pessoas se eduquem politicamente por intermédio de um portal colaborativo, inclusive colocando o conhecimento produzido a serviço dos movimentos sociais que militam por uma educação de qualidade social em nosso país.

Palavra-chave: Educação política, TIC, Fóruns de EJA, Portal

ABSTRACT

The present work aimed to analyze how YAE forum from Federal District (FD) and Goiás (GO), their respective virtual sites and YAE web portals within Brazil contribute to the political education of students of Pedagogy in non-school areas; and, concomitant with this, identify the practices and challenges of a political education, supported or not by information and communication technologies (ICT). YAE forums are a new configuration of social movement in which are constituted as organized collective into three bases intersect: dynamic territorial policy [local, state/provincial, regional and national], segments [students, educators, popular movement, labor unions, universities (students and teachers), public administrators, NGOs and S System] and the themes of youth and adult education (YAE) workers: professional education (PE), afro-Brazilian, Indigenous people, quilombola, the field of gender, students with special educational needs and disabled people, education in prisons, fishermen, environmental and riverside population, among others. The web portal is nothing more than a virtual extension of this collective, run mostly by university students (future educators) and other degrees. For the discussion of some key concepts and themes, such as: political education, ICT and social movements, the main theoreticians were Manuel Castells (1999, 2003, 2013), Maria da Gloria Gohn (2008, 2010; 2011), Paulo Freire (1996, 1997, 2011) and Pierre Lévy (1996; 1999, 2007). The nature of the research was qualitative and the main methodological approach was case study with exploratory field research and documentary research. It was realized individual semi-structured interviews with eight members of the university sector, four from the University of Brasília (UnB) and four from the Federal University of Goiás (FUG), YAE militant workers in their respective Forums: GTPA-YAE/FD Forum and YAE/GO Forum, locus of research. From a script containing 21 items of questions, one open, five categories were created: Subjects, Presential, Practice of political Education, Virtual and Practices and Challenges. According to participants, it is evident the concern that the Portal be regarded not just as a content repository. However, to make it a space for political education they need to advance in both, the basic training of people looking at it, primarily the members of the Forum, as the issue of these interactivity with the content posted. Therefore, for political education is necessary the interaction between the subjects involved and content available, both in the presential field and also in the virtual space. From this research, it is clear the role of the university sector, both by the teachers who promote political-pedagogical and technological training, exercising tripod teaching-research-extension, in projects and programs that address the dialogue with social movements in Higher Education Institutions (HEIs), as the students that when they have political background, manage more critically the virtual environment of their respective websites and YAE portals within Brazil. So that, this segment allows other people to educate politically through a collaborative portal, including putting the knowledge produced in the service of social movements militating for an education of social quality in our country.

Keywords: Political education, ICT, Forums YAE, Portal

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ADUnB - Associação Docente da Universidade de Brasília
AJA - Alfabetização de Jovens e Adultos
ANPED - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
ASPBAE - Associação da Ásia do Pacífico Sul para a Educação Básica e Adulto
AVA – Ambiente Virtual de Aprendizagem
BA – Bahia
CA - Centro Acadêmico
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAREMAS - Centro de Alfabetização do Recanto das Emas
CDT - Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico
CDTC - Centro de Desenvolvimento de Tecnologia e Conhecimento
CEAA - Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos
CEB – Câmara de Educação Básica
CEM – Centro de Ensino Médio
CEPACS - Centro de Educação Pesquisa Alfabetização e Cultura de Sobradinho
CEPAFRE - Centro de Educação Paulo Freire, na Ceilândia
CESAS - Centro Educação de Jovens e Adultos da Asa Sul
CF - Constituição Federal
CLDF - Câmara Legislativa do Distrito Federal
CMV - Centro Memória Viva
CNAEJA - Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos
CNBB - Conferência Nacional de Bispos do Brasil
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNER - Campanha Nacional de Educação Rural
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAE - Conferência Nacional de Educação
CONFINTEA - Conferência Internacional de Educação de Adultos
CONSUNI – Conselho Universitário
CPC - Centro Popular de Cultura
DEX - Decanato de Extensão
DODF - Diário Oficial do Distrito Federal
EaD – Educação a Distância
EC - Emenda Constitucional
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
EJA - Educação de Jovens e Adultos [e idosos Trabalhadores]
ENCCEJA - Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos
ENEJA - Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
EP - Educação Profissional
EREJA - Encontro Regional de EJA
ETC – Escola Técnica da Ceilândia
FE - Faculdade de Educação
FIC – Formação Inicial e Continuada
FISC - Fórum Internacional da Sociedade Civil
GEAJA - Grupo de Estudos de Adolescentes, Jovens e Adultos
GENPEX - Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Popular e Estudos Filosóficos e Histórico-Culturais

GT – Grupo de Trabalho
GTPA - Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICAE - Conselho Internacional para Educação de Adultos
ICHS - Instituto de Ciências Humanas e Sociais
IES - Instituições de Ensino Superior
IFG - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
IFT - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
JUC - Juventude Universitária Católica
LDBEN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LGBTTS - Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e simpatizantes
MCP - Movimento de Cultura Popular
MEB - Movimento de Educação de Base
MEC - Ministério da Educação
MECE - Movimento de Educação e Cultura da Estrutural
MMM - Movimento por um Mundo Melhor
MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização
MOPOCEM - Movimento Por uma Ceilândia Melhor
MOVA – Movimento de Alfabetização
MTC – Métodos e Técnicas
OBEDUC - Observatório da Educação
ONG - Organização Não Governamental
PA – Pará
PAC - Programa de Extensão de Ação Contínua
PAD – Planejamento e Administração
PAS - Programa Alfabetização Solidária
PB – Paraíba
PBA - Programa Brasil Alfabetizado
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PIB - Produto Interno Bruto
PIBEX - Programa Institucional de Bolsas de Extensão
PL – Projeto de Lei
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PNA - Programa Nacional de Alfabetização
PNAC - Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania
PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNE - Plano Nacional de Educação
PNEE - Pessoa com Necessidades Educativas Especiais
PNLA - Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos
PPGE - Pós-Graduação em Educação
PPI - Projeto Político Institucional
PPP - Projeto Político Pedagógico
PRA LAPIDAR - Casa de Paulo Freire
PRN - Partido da Reconstrução Nacional
PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade da Educação de Jovens e Adultos
PROJOVEM - Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária

PRONACAMPO - Programa Nacional de Educação do Campo
PRONATEC - Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PROUNI - Programa Universidade para Todos
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT - Partido dos Trabalhadores
RA - Região Administrativa
REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RN - Rio Grande do Norte
RS – Rio Grande do Sul
SAEB - Sistema de Avaliação da Educação Básica
SECADI - Secretaria Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEEDF - Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal
SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT - Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte
SESC - Serviço Social do Comércio
SESI - Serviço Social da Indústria
SETEC - Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SEU.EJA - Segmento Estudantes Universitários em prol da EJA
SINDSER -Sindicato dos Servidores e Empregados da Administração Direta, Fundacional, das Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Distrito Federal
SINPRO - Sindicato dos Professores do DF
SISU - Sistema de Seleção Unificada
SME – Secretaria Municipal de Educação
SNF – Seminário Nacional de Formação
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TEF – Teoria e Fundamentos
TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação
UAB - Universidade Aberta do Brasil
UCB - Universidade Católica de Brasília
UCG - Universidade Católica de Goiás
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFG - Universidade Federal de Goiás
UFMS- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso
UnB - Universidade de Brasília
UNE - União Nacional dos Estudantes
UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
UNICAMP – Universidade de Campinas
UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa
USAID - United States Agency for International Development

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Página principal do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil (www.forumeja.org.br)....	20
Figura 2: Equipe do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil em ago./2009: na frente (Samuel, Maria Luiza, Reginaldo, Isadora, Juliana Arraes e Juliana Gonçalves), atrás (Luis, Tiel, Meire, Andréia e João Felipe).....	21
Figura 3: Oficina via bate papo para as administradoras do Fórum de EJA da Bahia (BA) – 27 jul./ 2011.....	24
Figura 4: Fórum de Discussão para a construção dos sítios virtuais do Portal – 2007	25
Figura 5: Oficinas presenciais - II SNF Goiânia/GO/mai./2007 e Formação no Campus da UFG/ago/2007	25
Figura 6: Manuais de Aprendizagem – versões 3.0, 4.0, 5.0 e 6.0.....	26
Figura 7: Oficina presencial durante o X ENEJA - Rio das Ostras/RJ/ago./2008	27
Figura 8: Da esquerda para a direita: encerramento do FISC/nov., abertura e plenária da VI CONFINTEA/dez. de 2009.....	29
Figura 9: Oficina do Portal - Cuiabá/MT/jul.....	30
Figura 10: Grupo de Trabalho – Belém/PA/set.....	30
Figura 11: 1ª Oficina semipresencial por acesso remoto – Equipe nacional na UnB/DF e integrantes dos Fóruns regionais de EJA do MT, em Cuiabá/MT – abr./2010.....	30
Figura 12: Da esquerda para a direita: Roda de Tereré, Campo Grande/MS/jun.; Oficina Palmas/TO, jul.; GT Centro de Referência e Portal, Salvador/BA/set.; XI Semana Universitária/UnB/DF/out. - 2011	33
Figura 13: Transmissão streaming de vídeos no XII ENEJA, Salvador/BA, 09/2011.....	33
Figura 14: Oficina do Portal para os Administradores dos Fóruns Regionais de Mato Grosso fev./2014.....	34
Figura 15: Tópico no fórum de discussão “Pesquisa-ação”, de 10/10 a 05/12 de 2011.....	35
Figura 16: Subtópico “Nosso Percurso até o Portal”.....	37
Figura 17: Subtópico “Qual(ais) estratégia(s) de aprendizagem você experimentou?”.....	37
Figura 18: Subtópico “Qual estratégia de aprendizagem foi mais significativa?”.....	38
Figura 19: Formação qualificando as práticas e a serviço do movimento.....	38

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxa de não alfabetizados entre pessoas com 15 anos ou mais, por Grandes Regiões	44
Gráfico 2: Taxa de desocupação de pessoas com 15 anos ou mais, segundo Grandes Regiões, 2009-2011	44

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Cinco categorias de análise a partir dos vinte itens de perguntas do roteiro das entrevistas	158
--	-----

SUMÁRIO

PARTE 1: UMA FORMAÇÃO PARA A VIDA: VÁRIAS HISTÓRIAS, MINHA MEMÓRIA.....	19
“Não sei se a vida é curta ou longa para nós, mas sei que nada do que vivemos tem sentido se não tocarmos o coração das pessoas”.....	19
“Muitas vezes basta ser: colo que acolhe, braço que envolve, palavra que conforta, silêncio que respeita, alegria que contagia, lágrima que corre, olhar que acaricia, desejo que sacia, amor que promove”.....	23
“E isso não é coisa de outro mundo, é o que dá sentido à vida.”.....	28
“É o que faz com que ela não seja nem curta, nem longa demais, mas que seja intensa, verdadeira, pura enquanto durar”.....	31
“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina”.....	35
CAPÍTULO I: LUZ – educação de jovens, adultos e idosos TRABALHADORES.....	41
1.1 Introdução.....	41
1.2 Objetivos.....	48
1.2.1 Objetivo geral.....	48
1.2.2 Objetivos específicos.....	48
1.3 Problematizando os Percursos da Pesquisa.....	49
1.3.1 O Movimento dos Fóruns de EJA do Brasil.....	49
1.3.2 O Portal como extensão dos Fóruns de EJA do Brasil.....	53
1.4 Tensões na EJA Trabalhadores: Breve Histórico.....	57
1.4.1 A EJA Trabalhadores nas décadas de 80 e 90: Leis e Diretrizes.....	60
1.4.2 Programas e Projetos voltados à EJA trabalhadores.....	62
CAPÍTULO II: CÂMERA - REFERENCIAL TEÓRICO.....	68
2.1 Educação Política: popular libertadora.....	68
2.2 Educação política: uma construção na sociedade em conflito.....	71
2.3 Educação política: formação em espaços não escolares – movimentos sociais e redes sociais digitais.....	75
2.3.1 Movimentos sociais: algumas concepções.....	75
2.3.2 Movimentos sociais em redes digitais.....	79
2.4 As TIC possibilitando uma educação mais crítica.....	84
2.4.1 O uso crítico das TIC a serviço de um coletivo.....	84
2.5 O ambiente virtual como lugar de produção do conhecimento de forma colaborativa: o Portal como espaço de educação política.....	87
CAPÍTULO III: EDUCAÇÃO – METODOLOGIA.....	91
3.1 Procedimentos metodológicos.....	91
3.2 Técnicas de pesquisa.....	92
3.3 Fóruns EJA do GO e do GTPA-Fórum EJA/DF.....	94
3.4 Os Sujeitos da pesquisa.....	97
3.5 Ensino-Pesquisa-Extensão na UnB e na UFG.....	99
CAPÍTULO IV: GRAVANDO - RESULTADO DAS ENTREVISTAS.....	102

4.1	Análise e Discussão das Entrevistas.....	102
4.1.1	Sujeitos	103
4.1.2	Presencial.....	106
4.1.3	Práticas de Educação Política	110
4.1.4	Virtual.....	115
4.1.5	Práticas e Desafios.....	125
	CONSIDERAÇÕES – O “FINAL” É SEMPRE UM BOM COMEÇO	135
	REFERÊNCIAS	148
	APÊNDICES	155

APRESENTAÇÃO

A presente dissertação de mestrado - apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB) e orientada pelo professor Dr. Carlos Alberto Lopes de Sousa - teve como objetivo principal analisar os modos como os Fóruns de EJA do Distrito Federal (DF) e do Goiás (GO), os sítios virtuais¹ desses Fóruns e o Portal dos Fóruns de EJA do Brasil contribuem com a educação política de estudantes de Pedagogia em espaços não escolares². Concomitantemente a essa investigação, pretendeu-se ainda identificar as práticas e os desafios de uma educação política apoiada³ pelas tecnologias da informação e comunicação (TIC).

A linguagem audiovisual foi figura presente em meu processo formativo e fundamental nas atividades da equipe do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil, da qual sou integrante. Atualmente, uma das grandes demandas da equipe está na filmagem, edição e publicação de vídeos no Portal - frutos dos diversos encontros da educação de jovens, adultos e idosos (EJA) trabalhadores⁴ nos diferentes níveis: internacional, nacional, regional, estadual e distrital. Portanto, nada mais pontual do que me apropriar da expressão, reconfigurada, da sétima arte, “Luz, câmera, [educ]AÇÃO...gravando” para apresentar este estudo.

O referido trabalho está dividido em duas partes: Memorial e Dissertação:

Parte 1 – Memorial – Considerei fundamental incluir meu memorial neste trabalho justamente por ter a oportunidade de explicar e fundamentar minhas escolhas, principalmente, o sentido deste “objeto”. Apesar de algumas – poucas, mas essenciais - passagens de minha trajetória pessoal, o que prevalece na escrita é a descrição do quanto os Fóruns de EJA do Brasil e o seu Portal contribuíram com a minha formação político-pedagógica e tecnológica, sobretudo, na constituição do *meu Ser*⁵ (REIS, 2000, p. 44). Para registrar meu percurso formativo no exercício do tripé ensino-pesquisa-extensão da Universidade de Brasília (UnB), inspirei-me nos versos da poetisa Cora Coralina, detendo-me nos versos que remetem aos

¹ Tradução utilizada pela equipe do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil para *sites*.

² Neste estudo, abordo e considero como espaços “não escolares” os espaços educativos provocados e estruturados pelos movimentos sociais: espaços presenciais e ambientes apoiados pelas TIC. Porém, compreendo que a definição de escolar e não escolar, real/presencial/vivencial e atravessado pelo ciberespaço/virtual, é bastante reduzida para a realidade atual.

³ Diversos autores utilizam a expressão “mediado(a)”. Entretanto, por entender, em Vygotsky, que mediar é uma atividade humana a qual implica necessariamente intervenção e, principalmente, por compreender que as tecnologias, sozinhas, não são capazes de exercer tal função, neste estudo, adotarei a expressão “apoiado(a)”.

⁴ Optei por adotar a expressão EJA trabalhadores, defendida e utilizada pelo GTPA-Fórum EJA/DF, por também compreender que os sujeitos da EJA são jovens, adultos e idosos trabalhadores, inseridos no mundo do trabalho.

⁵ Sujeito político (epistemológico, amoroso).

desafios, inquietações, descobertas, reflexões, estratégias e aprendizados pessoais - e coletivos - que integraram toda essa trajetória.

Parte 2 – Dissertação - Está dividida em quatro capítulos distintos: Capítulo I (Luz) – EJA Trabalhadores, Fóruns de EJA do Brasil e seu Portal; Capítulo II (Câmera) – Referencial teórico; Capítulo III (educAÇÃO) – Metodologia; Capítulo IV (Gravando) – Análise e discussão dos resultados.

Para uma melhor compreensão desse estudo, no Capítulo I foi apresentado um panorama da EJA trabalhadores, desde as campanhas e movimentos na década de 40, perpassando os programas dos anos 90, até os dias atuais. Os Fóruns de EJA do Brasil serão abordados para descrever a prática social, as tensões e os conflitos existentes no campo da EJA trabalhadores e o papel da sociedade civil organizada na militância pelo direito à educação de qualidade social no país. Em seguida, o Portal é estudado para contextualizar o ambiente virtual como extensão dos Fóruns de EJA, além de justificar a escolha do objeto de investigação e o problema a ser investigado. Neste capítulo também serão expostos os objetivos, geral e específico, desta pesquisa.

O Capítulo II - intitulado como “Câmera”, por pretender uma analogia à preparação para uma filmagem, nesse caso, a base teórica que norteia a pesquisa - destina-se à apresentação da pesquisa da produção bibliográfica sobre as ideias-chave tratadas nesta pesquisa, a saber: educação política, movimentos sociais e TIC.

No Capítulo III - “[educ]AÇÃO”, já que os procedimentos metodológicos darão movimento à pesquisa - será apresentada a metodologia utilizada. O capítulo está dividido em quatro seções: a primeira que trata do tipo de pesquisa; a segunda com as técnicas que foram utilizadas; a terceira, com a descrição dos objetos e sujeitos participantes dessa pesquisa; por último, a quarta que aborda as universidades de Brasília e de Goiás no exercício do tripé ensino-pesquisa-extensão.

Por fim, o Capítulo IV - “Gravando”, assim denominado por trazer as transcrições das entrevistas realizadas e a análise das falas dos sujeitos entrevistados, bem como a discussão dessas - apresenta o roteiro das entrevistas disposto nas cinco categorias criadas: sujeitos, presencial, práticas de educação política, virtual e práticas desafios.

“Avancemos em nossa construção coletiva”⁶, por uma educação mais crítica e de qualidade social: Luz, câmera, [educ]AÇÃO...gravando!

⁶ Expressão utilizada na página principal dos Fóruns de EJA do Brasil (www.forumeja.org.br).

PARTE 1: UMA FORMAÇÃO PARA A VIDA: VÁRIAS HISTÓRIAS, MINHA MEMÓRIA

Para algumas pessoas, pesquisadoras ou não, de correntes mais racionalistas, pode soar estranho e até desnecessário o **Memorial** em produções acadêmicas. No entanto, considero fundamental o registro de minha trajetória pessoal e, sobretudo, percurso acadêmico, para a compreensão do sentido deste estudo. Principalmente, no entendimento da importância de uma formação político-pedagógica - em espaços não escolares, apoiada pelas tecnologias, no exercício do tripé ensino-pesquisa-extensão – voltada a estudantes do curso de licenciatura em Pedagogia. Desse modo, neste capítulo apresentarei as passagens mais significativas para esta pesquisa.

“Não sei se a vida é curta ou longa para nós, mas sei que nada do que vivemos tem sentido se não tocarmos o coração das pessoas”.
Cora Coralina

Meu percurso acadêmico começou a ser trilhado no segundo semestre de 2005, após a aprovação para o curso de licenciatura em Pedagogia da Universidade de Brasília (UnB). Fui a segunda filha do senhor Jonas (em memória) e da dona Terezinha a entrar em uma universidade federal. A primeira – e primogênita - se formou no mesmo curso, pela mesma universidade pública federal, na década de 70.

Meus pais - mineiros de Santo Antônio do Itambé, cidadezinha próxima à Diamantina, Minas Gerais (MG) - chegaram à Brasília, em 1957, a fim de contribuírem com a construção da nova capital. Assim como tantos outros candangos⁷. Aqui, educaram seus onze filhos. Todos estudaram. Uns mais, outros menos. Mesmo com todas as dificuldades enfrentadas, sempre lutaram para darem a seus filhos aquilo que a vida sofrida havia lhes tirado como direito universal: acesso à educação básica pública de qualidade social.

O currículo do curso de licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Educação (FE)/UnB é dividido em disciplinas - obrigatórias e optativas - e projetos. Em março de 2006, com o objetivo de integralizar os projetos ao meu currículo, optei pelo Projeto de Pesquisa 3

⁷ Termo dado a cada um dos trabalhadores - dos vários Estados brasileiros - que migraram para Brasília, nas décadas de 50 e 60, a fim de contribuir com a sua construção.

Portal dos Fóruns de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Brasil⁸ (www.forumeja.org.br), na época, coordenado pela professora Maria Luiza Pinho Pereira [Angelim], integrante⁹ do Grupo de Trabalho Pró-Alfabetização (GTPA)-Fórum EJA do Distrito Federal (DF).

Figura 1: Página principal do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil (www.forumeja.org.br)



Fonte: *Print screen* da página principal do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil, 14 jan. 2014

Os projetos são espaços curriculares específicos do curso de licenciatura em Pedagogia da FE/UnB os quais possuem as seguintes características: a. articulação com o ensino-pesquisa-extensão; b. orientados por um docente da FE/UnB; c. desenvolvidos em diferentes áreas temáticas; d. ao final de oito semestres, o estudante realizará um Trabalho Final de Curso (TCC). Ademais, podem “assumir diferentes linguagens, modalidades e formatos” (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA/FE, 2012, p. 13). O Projeto 3/FE/UnB, especialmente, possui três fases (I, II e III), com seis créditos cada.

A partir desse projeto, dei início a uma pesquisa-ação na qual fui, ao mesmo tempo, investigadora e investigada. Investigada, porque essa foi a segunda vez a me deparar com a EJA trabalhadores. A primeira foi em 1992, quando, por diversos fatores, precisei me matricular no terceiro segmento da EJA trabalhadores, o equivalente ao ensino médio. Naquela época, a concepção de educação de adultos era ainda a do antigo ensino supletivo, caracterizado pelo aligeiramento e o não entendimento do universo dos educandos, suas necessidades e especificidades. Na percepção de alguns, na “condição de marginalizados culturais”. (VENTURA, 2011, p. 72). Por esse motivo, permaneci pouco menos que dois

⁸ Atual Programa de Extensão de Ação Contínua (PEAC) e Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), vinculados ao Decanato de Extensão (DEX)/UnB.

⁹ Em 2006, era a representante do GTPA Fórum EJA/DF.

meses nessa modalidade e só retornei para concluir os estudos anos mais tarde, optando pelo ensino regular.

Até 2013, o Projeto 3/FE/UnB/Portal era a incubadora¹⁰ que preparava o estudante do curso de licenciatura em Pedagogia/FE/UnB para imergir nos Fóruns de EJA do Brasil e em seu Portal. Por conseguinte, no final de 2006, fui convidada a integrar a equipe de auxiliares de pesquisa do Portal. A partir dessa oportunidade, passei a pesquisar e experimentar novas ferramentas que pudessem contribuir com o desenvolvimento desse ambiente virtual, sempre na perspectiva da construção coletiva que “se apresenta como ideia-força capaz de articular as singularidades, num esforço propiciador da potencialização dos indivíduos, elevando-se ao autêntico processo de sua humanização e libertação criadora.” (CONSULTA POPULAR, 1999, p. 1).

Figura 2: Equipe do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil em ago./2009: na frente (Samuel, Maria Luiza, Reginaldo, Isadora, Juliana Arraes e Juliana Gonçalves), atrás (Luis, Tiel, Meire, Andréia e João Felipe)



Fonte: Portal dos Fóruns de EJA do Brasil (www.forumeja.org.br)

Construção coletiva não é fácil, visto que as coisas nunca são dadas ou estão prontas. Tudo é processual, inclusive o autoconhecimento que se faz necessário no sentido de nos fazer compreender as questões relacionadas ao tempo: o nosso, o do outro e o do coletivo.

A proposta de se aprender e de se ensinar - apoiados pelo Portal - foi bastante desafiadora, mas, ao mesmo tempo, conflituosa. Esses conflitos não surgiram nas disciplinas. Foi na equipe do Portal que descobri: ainda que nosso discurso seja libertador, nossas práticas continuam opressoras porque buscamos nos libertar sozinhos. Acredito, pois, que o grande desafio para o educador, que busca trabalhar na perspectiva libertadora de Paulo Freire, é libertar-se do opressor - seu hóspede - libertando-o em comunhão (FREIRE, 2011).

¹⁰ Espaço organizado de formação coletiva no trabalho, que alia conhecimentos científicos e saberes populares na universidade e/ou escola (www.forumeja.org.br/telecentros).

Nesse sentido, a primeira contribuição do Portal em meu processo formativo foi me desafiar a aprender, para multiplicar. Portanto, não a fim de acumular conhecimento em causa própria, mas, formar outras pessoas. A segunda foi a conquista da autonomia. Conseqüentemente, o direito à luta pela libertação - individual e coletiva. Na equipe, em equipe, fomos nos constituindo sujeitos da ação, já que, de acordo com René Barbier (2004, p. 19), o pesquisador em pesquisa-ação é “autor de sua prática e de seu discurso”.

Minha segunda incubadora foi o GTPA-Fórum EJA/DF. Comecei cautelosa nas reuniões, buscando ouvir atentamente na tentativa de entender o que aquele tanto de pessoas diferentes, de lugares diferentes, de entidades diferentes¹¹ faziam juntas. Para compreender melhor o movimento do próprio Movimento, resolvi administrar o sítio virtual do GTPA-Fórum EJA/DF.

Essa experiência me qualificou para iniciar nas orientações aos administradores de alguns sítios virtuais dos Fóruns de EJA do Brasil. Esclareço que estes são - estudantes ou integrantes de outros segmentos - que têm a função de gerenciar os conteúdos dos ambientes virtuais dos Fóruns. Sobretudo, exercem o papel fundamental de digitalizar, virtualizar, publicizar, atualizar e divulgar os conteúdos e as ações coletivas dos Fóruns em seu ambiente virtual.

Além dessas vivências, a participação orgânica nas reuniões do GTPA-Fórum EJA/DF e do Projeto 3/FE/UnB/Portal fez-me redescobri como uma trabalhadora sindicalizada. Ao me qualificar no movimento social - atravessada pelas TIC - acabei contribuindo com minha categoria. Em 2006, fiz pesquisa interna na Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (NOVACAP), empresa pública na qual trabalho, e descobri que 37% dos trabalhadores não tinham concluído o ensino fundamental. Os resultados dessa pesquisa foram repassados ao Sindicato dos Servidores e Empregados da Administração Direta, Fundacional, das Autarquias, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista do Distrito Federal (SINDSER) que passou a planejar estratégias de formação para os empregados e incluí-las como itens da data base.

Após experimentar outras possibilidades de formação político-pedagógica e tecnológica provocadas pelo Projeto 3/FE/UnB/Portal, nos diversos espaços - presenciais e virtuais - fiz a opção acadêmica e social pelo ensino-pesquisa-extensão e militância no campo da EJA voltado à **classe trabalhadora**.

¹¹ Ainda não compreendia a fundo a divisão por segmentos da EJA trabalhadores.

“Muitas vezes basta ser: colo que acolhe, braço que envolve, palavra que conforta, silêncio que respeita, alegria que contagia, lágrima que corre, olhar que acaricia, desejo que sacia, amor que promove”.
Cora Coralina

Apesar de o Portal ser desenvolvido em ambiente virtual, apropriar-me das TIC só passou a fazer sentido quando compreendi as razões políticas e sociais desse ato. A exemplo dos integrantes mais antigos da equipe do Portal¹², passei a militar em defesa pelo uso de softwares livres. Por essa razão, aprofundi em pesquisas nas tecnologias necessárias para a construção e o desenvolvimento desse ambiente, nos seguintes *softwares* livres: *Drupal e Joomla* (gerenciamento de conteúdo para *websites*), *phpBB* (fórum de discussão), *NVU/Komposer*¹³ (edição em *html*¹⁴), *gVim* (editor em PHP¹⁵), *Isncape*¹⁶ (criação de gráficos vetoriais), *Gimp*¹⁷ (manipulação de imagens), *Cinelerra*¹⁸ (edição de vídeos), *phpMyAdmin* (criação de banco de dados), *TeamViewer* (acesso remoto¹⁹), *PSPP*²⁰ (análise estatística de dados) e *Livestream e Ustream* (transmissão *streaming* de vídeos).

Quando ingressei no curso de licenciatura em Pedagogia precisei de auxílio para criar os slides, em *power point*, do primeiro seminário em grupo. Um ano após, pelas diversas oportunidades de formação que o Projeto 3/FE/UnB/Portal me proporcionou, não só havia aprendido o básico como já dava formação em tecnologias avançadas para a realidade de uma futura pedagoga. Tudo isso sem pagar um único curso. Aprendi a aprender com o outro. Ensinei e aprendi com todos os envolvidos no processo: equipe do Portal nacional²¹ e administradores dos sítios virtuais dos Fóruns estaduais.

Além das demandas de criação, desenvolvimento e manutenção do Portal, a equipe nacional era responsável por orientar os administradores dos vinte e seis sítios virtuais dos Fóruns estaduais de EJA e os de alguns sítios dos temas da EJA trabalhadores, a saber: educação profissional (EP) (<http://forumeja.org.br/pf/>) e GT 18 da Associação Nacional de

¹² Professores: Leonardo Lazarte (IE/CDTC/UnB), Lúcio Teles (FE/UnB) e Maria Luiza Pinho Pereira [Angelim] (FE/UnB); e auxiliares de pesquisa: Ezequiel Neves (Tiel) e João Felipe de Souza, ambos (FE/UnB).

¹³ Correspondente ao software proprietário *Front Page*.

¹⁴ Todo *site* precisa gerar um *Hypertext Markup Language (HTML)*, para que possa ser lido corretamente por um navegador de Internet.

¹⁵ *Personal Home Page* - linguagem de programação livre utilizada para gerar conteúdo na Internet.

¹⁶ Correspondente ao software proprietário *Corel Draw*.

¹⁷ Correspondente ao software proprietário *Photoshop*.

¹⁸ Correspondente ao software proprietário *Adobe Premiere Element's*.

¹⁹ Ato de acessar um computador através de outro.

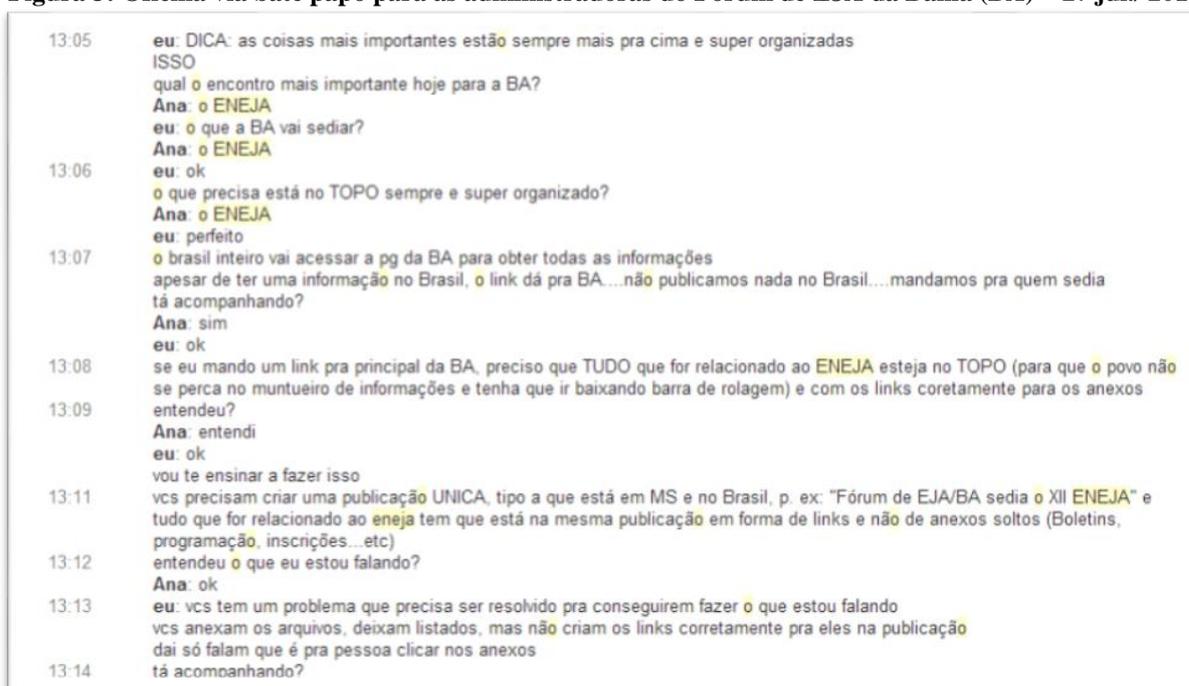
²⁰ Correspondente ao software proprietário *Statistical Package for the Social Science (SPSS)*.

²¹ Formada pelos estudantes da UnB.

Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) (<http://forumeja.org.br/gt18/>). Os sítios virtuais do Brasil (<http://forumeja.org.br/brasil>) e do GTPA-Fórum EJA/DF (<http://forumeja.org.br/df/>) sempre foram administrados por integrantes da equipe do Portal nacional.

As primeiras orientações aos administradores foram realizadas via e-mail ou bate papo: *Gmail, MSN, Orkut, Facebook*. Entretanto, apesar de estratégia amplamente utilizada pela equipe nacional, os *e-mails* dificultavam um pouco as orientações, por se tratar de uma comunicação assíncrona. Diferentemente - pelo bate papo - como a comunicação acontece de maneira simultânea, ou seja, síncrona, nos proporcionava uma formação mais qualificada, pois, viabilizava a interação entre a equipe nacional e a equipe de cada sítio virtual dos Fóruns estaduais de EJA.

Figura 3: Oficina via bate papo para as administradoras do Fórum de EJA da Bahia (BA) – 27 jul./ 2011



Fonte: *Print screen* feita pela pesquisadora da página do seu *gmail* pessoal, 05 jul. 2014

Outro espaço que a equipe utilizou nas orientações foi o fórum de discussão, desenvolvido em phpBB (www.forumeja.org.br/forum), tópico “Construção dos sítios virtuais do Portal”. Nesse espaço, os administradores postavam suas dúvidas e a equipe nacional às respondia de forma a contribuir com todos os administradores que acessavam a plataforma. No fórum, assim como no *e-mail*, a comunicação também se dava de maneira assíncrona. Todavia, os assuntos ficavam registrados de forma mais organizada.

Figura 4: Fórum de Discussão para a construção dos sítios virtuais do Portal – 2007

ESPAÇO PARA ARTICULAÇÃO DOS FÓRUMS DE EJA		ESTATÍSTICAS	ÚLTIMA MENSAGEM
	Encontros Regionais - EREJAs Espaço de discussão, articulação e construção dos Encontros Regionais dos cinco regiões.	Tópicos: 4 Mensagens: 6	29 Set 2011 15:39 por R25204 G
	CNAEJA Espaço destinado à construção coletiva de propostas para a Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos.	Tópicos: 79 Mensagens: 94	08 Out 2011 12:28 por MuniraNighting G
	VI CONFINTEA Espaço de discussão sobre a VI Conferência Internacional sobre Educação para Adultos (CONFINTEA) e articulação dos encontros preparatórios.	Tópicos: 82 Mensagens: 181	09 Out 2011 09:49 por venochlan G
	Deliberações pós IX ENEJA Espaço de discussão acerca das deliberações pendentes ao IX ENEJA: O debate é restrito aos representantes dos Fóruns de EJA, coordenadores(as) das planilhas e equipes de relatores.	Tópicos: 28 Mensagens: 39	13 Dez 2007 20:01 por andersonton G
	GTFA-FÓRUM EJA/DF Espaço de discussão e articulação entre os segmentos organizados que são parte do GTFA-FÓRUM EJA/DF. O ambiente, no momento, é restrito aos integrantes do Distrito Federal.	Tópicos: 6 Mensagens: 42	20 Ago 2008 19:23 por budora G
AMBIENTE DE APRENDIZAGEM COLABORATIVA		ESTATÍSTICAS	ÚLTIMA MENSAGEM
	Construção dos sítios virtuais do Portal Espaço para discussões síncronas e assíncronas do processo de construção e desenvolvimento dos sítios no Portal.	Tópicos: 77 Mensagens: 166	31 Ago 2011 03:46 por caio01 G
	Pesquisa-ção Espaço de construção coletiva que tem por objetivo discutir o percurso dos administradores e co-administradores dos sítios virtuais dos Fóruns de EJA e as estratégias de ensino e aprendizagem que lhe proporcionem uma melhor compreensão das diversas linguagens utilizadas na construção e desenvolvimento do Portal como espaço de mobilização dos movimentos sociais, sua análise e as contribuições das TICs para sua formação político pedagógica e tecnológica que qualifiquem suas práticas pedagógicas.	Tópicos: 2 Mensagens: 2	10 Out 2011 20:30 por meire G

Fonte: *Print screen* feita pela pesquisadora do fórum de discussão (www.forumeja.org.br/forum), 01 ago. 2011

No fórum de discussão, tínhamos outro tópico reservado à formação político-pedagógica para os estudantes do Projeto 3/FE/UnB/Portal. Nesse espaço ou iniciávamos a discussão de algum texto que subsidiaria as reuniões do projeto, às terças-feiras, ou dávamos sequência aos textos já discutidos, presencialmente, em reuniões anteriores. O primeiro texto discutido foi **Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil: revendo alguns marcos históricos**, de Jaqueline Ventura (2006).

Essas foram as experiências de oficinas com o apoio das TIC. Já as oficinas presenciais, passaram a ser mais sistematizadas a partir de 2007. Nesse mesmo ano, a equipe do Portal realizou duas oficinas presenciais para o Fórum de EJA de GO. Na primeira - que aconteceu em maio, durante o II Seminário Nacional de Formação de Educadores de EJA (SNF) - somente dois integrantes da equipe estavam presentes: Ezequiel Neves (Tiel) e João Felipe. Minhas primeiras oficinas também foram com ambos. Com Tiel, aprendi a aprender sobre as tecnologias. Com João, me apropriei das questões políticas do uso dessas a serviço dos movimentos sociais. Aliás, com cada integrante da equipe aprendi algo diferente que, em sua totalidade, fez-me quem sou hoje.

A primeira oficina presencial que participei foi em agosto de 2007, para os administradores do sítio virtual do Fórum de EJA de GO, do qual era a responsável pela orientação. Essa oficina também contou com a participação de João Felipe, Juliana Gonçalves e Isadora Morais.

Figura 5: Oficinas presenciais - II SNF Goiânia/GO/mai./2007 e Formação no Campus da UFG/ago/2007



Fonte: Portal dos Fóruns de EJA do Brasil (www.forumeja.org.br)

No segundo semestre de 2007, fiz mudança interna de curso na UnB - de Pedagogia para Administração. Porém, continuei na militância em prol de uma educação de jovens, adultos e idosos trabalhadores de qualidade social tanto na equipe de auxiliares de pesquisa do Portal quanto no GTPA-Fórum EJA/DF.

Em setembro desse mesmo ano - provocados pelas demandas dos administradores - começamos a construir nosso primeiro manual de aprendizagem a fim de facilitar nossas orientações. Cada integrante da equipe nacional ficou responsável por pesquisar um dos *softwares* utilizados, ou que pudéssemos utilizar, no desenvolvimento do Portal e criar seu passo a passo.

Em janeiro de 2008, publicamos, no ambiente do Portal (<http://forumeja.org.br/manual>), o primeiro manual de aprendizagem, desenvolvido como versão 3.0. Nessa primeira versão tínhamos apenas o passo a passo do *Drupal*, *Gvin* e *Front Page*. Preciso deixar claro que esse foi o único manual no qual a equipe incluiu o explicativo de um *software* proprietário.

Figura 6: Manuais de Aprendizagem – versões 3.0, 4.0, 5.0 e 6.0



Fonte: *Print screen* feito pela pesquisadora dos manuais de aprendizagem disponíveis em: <www.forumeja.org.br/manual>, 11 jan. 2014.

A criação dos manuais facilitou enormemente nossas orientações. Neles os administradores aprendem – por meio de passo a passo com *prints*²² e dicas - como gerenciar

²² *Print screen* é uma tecla do computador que captura imagens na tela.

os conteúdos nos sítios virtuais dos seus respectivos Fóruns de EJA, utilizando os seguintes *softwares* livres: *Drupal*, *Komposer*, *gVim*, *Livestream* e *Cinelerra*.

O primeiro grande encontro dos Fóruns do qual participei foi o X Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA), de 27 a 30 de agosto de 2008, em Rio das Ostras, Rio de Janeiro. Nessa ocasião, coordenamos uma oficina que contou com a participação de dez administradores de sítios virtuais das regiões Norte, Nordeste e Sudeste. O manual de aprendizagem versão 3.0 foi lançado, durante essa oficina.

Figura 7: Oficina presencial durante o X ENEJA - Rio das Ostras/RJ/ago./2008



Fonte: Portal dos Fóruns de EJA (<http://forumeja.org.br>)

No período de preparação e construção coletiva²³ do X ENEJA, a equipe do Portal administrou todo o processo de inscrição *online* dos 540 delegados eleitos. Elaboramos a ficha de inscrição em *html* e administramos o banco de dados, criado a partir da ferramenta *phpMyAdmin*. Saliento que éramos estudantes de Pedagogia e Física da UnB, pesquisando e apropriando-se de linguagens antes destinadas a técnicos e *expertises* na área tecnológica.

Durante o X ENEJA, além de realizarmos a oficina de formação para os administradores dos sítios virtuais, também coordenamos a Roda de Prosa “Materiais de apoio, ambientes virtuais multimídia²⁴ e EJA”, cujas discussões resultaram em deliberações integralizadas ao relatório-síntese. Esse encontro foi um divisor de águas para a equipe do Portal, visto que, a partir dele, experimentamos uma nova linguagem: a audiovisual.

Atualmente, oportunizamos retorno às ações dos Fóruns de EJA do Brasil por meio da filmagem, edição, publicação e divulgação, nos espaços do Portal, incluindo as diferentes listas de discussão dos integrantes desse coletivo, dos vídeos produzidos durante encontros,

²³ Os ENEJA, apesar de serem coordenados e sediados por um dos Fóruns estaduais de EJA, são construídos pelo coletivo nacional dos Fóruns, por meio dos sítios virtuais e listas de discussão dos representantes/coordenadores e integrantes.

²⁴ Diferentes tipos de mídias: imagens, textos, áudio, audiovisual, animação etc.

reuniões, congressos, conferências, fóruns, seminários e audiências públicas em prol da EJA trabalhadores.

“E isso não é coisa de outro mundo, é o que dá sentido à vida.”

Cora Coralina

Estar na equipe do Portal além de me capacitar, abriu-me portas para outras possibilidades. Por meio da Portaria nº 305²⁵, do Diário Oficial do Distrito Federal (DODF) nº 151²⁶, de 05 de agosto de 2009, fui nomeada membro da Comissão Distrital da **Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado e Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos do Distrito Federal**²⁷, pela Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal (SEEDF). Essa nomeação só foi possível porque, em 2009, fazia parte da coordenação colegiada do GTPA-Fórum EJA/DF, na condição de coordenadora do segmento estudantes universitários em prol da EJA trabalhadores (SEU.EJA).

Com o objetivo de contextualizar melhor esse período, faço um breve resgate histórico. Em novembro de 2007 - a equipe do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil - juntamente com outros estudantes de graduação e pós-graduação da UnB, criou um **grupo** com a finalidade de contribuir organicamente com o GTPA-Fórum EJA/DF e o Portal na militância pela EJA trabalhadores. A partir de janeiro de 2008, esse grupo passou a contribuir ativamente com a construção do Encontro Distrital de EJA preparatório da VI Conferência Internacional de Educação de Adultos (CONFINTEA) da UNESCO - 2009²⁸, integrando a comissão organizadora. Em março, na plenária final do referido encontro, fizemos a defesa pelo reconhecimento do **segmento** estudantes universitários como parte integrante do GTPA-Fórum EJA/DF. Então, de um grupo passou-se a segmento.

É importante destacar que fui a primeira delegada eleita pelo segmento universidade, na condição de estudante²⁹, a compor a delegação do GTPA-Fórum EJA/DF em um ENEJA. Logo após o retorno do X ENEJA - em setembro de 2008 - assumi a coordenação³⁰ do

²⁵ Atualizada por meio da Portaria nº 276 do DODF, de 28 de novembro de 2013. Disponível em: <http://forumeja.org.br/df/sites/forumeja.org.br.df/files/portariaat_27-11-13.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2014.

²⁶ Disponível em: <<http://forumeja.org.br/df/sites/forumeja.org.br.df/files/portaria305.pdf>>. Acesso em: 10 de jun. 2014.

²⁷ Parte integrante das ações complementares da SEEDF/Governo do Distrito Federal ao Programa Brasil Alfabetizado, do governo federal.

²⁸ Em maio de 2008, participei do Encontro Nacional preparatório à VI CONFINTEA, Brasília/DF.

²⁹ Antes, somente professores faziam parte do segmento universidade no GTPA Fórum EJA/DF.

³⁰ Os primeiros coordenadores foram: João Felipe, Pedagogia/FE/UnB, e Ester Macedo, Doutorado em Filosofia, Universidade de Toronto/Canadá (março de 2008 a agosto de 2008).

SEU.EJA com Pedro Raskolnikov, História/UnB. Fiquei na coordenação até setembro de 2009³¹.

As atividades e demandas da equipe do Portal foram se ampliando à medida que também fomos nos qualificando, friccionados pelo coletivo. Em 2009, foram cinco grandes atividades: Encontro Estadual do Fórum de Cuiabá/MT; Seminário Internacional de Educação Profissional e Tecnológica, Brasília/DF; XI ENEJA; Fórum Internacional da Sociedade Civil (FISC) e VI CONFINTEA³². Esses três últimos foram realizados em Belém, Pará (PA).

Figura 8: Da esquerda para a direita: encerramento do FISC/nov., abertura e plenária da VI CONFINTEA/dez. de 2009.



Fonte: Portal dos Fóruns de EJA do Brasil (www.forumeja.org.br) e acervo pessoal.

Durante o FISC e a VI CONFINTEA realizamos entrevistas com personalidades, nacionais e internacionais, importantes para a educação de adultos no mundo. Hoje, essas entrevistas constituem acervo da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura³³ (UNESCO), tais como: Adama Ouane, Secretário-Geral da VI CONFINTEA; José Roberto Guevara, representante da Associação da Ásia do Pacífico Sul para a Educação Básica e Adulto (ASPBAE); Licínio Lima, professor da Universidade do Minho/Portugal e Paul Bélanger, Presidente do Conselho Internacional para Educação de Adultos (ICAE).

Além dessas participações, coordenei duas atividades em 2009. A oficina para 32 integrantes dos Fóruns regionais do Fórum de MT, 18 administradores e 18 representantes³⁴, que aconteceu durante o Encontro do Fórum de EJA do Mato Grosso (MT) (<http://forumeja.org.br/mt/>), em julho; e o Grupo de Trabalho (GT) “Materiais de apoio, ambientes virtuais, multimídia e EJA”, que aconteceu durante o XI ENEJA, em Belém/PA, em setembro.

³¹ Nesse período, Pedro foi substituído por Filipe Braga, Psicologia/UnB.

³² Particpei como imprensa credenciada pela UNESCO.

³³ *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.*

³⁴ Alguns Fóruns possuem coordenações colegiadas, nestes casos, usamos o termo coordenador.

Figura 9: Oficina do Portal - Cuiabá/MT/jul.**Figura 10: Grupo de Trabalho – Belém/PA/set.**

Fonte: Portal dos Fóruns de EJA do Brasil (www.forumeja.org.br)

A fim de dar sequência à formação iniciada em 2009, no ano seguinte, vivenciei a experiência piloto em formato semipresencial. Essa oficina, planejada e organizada por mim - em conjunto com João Francisco, administrador do Fórum de EJA do MT - possibilitou à equipe do Portal uma nova estratégia de orientação: oficina semipresencial por acesso remoto.

Para a realização dessa oficina semipresencial pesquisamos e optamos por utilizar dois *softwares*: *TeamViewer*, porque permitiria acesso remoto a um dos computadores em MT e *Skype*, que permitiria a comunicação por voz e imagem. Presencialmente, contei com o suporte tecnológico do administrador do Fórum de EJA de MT.

Figura 11: 1ª Oficina semipresencial por acesso remoto – Equipe nacional na UnB/DF e integrantes dos Fóruns regionais de EJA do MT, em Cuiabá/MT – abr./2010

Fonte: Portal dos Fóruns de EJA do Brasil (www.forumeja.org.br)

Exercitamos, nessa oficina piloto, a arte da telepresença que, para Suzete Venturelli e Lúcio Teles (2004, p. 46), “se configura na ação conjunta da robótica e das telecomunicações como nova forma de experiência comunicativa, que habilita o participante a projetar sua presença, como mobilidade livre e sem fios, em um lugar fisicamente remoto”.

Através da telepresença é possível ter acesso - por meios telemáticos - a um mundo remoto, como extensão do corpo e do pensamento. Assim, pode-se interagir, ensinar, aprender, compartilhar, intensificar laços, enfim, experimentar remotamente uma maneira diferente de produzir conhecimento coletivamente. No caso da equipe do Portal, apoiados pelo ambiente virtual dos Fóruns de EJA do Brasil.

Após essa primeira experiência, as orientações aos administradores ficaram mais qualificadas. Usualmente destinados a outros fins que não os educacionais, o *software* de acesso remoto *TeamViewer* combinado com o *Skype* nos possibilitaram estreitar as distâncias entre as equipes³⁵. O *Skype*, por ter a possibilidade de apresentar a imagem e a fala em tempo real, e, o *software* de acesso remoto, por possibilitar aos orientandos uma compreensão prática das ações teorizadas, tornaram-se duas ferramentas úteis no processo de aprendizagem. Com isso, a equipe do Portal pode avançar em temas antes abordados somente no espaço presencial. A exemplo da discussão política sobre o uso das TIC a serviço dos movimentos sociais.

“É o que faz com que ela não seja nem curta, nem longa demais, mas que seja intensa, verdadeira, pura enquanto durar”.

Cora Coralina

No segundo semestre de 2009, concluí minha primeira³⁶ habilitação no curso de Administração e, no primeiro de 2010, concluí a segunda³⁷. Essa foi uma via de mão dupla em minha formação. Por um lado, dispus das experiências de futura pedagoga para me tornar uma bacharela em Administração mais humana. Por outro, apesar dos conhecimentos adquiridos nas duas habilitações agregarem valor ao meu currículo, tive a certeza de que precisava voltar e concluir o curso de licenciatura em Pedagogia. Esse foi um parêntese importante em meu processo formativo no qual adquiri competências e fortaleci convicções.

Assim que concluí as duas habilitações, prestei novamente o vestibular para o curso de licenciatura em Pedagogia da UnB. Na segunda vez como caloura do curso, regressei com a certeza da escolha acadêmica e social pela pesquisa-ação e militância na EJA trabalhadores. Por essa razão, meu estágio supervisionado foi realizado no projeto de pesquisa Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA)-Transiarte.

A partir do conceito de Lúcio Teles (2012) acerca da “Transiarte”³⁸, infere-se que o projeto de pesquisa PROEJA-Transiarte tem por objetivo principal identificar os fundamentos da arte que transita pelo ciberespaço - trabalhando com a diversidade de culturas e experiências dos educandos, como sujeitos criadores das diversas expressões da arte, em

³⁵ Nacional e dos sítios virtuais dos Fóruns estaduais de EJA.

³⁶ Administração Pública.

³⁷ Administração de Empresas.

³⁸ Está conectada à identidade cultural dos interatores que produzem arte na forma de vídeos, fotos, animações, avatares, imersão virtual que “reflete” enquanto reconfigurações estéticas virtuais, artefatos ou expressões artísticas não virtuais (REIS; CASTIONI; TELES, 2012, p. 130).

espaço presencial - e, posteriormente, a reconfiguração e transição desta para o ambiente virtual da Internet.

Ainda em 2010, fui convidada a integrar a equipe de trabalho do Centro de Memória Viva Documentação e Referência em Educação Popular, EJA e Movimentos Sociais (CMV/DF³⁹). O referido centro, coordenado pela FE/UnB e articulado com as universidades federais de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, abrange os resultados de projetos de pesquisa e extensão nos movimentos sociais do Distrito Federal que atuam no campo da educação de jovens, adultos e idosos trabalhadores e da educação popular, dialogando com os diferentes temas da EJA trabalhadores (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA/FE, 2011).

No ano de 2010, três grandes atividades fizeram parte de nossa agenda de trabalho, dois nacionais e um regional: III SNF, Porto Alegre/RS; Conferência Nacional de Educação (CONAE)⁴⁰, Brasília/DF e I Encontro Regional de EJA (EREJA) Nordeste, João Pessoa/PB. Em 2011, foram dois encontros: I EREJA Centro-Oeste (CO), Campo Grande, Mato Grosso do Sul (MS) e XII ENEJA, Salvador/BA, primeiro encontro nacional em formato bianual.

Nos dias 13 e 14 de abril de 2011, ministrei o curso de extensão “I Oficina *on-line* SPSS: aplicação da ferramenta em projetos socioeconômicos-GECA” para estudantes da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), promovido pelo Departamento de Geografia/Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS)/UFMT. Os *softwares* utilizados nessa oficina, *TeamViewer* e *Skype*, nos possibilitam facilidades semelhantes a uma *web* conferência sem, no entanto, necessitar de grande aparato tecnológico. Essa segunda experiência de oficina semipresencial reafirmou a constatação de que - com criatividade, engajamento e certa infraestrutura - é possível ressignificar as tecnologias e usá-las para fins educativos.

No mês de junho do mesmo ano, coordenei a Roda de Tereré, durante o I EREJA CO, em Campo Grande/MS. Essa roda contou com a participação da equipe nacional e dos administradores dos Fóruns de EJA de MT, GO e MS. Construimos coletivamente propostas que foram incluídas no Documento-Final do I EREJA CO. Todas convergiam para o desafio de tornar o Portal um espaço de formação política para os integrantes dos Fóruns de EJA do Brasil. Em julho, ministrei uma oficina de formação para os integrantes do Fórum de EJA do Tocantins, em Palmas/TO. Em setembro, coordenamos o GT “Centro de Referência e

³⁹ A ideia de se criar centros de referências no Brasil surgiu da experiência do espaço da educação popular (<http://forumeja.org.br/edupopular>) no Portal, proposto durante o X ENEJA e coordenado pelo educador Osmar Fávero, com contribuições ativa da equipe do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil.

⁴⁰ Participei como imprensa credenciada pela Presidência da República.

Memória de EJA - Portal dos Fóruns” durante o XII ENEJA, em Salvador/BA, e, em outubro, uma roda de prosa sobre o Portal, durante a XI Semana Universitária na UnB/DF.

Figura 12: Da esquerda para a direita: Roda de Tereré, Campo Grande/MS/jun.; Oficina Palmas/TO, jul.; GT Centro de Referência e Portal, Salvador/BA/set.; XI Semana Universitária/UnB/DF/out. - 2011



Fonte: Portal dos Fóruns de EJA do Brasil (www.forumeja.org.br)

Nossas atividades e demandas ampliaram-se até chegarmos às transmissões - em tempo real - dos diferentes espaços de luta coletiva pela EJA trabalhadores. A primeira experiência de *streaming* de vídeos foi durante o I EREJA CO, depois repetimos no I EREJA Sul. Porém, o grande desafio foi no XII ENEJA, em Salvador/BA, de 20 a 23 de setembro de 2011 - pela proporção do encontro.

Figura 13: Transmissão streaming de vídeos no XII ENEJA, Salvador/BA, 09/2011

Fonte: *Print screen* feito pela pesquisadora da página do canal de transmissão de vídeos do Portal (<http://www.livestream.com/portalforumeja>), 21 set. 2011

Em conjunto com o administrador do Fórum de EJA do MT, pesquisamos programas e equipamentos para uma melhor transmissão. Durante o XII ENEJA, os participantes virtuais

puderam interagir, com a plenária e os integrantes das mesas, por intermédio de mensagens enviadas via bate papo do canal de transmissão do Portal (<http://www.livestream.com/portalforumeja>) e entregues à delegação do seu Fórum, por um mediador da equipe. Os participantes virtuais eram, em sua maioria, integrantes dos Fóruns de EJA do Brasil que, por algum motivo, não puderam participar do encontro presencialmente.

Em 2012, participei de três encontros: Encontro Estadual do Fórum de EJA de GO, Caldas Novas; II EREJA CO, Goiânia/GO e IV SNF, Brasília/DF/2012. Durante esse seminário, apresentei o artigo intitulado “**Aprender e ensinar em diferentes ambientes: a experiência do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil como espaço de formação**”, publicado na Revista Lugares de Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). O grande encontro de 2013 foi o XIII ENEJA, que aconteceu em Natal/RN.

Em fevereiro de 2014, em Primavera do Leste/MT, realizei uma nova oficina para os administradores dos Fóruns regionais de EJA do MT, durante o Encontro Estadual de Formação para os Administradores e Coordenadores Regionais. Em ambas as oficinas, priorizamos, para além do gerenciamento de conteúdo, a discussão política do sentido do Portal: Para que, Para quem e Como ele deve servir ao coletivo dos Fóruns de EJA do Brasil.

Figura 14: Oficina do Portal para os Administradores dos Fóruns Regionais de Mato Grosso fev./2014



Fonte: Portal dos Fóruns de EJA do Brasil (www.forumeja.org.br)

Após diversas experiências de orientação aos administradores dos sítios virtuais dos Fóruns de EJA do Brasil - apoiadas pelas TIC - enveredamos por novas maneiras de ensinar e aprender, utilizando diferentes linguagens, temas e espaços. Percebemos, a partir das discussões realizadas que, para conseguirmos avançar na administração do Portal e torná-lo espaço formativo, era preciso ir além das orientações meramente instrumentais. Diante dessa constatação, nas oficinas, passamos a destinar um momento para a discussão política e social do uso crítico das tecnologias, sobretudo, a serviço dos movimentos sociais.

“Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina”.
Cora Coralina

Durante a graduação, ao mesmo tempo em que me formava, também contribuía para a formação de outras pessoas em um processo dialógico de ação-reflexão-ação. Por essa razão, a proposta da pesquisa-ação, subsídio para o TCC do curso de licenciatura em Pedagogia, foi construída coletivamente na Roda de Tereré do Portal, em julho de 2011, durante o I EREJA CO. Como meu objeto de estudo foi construído coletivamente nessa roda, saímos do encontro com a proposta da pesquisa-ação sistematizada. A ideia de usarmos o ambiente do Portal para as reuniões remotas, também surgiu nesse espaço. Da mesma maneira que os objetivos perseguidos. Optei pela pesquisa-ação por ser libertadora e permitir que os sujeitos envolvidos se debrucem sobre si mesmos objetivando serem sujeitos ativos de uma transformação, sobretudo, de sua própria emancipação “auto-organizando-se contra hábitos irracionais e burocráticos de coerção” (BARBIER, 2004, p. 59).

No dia 10 de outubro de 2011, abri um espaço no fórum de discussão do Portal (www.forumeja.org.br/forum) a fim de viabilizar a pesquisa. Essa pesquisa-ação foi realizada com doze administradores ou ex-administradores dos sítios virtuais do Portal. Participei desse estudo na condição de investigadora e investigada, entre os doze.

Figura 15: Tópico no fórum de discussão “Pesquisa-ação”, de 10/10 a 05/12 de 2011

TÓPICOS	ESTATÍSTICAS	ÚLTIMA MENSAGEM
Formação qualificando as práticas e à serviço do movimento por meire » 22 Nov 2011 17:15	Respostas: 11 Exibições: 56	05 Dez 2011 18:53 por Ana Paula
Qual estratégia de aprendizagem foi mais significativa? por meire » 13 Nov 2011 21:46	Respostas: 15 Exibições: 56	05 Dez 2011 18:24 por PRISCILA NUNES
Qual(is) estratégia(s) de aprendizagem você experimentou? por meire » 03 Nov 2011 17:20	Respostas: 12 Exibições: 63	22 Nov 2011 00:02 por PRISCILA NUNES
Nosso Per-curso até o Portal por meire » 10 Out 2011 20:30	Respostas: 12 Exibições: 95	18 Nov 2011 12:26 por ariediny

Fonte: *Print screen* feito pela pesquisadora da página do fórum de discussão (www.forumeja.org.br/forum), 27 nov. 2011.

Na realidade de 2011, dos onze participantes da pesquisa-ação, havia estudantes do curso de licenciatura em Pedagogia e pedagogos: quatro da UnB, três da UFG, duas da Universidade Federal da Bahia (UFBA), uma da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e um da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), Rio Grande do Sul (RS). Um participante era graduado em Tecnologia em Gestão Ambiental pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFT/MT) e, na época, estudante de licenciatura plena e bacharelado em Geografia pela UFMT.

Oito eram administradores dos seguintes sítios virtuais: do GTPA-Fórum EJA/DF e do Brasil (bacharel em Administração, ingressou em 2006), duas do GO (uma em 2007 e a outra em 2010), duas da Bahia (ambas ingressaram em 2010), uma do GTPA-Fórum EJA/DF (em 2010), todas estudantes de Pedagogia. Um do sítio virtual do MT (ingressou em 2009), Tecnólogo em Gestão Ambiental e estudante de Geografia e um do RS (em 2010), pedagogo. Quatro eram ex-administradores: um do GTPA-Fórum EJA/DF (um ingressou em 2006), um do Brasil (em 2008), uma do GO (em 2007) e uma do RJ (em 2008), todos eram pedagogos formados.

Nossos propósitos, com essa pesquisa-ação, eram os elencados a seguir:

Contribuir para a formação político-pedagógica-tecnológica de outros administradores e, também, contribuir com os Fóruns de EJA na construção e desenvolvimento de um ambiente interativo que atualizasse as ações presenciais de cada fórum e fosse, de fato, espaço de construção coletiva, produção do conhecimento, formação política, discussões, encaminhamentos, mobilização e organização dos movimentos sociais em prol da EJA [trabalhadores] (CUNHA, 2012, p. 73).

Por conseguinte, foram abertos quatro subtópicos no espaço “Pesquisa-ação”. Todos relacionados às contribuições da EJA trabalhadores, dos movimentos sociais e das TIC na formação político-pedagógica e tecnológica de estudantes do curso de licenciatura em Pedagogia e demais licenciaturas - administradores dos sítios virtuais dos Fóruns de EJA - e, concomitante a isso, a maneira de se colocar essa formação a serviço dos movimentos sociais.

O subtópico **Nosso Percurso até o Portal** teve como objetivo identificar as experiências dos participantes em relação aos movimentos sociais, à EJA trabalhadores e às TIC, antes de suas respectivas entradas no projeto/programa do Portal.

Figura 16: Subtópico “Nosso Percurso até o Portal”

The screenshot shows a forum thread with two messages. The first message is from user 'meire' (10 Oct 2011 20:30) and the second is a reply from 'reginaldo' (18 Oct 2011 04:03). Both messages discuss the development of the 'Portal' and the author's background in pedagogy and social movements.

Nosso Per-curso até o Portal
 D por **meire** > 10 Out 2011 20:30
 Olá todo(a)s o(a)s companheiro(a)s,
 Muito obrigada por fazerem parte de NOSSA pesquisa-ação!

Ela não é somente parte de meu TCC, pois acredito que os frutos que possamos colher aqui - com a discussão de pessoas tão importantes e que contribuiram tanto para a construção e desenvolvimento de nosso Portal - possa qualificar ainda mais NOSSO ambiente virtual de construção coletiva que tem como principal objetivo contribuir para a mobilização dos movimentos sociais em prol da EJA em nosso país.

Então, para começar, vamos registrar aqui nosso per-curso antes de entrarmos no Portal como administradores: o que sabíamos sobre movimentos sociais, se já tínhamos participado de algum movimento; se nosso foco na educação era a EJA, o que sabíamos sobre essa modalidade; sobre as tecnologias, se tínhamos ou não alguma experiência com ferramentas/programas. Enfim, como chegamos a esse Portal?

Abraços,
 Meire Cunha

Re: Nosso Per-curso até o Portal
 D por **reginaldo** > 18 Out 2011 04:03
 Olá todo(a)s o(a)s companheiro(a)s,

No meu primeiro semestre de Pedagogia, na Universidade de Brasília em uma disciplina (Projeto), Projeto 1 e consequentemente, no segundo semestre do curso, em Projeto 2 eu passei a pesquisar sobre as áreas de atuação do pedagogo. Até então, a única certeza que eu tinha era a de que meu interesse estava relacionado ao trabalho com adultos - EJA.

Dessa forma, ao fim do primeiro semestre, sempre começam a anunciar os projetos que serão realizados no próximo semestre. Nessa ocasião, eu vi um cartaz anunciando a abertura de um PROJETO NA ÁREA DE EJA E TIC's. Já me empolguei só pelo fato de ter visto a sigla "EJA", pois eu não tinha conhecimentos acerca do que eram as TIC's. Mesmo assim, fui até o local indicado no cartaz, conversei com dois estudantes que estavam desenvolvendo pesquisas na área de TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO associadas aos Movimentos Sociais em Educação de Jovens e Adultos.

Nesse sentido, recebi as informações básicas necessárias sobre como participar do Projeto e fiz minha inscrição. Na ocasião, eu fui um dos primeiros estudantes a se inscrever e, nesse contexto, de empolgação e curiosidade, resolvi fazer a apresentação da abertura dessa nova disciplina que mais animou do curso: *busca todos do caminho caminha do curso de*

Fonte: *Print screen* feito pela pesquisadora da página do fórum de discussão (www.forumeja.org.br/forum), 27 nov. 2011.

No subtópico **Qual(ais) estratégia(s) de aprendizagem você experimentou?**, a intenção era desvelar quais as estratégias de aprendizagem - presenciais e virtuais - eles tinham experimentado em seus processos formativos, impulsionados pelo Portal.

Figura 17: Subtópico “Qual(ais) estratégia(s) de aprendizagem você experimentou?”

The screenshot shows a forum thread with two messages. The first message is from user 'meire' (03 Nov 2011 17:20) and the second is a reply from 'Naiane' (03 Nov 2011 22:43). The first message lists various learning strategies used by the team, and the second message lists the strategies that were most significant for the respondent.

Qual(is) estratégia(s) de aprendizagem você experimentou?
 D por **meire** > 03 Nov 2011 17:20
 Olá a todos,

Neste tópico vamos discutir quais estratégias de ensino e aprendizagem, adotadas pela equipe do Portal, vocês experimentaram. É breve, só precisam listar qual(is) participaram sem contextualizar (essa parte ficará para o próximo tópico). Para ajudar, seguem as diversas estratégias que adotamos:

- Fórum de Discussão no antigo espaço de "Construção dos sítios virtuais"
- Manual de Aprendizagem (<http://forumeja.org.br/manual>)
- Orientações para os administradores nº 1 (<http://forumeja.org.br/orientacoesadministradores>)
- Envio de dúvidas/respostas por e-mail
- Oficinas virtuais pelo bate papo (gmail, MSN, facebook)
- Oficinas virtuais pelo skype
- Oficinas semi-presenciais por acesso remoto e skipe
- Oficinas presenciais durante os encontros/seminários
- outras não citadas

Abraços,
 Meire Cunha

Re: Qual(is) estratégia(s) de aprendizagem você experimentou
 D por **Naiane** > 03 Nov 2011 22:43
 Olá Meire e demais companheiras/os,

Então, já que é pra ser breve, as estratégias de ensino e aprendizagem que experimentei foram as seguintes:

- Manual de Aprendizagem
- Orientações para os administradores nº 1
- Envio de dúvidas/respostas por e-mail
- Oficinas virtuais pelo bate papo (gmail, MSN, facebook)
- Oficinas presenciais durante os encontros/seminários

Fonte: *Print screen* feito pela pesquisadora da página do fórum de discussão (www.forumeja.org.br/forum), 27 nov. 2011.

No subtópico **Qual estratégia de aprendizagem foi mais significativa?**, investiguei, dentre as estratégias elencadas, quais foram as mais significativas, além do que, as dificuldades enfrentadas nas orientações, as maneiras como eles conseguiram superá-las, os temas que necessitavam de encontros presenciais para serem melhores assimilados e sugestões ou aprimoramento das estratégias.

Figura 18: Subtópico “Qual estratégia de aprendizagem foi mais significativa?”

The screenshot shows a forum thread on the website www.forumeja.org.br/forum. The thread title is "Qual estratégia de aprendizagem foi mais significativa?".

Post 1: By user **meire** (13 Nov 2011 21:46). The post asks for feedback on the Portal's pedagogical-technological formation and lists six questions (a-f) regarding the effectiveness and challenges of the formation process. It ends with a friendly sign-off: "Estamos quase concluindo nossa pesquisa-ação. Um beijo para vocês! 😊".

Post 2: A reply by user **cinthia mendes** (15 Nov 2011 12:59). She shares her experience, mentioning that the formation was helpful and that she had some difficulties with the Portal's interface. She lists her responses to the questions from the previous post.

Fonte: *Print screen* feito pela pesquisadora da página do fórum de discussão (www.forumeja.org.br/forum), 27 nov. 2011.

O último, **Formação qualificando as práticas e a serviço do movimento** foi desmembrado em dois momentos e pretendeu analisar: quais as contribuições político-pedagógicas e tecnológicas do Portal no processo formativo e nas práticas - acadêmicas e profissionais - dos participantes e de que maneira essa formação poderia ser colocada a serviço dos movimentos sociais.

Figura 19: Formação qualificando as práticas e a serviço do movimento

The screenshot shows a forum thread on the website www.forumeja.org.br/forum. The thread title is "Formação qualificando as práticas e à serviço do movimento".

Post 1: By user **meire** (22 Nov 2011 17:15). The post discusses the finalization of the research-action and asks for detailed feedback on the formation process. It lists two main questions: 1) about the contributions of the formation to the Portal and the Forums, and 2) about how the formation can be put to service of the social movement. It ends with an observation: "Obs: Pensem sempre no elo que o Portal faz com o presencial e se percebam também neste espaço (presencial). Respondam por favor TODOS os pontos levantados (isso é fundamental para finalizarmos). Um xêro!".

Post 2: A reply by user **reginaldo** (24 Nov 2011 01:43). He responds to the first question, stating that the formation was helpful and that he had some difficulties with the Portal's interface.

Fonte: *Print screen* feito pela pesquisadora da página do fórum de discussão (www.forumeja.org.br/forum), 27 nov. 2011.

Essa pesquisa-ação foi realizada no ambiente interativo do Portal, fórum de discussão em *phpBB*, entre os dias 10 de outubro e 05 de dezembro de 2011. Os resultados apontaram que era preciso melhorar a divulgação dos dois espaços - Fóruns de EJA do Brasil

e seu Portal - e, também, investir na formação política de todos os integrantes dos Fóruns de EJA. Dessa forma, a resistência na compreensão de ambos os espaços - presencial e virtual - como complementares, poderia ser rompida. Assim, o Portal passaria a ser encarado como espaço de formação colaborativo para uma EJA trabalhadores de qualidade social em nosso país e não somente um repositório de conteúdos e informações (CUNHA, 2012).

Nas diferentes experiências de formação, por meio dos Fóruns de EJA do Brasil e seu Portal, formei-me pedagoga da UnB no segundo semestre de 2011. Esclareço que a base de sustentação de minha formação acadêmica foi forjada na relação ensino-pesquisa-extensão e militância por uma EJA trabalhadores libertadora. Reconheço que o ensino na universidade teve papel importante nesse processo formativo. Porém, foi nos movimentos sociais - apoiada pelas TIC - que me constitui, de fato: pedagoga, educadora, pesquisadora e transformadora.

Compreendi nos projetos o verdadeiro sentido dos atos de ensinar e de aprender, não alcançado nas disciplinas cursadas. Em algumas dessas, os professores até tentavam exercitar a educação libertadora, mas, no fundo, o que se praticavam eram as tais “rodinhas”⁴¹. Hoje assimilo melhor as contradições e nossas limitações como educadores - e seres humanos. Afinal, ninguém nasce acabado é na *práxis* que “vamos nos fazendo aos poucos” (FREIRE, 2011, p. 81).

Preciso destacar que, até junho de 2014, as estratégias de formação político-pedagógica e tecnológica, sugeridas pelos sujeitos participantes da pesquisa-ação, em 2011, ainda constituíam um desafio para a sua concretização. Algumas dessas integram os relatórios-sínteses do I EREJA CO, XII ENEJA, IV SNF, ratificadas durante o XIII ENEJA. As principais ações sugeridas, pelas equipes do Portal, foram: qualificar a divulgação tanto dos Fóruns de EJA como do Portal; abrir espaços de formação política dentro do próprio Portal, utilizando o fórum de discussão ou outras tecnologias interativas; e promover seminários de formação para todos os integrantes dos Fóruns. Portanto, é possível que o Portal, até o encerramento da escrita desta dissertação, ainda seja visto, por parte de alguns integrantes, como um repositório de conteúdos e informações.

O registro das diversas memórias de formação político-pedagógica e tecnológica, mediatizada pelos movimentos sociais - apoiada pelas TIC - fazem parte de um processo dialógico de construção, desconstrução, reconstrução, constante: comigo, com o outro e com o mundo. Evidentemente, as inquietações de como se realiza esse processo formativo, em diferentes espaços, temas e linguagens estão só começando para mim e para quem, a partir do

⁴¹ Usamos esse termo na FE/UnB para caracterizarmos, de forma pejorativa, uma aula onde a estrutura é em círculo, mas, na prática, sua concepção é de uma “educação bancária” (FREIRE, 2011).

que está posto, poder pesquisar e contribuir, de modo efetivo e significativo, com os movimentos sociais em nosso país, em particular, na luta pela EJA trabalhadores.

CAPÍTULO I: LUZ – educação de jovens, adultos e idosos TRABALHADORES

No capítulo **Luz**, nortearei este estudo, no sentido de clarificar, a partir do contexto histórico-político-social, a EJA trabalhadores como um campo de tensões e tensionamentos e de disputas entre interesses públicos e privados. Na contramão dos conflitos sociais, estruturais e estruturantes, que produzem essa modalidade de ensino, apresentarei os Fóruns de EJA do Brasil e o seu Portal como espaços de organização, mobilização, encaminhamentos, deliberações e formação para os movimentos sociais que militam por uma educação de qualidade social em nosso país. Além disso, apresentarei as justificativas, as questões norteadoras e os objetivos que irão guiar este trabalho.

1.1 INTRODUÇÃO

Início este estudo situando a EJA trabalhadores, modalidade de ensino em que jovens, com quinze anos ou mais, adultos e idosos - inseridos no mundo do trabalho - não conseguiram concluir a educação básica na idade considerada apropriada. A definição dessa idade veio com o artigo 38 da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) de 1996, o qual inclui adolescentes⁴² de 15 a 17 anos de idade entre os sujeitos da EJA trabalhadores. Posteriormente, esta foi ratificada em decisões do Parecer do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) nº 11/2000, que dispõem sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, e da Resolução CNE/CEB nº 3/2010, que institui as Diretrizes Operacionais relacionadas à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; e idade mínima e certificação nos exames e educação a distância (EaD) voltada à modalidade (BRASIL, 2000; 2010b).

No entanto, existem parênteses - de avanços e conquistas - muito importantes no caminho percorrido durante o período entre o Parecer/2000 e a Resolução/2010. Em 2007, a

⁴² Segundo o Art. 2º, da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é considerado adolescente, para os efeitos desta Lei, a pessoa entre doze e dezoito anos de idade (BRASIL, 1990).

CEB designou uma Comissão Especial⁴³ que tinha o objetivo de formular uma nova proposta de redação ao parecer e à resolução supracitados. Três temas relacionados à EJA trabalhadores foram tópicos de estudos dessa comissão, a saber: duração e idade mínima para ingresso nos cursos; idade mínima e certificação para os exames; e a relação EaD e EJA trabalhadores (BRASIL, 2008).

A partir da designação feita pelo consultor do CNE/CBE, essa comissão - articulada com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade (SECAD)⁴⁴ do Ministério da Educação (MEC) - criou estratégias para envolver diversos segmentos da sociedade civil e órgãos do Estado no processo. Em consequência, em agosto de 2007, foram realizadas três audiências públicas regionais⁴⁵ com a finalidade de estabelecer um diálogo com entidades do campo educacional e os movimentos sociais, a fim de receber contribuições que fornecessem elementos para a reformulação do Parecer CNE/CEB nº 11/2000. A partir disso, três documentos, elaborados por integrantes dos Fóruns de EJA do Brasil, subsidiaram as discussões dos respectivos temas discutidos: Parâmetros de idade⁴⁶, Certificação na EJA trabalhadores⁴⁷ e EaD voltada à EJA trabalhadores⁴⁸ (BRASIL, 2008).

No ano seguinte, a relatora enviou ao MEC o Parecer CNE/CEB nº 23/2008, aprovado no dia 08 de outubro de 2008, definindo a idade mínima de **18 anos** para ingresso em cursos na EJA trabalhadores, tanto ensino fundamental como médio. Entre outras, uma recomendação do referido parecer estabelecia “o ano de 2013 como data para finalização do período de transição, quando todos os sistemas de ensino, de forma progressiva e escalonada, atenderão, na EJA, **apenas** os estudantes com 18 (dezoito) anos completos” (BRASIL, 2008, p. 24, grifo nosso).

Entretanto, em 2010, o Parecer CNE/CEB nº 6/2010, aprovado no dia 07 de abril de 2010 – ao reexaminar o de nº 23/2008 – retrocedeu e propôs a volta da definição da idade de 15 anos para ingresso no ensino fundamental e de 18 anos para o ensino médio (BRASIL, 2010a). Na contramão, os Fóruns de EJA do Brasil defendem a idade mínima de 18 anos para o ingresso na EJA trabalhadores a partir do entendimento de que os adolescentes, até os 17

⁴³ Conselheiros: Adeum Sauer (presidente), Gersem José dos Santos Luciano, Maria Izabel Azevedo Noronha, Regina Vinhaes Gracindo (relatora) e Wilson Roberto de Mattos (BRASIL, 2008).

⁴⁴ A partir do Decreto nº 7480, de 16 de maio de 2011, passa a chamar-se Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e **Inclusão** (SECADI).

⁴⁵ Florianópolis/SC no dia 03; em Brasília/DF no dia 14 e no dia 30 de agosto em Natal/RN.

⁴⁶ Isabel Mayer, membro da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos em 2007, e integrante do Fórum de EJA de São Paulo.

⁴⁷ Maria Aparecida Zanetti, Universidade Federal do Paraná e integrante do Fóruns de EJA do Paraná.

⁴⁸ Maria Luiza Pinho Pereira [Angelim], professora da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília e integrante do GTPA Fórum EJA/DF.

anos, devem ter garantido o direito universal à educação básica – como consta na Constituição Federal de 1988⁴⁹, Lei máxima em nosso país. Por essa razão, devem estar necessariamente matriculados no ensino regular.

Tanto essa quanto outras tensões permeiam o campo da EJA voltado à classe trabalhadora. Vale destacar que a grande maioria desses sujeitos, trabalhadores e trabalhadoras foram excluídos do sistema de ensino formal por não disporem de condições socioeconômicas capazes de mantê-los em sala de aula. Sendo assim, faz-se necessária a reflexão de que a grandiosidade territorial brasileira é proporcional ao tamanho das desigualdades – social, econômica, capital cultural⁵⁰ – existentes, já que são estas as reprodutoras da EJA trabalhadores no Brasil. Ademais, as diversas manifestações de desigualdades são questões estruturais em nossa sociedade – produzidas pela hegemonia do sistema capitalista – cujos acessos e oportunidades não são iguais para todos.

Portanto, é preciso sensibilidade para compreender que “Ivo [não] viu a uva” (FREIRE, 2011), no Nordeste de 1960, simplesmente porque não era algo acessível à realidade da maioria das pessoas daquela região. No contexto atual, são muitas e variadas as “uvas” não acessíveis à população das classes mais populares da nossa sociedade.

No Brasil, a concentração de renda converge para uma desigualdade educacional, tal como demonstram os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2009: há 57,7 milhões de jovens e adultos trabalhadores, com 18 anos ou mais, sem o ensino fundamental completo. Segundo Censo/IBGE de 2010 eram 60.615,649 milhões de jovens, com 18 anos ou mais, adultos e idosos trabalhadores sem instrução ou com ensino fundamental incompleto (VITOR, 2014)⁵¹.

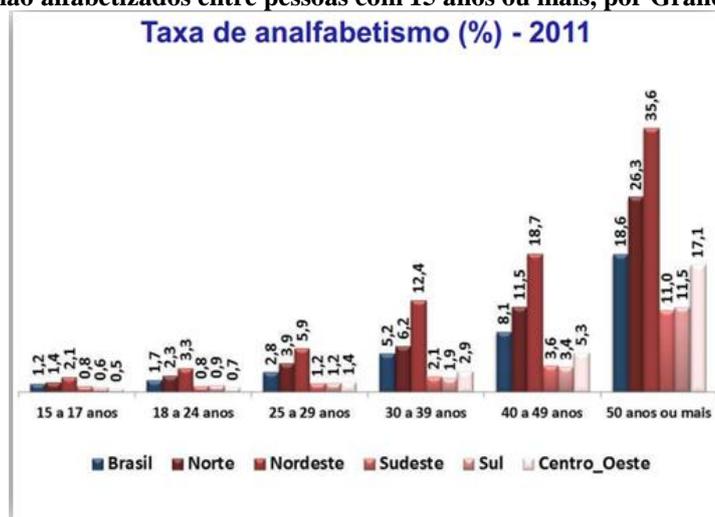
De acordo com o IBGE - Diretoria de Pesquisas/PNAD 2009-2011, a maior taxa de pessoas não alfabetizadas está entre adultos com maior idade. Comparativamente, conforme dados do Gráfico 1 “Taxa de analfabetismo (%) – 2011”, no Brasil, dos mais de 201 milhões de habitantes, 1, 7%, entre 18 e 24 anos é de jovens não alfabetizados, enquanto, entre os adultos acima de 50 anos, essa taxa sobe para 18,6% da população (IBGE/PNAD, 2011).

⁴⁹ Emenda Constitucional nº 59, de 2009 (BRASIL, 2009).

⁵⁰ Conjunto de bens simbólicos em três estados: incorporado, disposições ou predisposições duráveis que se entranham no corpo de uma pessoa (posturas e preferências, competências intelectuais etc); objetivado, bens culturais (livros, obras de arte etc); institucionalizado, reconhecimento institucional de competências culturais adquiridas (diplomas e certificados) (NOGUEIRA; CATANI, 2001).

⁵¹ VITOR, Elaine Cárceres. População de 15 anos e mais por faixa etária e nível de escolarização [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <meirecunh@gmail.com> em 25 jul. de 2014.

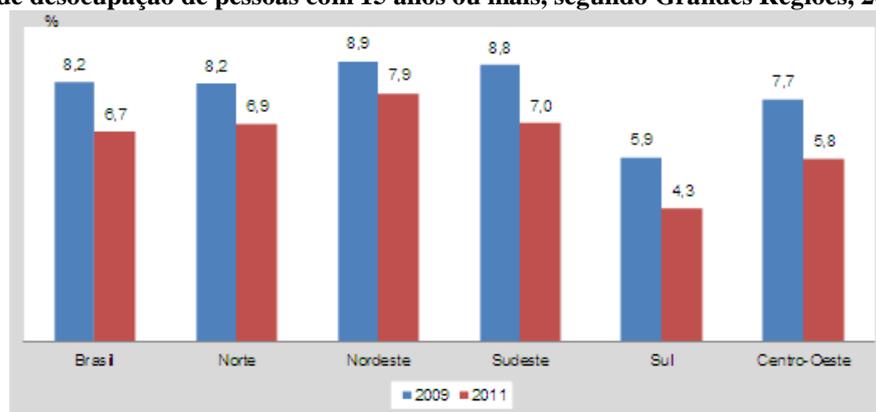
Gráfico 1: Taxa de não alfabetizados entre pessoas com 15 anos ou mais, por Grandes Regiões



Fonte: IBGE/PNAD – 2011

Ainda conforme os dados do IBGE/PNAD 2009-2011, o Nordeste é a região do país onde se concentram as maiores taxas de pessoas não alfabetizadas, com 35,6% de pessoas, com 50 anos ou mais, o que corresponde a 4,6 milhões, dos 12,9 milhões de adolescentes - com 15 anos ou mais - jovens, adultos e idosos não alfabetizados no Brasil. Não por coincidência, também é a região com a maior taxa de trabalhadores desempregados entre pessoas com 15 anos ou mais, como podemos constatar no Gráfico 2 “Taxa de desocupação de pessoas com 15 anos ou mais, segundo Grandes Regiões, 2009-2011” (IBGE/PNAD, 2011).

Gráfico 2: Taxa de desocupação de pessoas com 15 anos ou mais, segundo Grandes Regiões, 2009-2011



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. PNAD 2009-2011⁵².

⁵² Disponível em

<www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2222&id_pagina=1>. Acesso em 02 abr. 2013.

Segundo estatísticas do Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA) – PNAD/2012, em 2012 o número de jovens, com 18 anos ou mais, adultos e idosos não alfabetizados, foi de 13.063 milhões. No montante de 183.582 milhões de pessoas, a taxa foi de 8,7% de jovens - com 15 anos ou mais - e adultos não alfabetizados. Em 2011, a taxa era de 8,6%, ou seja, houve um aumento de 0,1% na taxa de pessoas não alfabetizadas de 2011 para 2012⁵³ (IBGE/PNAD, 2012).

Desigualdade socioeconômica e diversidade configuram eixos que precisam ser insistentemente discutidos por todos que militam pela EJA trabalhadores. Desse modo, o Eixo II do **Documento-Base da Conferência Nacional de Educação (CONAE) 2014**, aponta que

114 - A diversidade, como dimensão humana, deve ser entendida como a construção histórica, social, cultural e política das diferenças que se expressa nas complexas relações sociais e de poder. 115 - Uma política educacional pautada na diversidade traz para o exercício da prática democrática a problematização sobre a construção da igualdade social e as desigualdades existentes. Esta construção pressupõe o reconhecimento da diversidade no desenvolvimento sócio histórico, cultural, econômico e político da sociedade. 116 - No contexto das relações de poder, os grupos humanos não só classificam as diferenças como, também, hierarquizam-nas, colocando-as em escalas de valor e subalternizam uns em relação a outros. Nesse processo, as diferenças são descaracterizadas e transformadas em desigualdades (BRASIL, 2014a, p. 39).

Como consequência do reconhecimento da diversidade dos sujeitos em diferentes espaços na EJA trabalhadores, identificam-se os seguintes temas: educação profissional (EP), indígena, quilombola, afro-brasileira, do campo, de gêneros, pessoas com necessidades educativas especiais e pessoas com deficiência, nas prisões, egressos das prisões, pescadores, ambiental e ribeirinhos, entre outros.

O artigo 2º do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, define as seguintes diretrizes para a educação:

- I - erradicação do analfabetismo⁵⁴;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV - melhoria da qualidade da educação;
- V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB⁵⁵, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;

⁵³ Os dados referentes a 2013 estão previstos a liberação em setembro de 2014.

⁵⁴ No Documento-Base da CONAE 2014 esse termo foi alterado para “Promoção da alfabetização” (BRASIL, 2014a).

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;
 X - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (BRASIL, 2014b, p. 1).

Dessa forma, faz-se necessário que sejam discutidas e implementadas políticas públicas de Estado que assegurem o direito e o reconhecimento à diversidade na EJA trabalhadores, nos diversos temas. A luta dos movimentos sociais, atuantes na educação popular libertadora, é pelo reconhecimento dos educandos como sujeitos de saberes em situação de diversidade. Esses movimentos “reeducam a si e a sociedade e contribuem para a mudança do Estado brasileiro no que se refere ao direito à diversidade” (BRASIL, 2012b, p. 29).

Embora se tenha avançado com alguns programas, sobretudo nessa última década, é preciso que a sociedade civil organizada, juntamente com o governo, repense uma EJA trabalhadores que garanta o ingresso e a permanência de jovens, adultos e idosos trabalhadores em uma educação de qualidade social, voltada ao mundo do trabalho. É fundamental que essa educação permita, para além da elevação da escolaridade e qualificação profissional continuada, a formação de sujeitos críticos aptos ao exercício de sua cidadania. Assim, os educandos da EJA trabalhadores terão elementos que vão propiciar-lhes acesso mais igualitário ao pleno desenvolvimento socioeconômico e cultural.

A fim de aumentar as possibilidades na EJA trabalhadores – a educação a distância, sem distância – surge como potencial estratégia de política pública na tentativa de se atender à demanda de milhares de jovens, adultos e idosos trabalhadores pelo acesso a uma educação de qualidade social. As primeiras iniciativas registradas no início do século XX, por intermédio de anúncios em jornais, tinham a finalidade de qualificar o trabalhador. Na década de 20, eclodem as experiências radiofônicas⁵⁶. Porém, somente em 1996⁵⁷, por meio da LDBEN, essa modalidade passou a ser regulamentada. O Parágrafo 4º, do artigo 32, da LDBEN/1996, reconhece a EaD como uma forma de complementação da aprendizagem e/ou, em situações emergenciais, no ensino fundamental presencial.

É importante observar que uma das recomendações do **Documento Base Nacional preparatório à VI CONFINTEA** ao MEC, quanto a aspectos didático-pedagógicos

⁵⁵ Ampliação do percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para a educação, de modo que, no último ano do plano, sejam garantidos, no mínimo, 10% (BRASIL, 2014b, p. 33).

⁵⁶ Em 1923, o grupo liderado por Henrique Morize e Edgard Roquette-Pinto criou a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro que oferecia curso de Português, Francês, Silvicultura, Literatura Francesa, Esperanto, Radiotelegrafia e Telefonia. Em 1939, foi criado o Instituto Monitor - primeiro instituto brasileiro a oferecer cursos profissionalizantes a distância, por correspondência (ALVES, 2011, p. 88).

⁵⁷ Apesar de ter sido criada durante a Guerra Fria, na década de 60, somente em 1995 o fomento para o desenvolvimento dos serviços de Internet passa a ser mais sistematizado no Brasil e seu acesso ampliado à população.

relacionados à educação em ambiente virtual, é “fortalecer a discussão e a mobilização para a inserção do termo **ambiente virtual multimídia**” como um dos espaços educativos previstos no artigo 1º da LDBEN” (BRASÍLIA, 2008, p. 30, grifo nosso).

Por considerarem a EaD uma estratégia de política pública que pode contribuir para a diminuição da demanda na EJA trabalhadores, os Fóruns de EJA do Brasil, em 2007, representados por Maria Luiza Pereira [Angelim], elaboraram o documento “**Educação básica de jovens e adultos mediada e não mediada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs multimídia em comunidade de aprendizagem em rede**”, o qual subsidiou a reformulação do Parecer do CNE/CEB nº 11/2000 para o tema⁵⁸: EaD e EJA trabalhadores.

Maria Luiza Pereira [Angelim] (2007) provoca algumas reflexões para se repensar a temática ao argumentar que

os avanços na progressiva convergência das TICs, inclusive no contexto brasileiro, são imprevisíveis, mas permitem discernir que o serviço educacional continuará se beneficiando dos sistemas de “busca inteligente” na coleta e tratamento das informações e das possibilidades interativas em linguagens multimídia de comunicação, o que necessariamente continuará influenciando, fortemente, as decisões político-pedagógicas de uso apropriado das TICs nas formas escrita, som, imagem, dados, com e sem movimento em ambientes de aprendizagem colaborativa em rede (física e virtual), via correio postal (impressos), rádio (programas), televisão(programas), internet (multimídia), de modo integrado. Entendemos, como muitos educadores, que a progressiva aplicação das TICs como linguagens reorientará a organização do trabalho pedagógico na relação sujeitos aprendizes/ espaço/ tempo, redesenhando os ambientes de aprendizagem escolar e **não-escolar** (p. ex. mundo do trabalho) e, por conseqüência, a organização do sistema educacional, reconhecendo a singularidade própria da educação presencial mediada e não mediada pelas TICs como complementares, adotando-se a denominação de comunidade de aprendizagem em rede (ANGELIM, 2007, p. 3, grifo nosso).

Diante do exposto, infere-se que as TIC podem se tornar potenciais estratégias de formação político-pedagógica democratizando, possibilitando, potencializando e atualizando novos processos de ensino-aprendizagem. A partir da experiência de formação nos Fóruns de EJA do Brasil e em seu Portal – relatada no Memorial – fica claro ser possível oportunizar espaços de educação política onde os sujeitos envolvidos produzam conhecimento coletivamente visando mudança social. Nesse sentido, as questões norteadoras da pesquisa são as seguintes: de que forma os Fóruns de EJA do DF e GO, os seus respectivos sítios virtuais e o Portal dos Fóruns de EJA do Brasil – vistos pelos sujeitos do segmento

⁵⁸ Os Fóruns de EJA do Brasil discutiram outros temas para além dos apresentados na seção 1.1: parâmetros de idade, certificação na EJA trabalhadores e EaD voltada à EJA trabalhadores. A discussão dos demais, fundamentais para a EJA trabalhadores, tem contribuído na formação político-pedagógica dos integrantes dos Fóruns, a saber: Financiamento; Intersetorialidade; Currículo; Formação de Profissionais da Educação; SNF, entre outros. Formados, os militantes pela EJA trabalhadores adquirem elementos fundamentais para os enfrentamentos necessários, na garantia de uma educação de qualidade social a todos.

universidade – praticam e concebem a educação política?. Quais as práticas e os desafios de uma educação política nesses espaços?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

Analisar os modos como os Fóruns de EJA do DF e do GO, os seus respectivos sítios virtuais e o Portal dos Fóruns de EJA do Brasil contribuem efetivamente com a educação política de estudantes de Pedagogia em espaços não escolares. Concomitante a essa investigação, identificar as práticas e os desafios de uma educação política, apoiada pelas TIC.

1.2.2 Objetivos específicos

- ❖ Descrever a organização dos Fóruns de EJA do DF e de GO, sobretudo do segmento universidade, e analisar o modo como esse setor pratica e concebe a educação política no campo da EJA trabalhadores;
- ❖ Identificar as práticas e os desafios de uma educação política voltada a estudantes de Pedagogia da UnB e da UFG em espaços não escolares;
- ❖ Analisar de que maneira os Fóruns de EJA, do DF e do GO, seus respectivos sítios virtuais e o Portal dos Fóruns de EJA do Brasil podem contribuir com a educação política de estudantes de Pedagogia da UnB e da UFG.

1.3 PROBLEMATIZANDO OS PERCURSOS DA PESQUISA

No Memorial descrevo todas as experiências de formação por mim vivenciadas, além de outros pedagogos e demais licenciados, nos Fóruns de EJA do Brasil e em seu Portal, bem como as diversas maneiras como tais espaços não escolares contribuíram, sobretudo, no meu processo de constituição do Ser⁵⁹. Por essa razão, optei por fazer, neste estudo, uma análise desses espaços não escolares – presenciais e virtuais –, os quais considero como formativos, na tentativa de investigar melhor essas possibilidades.

Nas próximas seções, apresentarei ambos os espaços como lugares de construção, discussão, encaminhamentos e formação para os movimentos sociais que militam pela EJA trabalhadores em nosso país. Principalmente, contextualizarei esses espaços não escolares a fim de justificar a escolha das questões de investigação, perseguidas durante este estudo, bem como os objetivos que nortearam a pesquisa.

1.3.1 O Movimento dos Fóruns de EJA do Brasil

Na década de 90, a sociedade civil começou a se organizar de maneira mais orgânica e o seu papel na construção de políticas públicas para a educação passou a ser reconhecido e legitimado por diferentes entidades, em várias instâncias. Nesse período, o campo da EJA trabalhadores passou por vários e distintos tensionamentos - de um lado, os movimentos sociais; de outro, o governo. Aparecem, então, as primeiras experiências de fóruns⁶⁰.

Resgatar a história dos Fóruns de EJA do Brasil é voltar ao ano de 1996, quando surgiu o primeiro Fórum de EJA, no estado do RJ. Na memória de sua criação, ficou registrada a finalidade original, que era a de organizar reuniões estaduais e nacionais preparatórias à V CONFINTEA⁶¹, Hamburgo, Alemanha, 1997, a partir da convocação da UNESCO.

⁵⁹ Sujeito político [epistemológico, amoroso] (REIS, 2000).

⁶⁰ Do latim, *fórum*, praça pública; Na antiga Roma, foro/fora; Local destinando à discussão pública; Reunião ou espaço virtual onde se discute determinado tema. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/foro/>>. Acesso em 01 jan. 2014.

⁶¹ A primeira CONFINTEA ocorreu em Elsinore, Dinamarca, em 1949, logo após a Segunda Guerra e a criação da UNESCO. Onze anos após, em 1960 aconteceu a II CONFINTEA em Montreal, Canadá; A III CONFINTEA

A V CONFINTEA foi a forma que a sociedade civil organizada encontrou para participar dessa importante conferência voltada a educação de adultos no mundo. Sem dúvida, o marco do surgimento de uma nova proposta de movimento social no país. Segundo Leôncio Soares (2002), os Fóruns de EJA do Brasil se constituíram como “um movimento nacional de continuidade da V CONFINTEA, que se materializa na criação de fóruns estaduais [e distrital] de EJA” (SOARES, 2002, p. 9).

Jane Paiva (2005) esclarece que, após a V CONFINTEA, duas vertentes passaram a consolidar a EJA trabalhadores:

a primeira, a da escolarização, assegurando o direito à educação básica a todos os sujeitos, independente de idade, e considerando a educação como direito humano fundamental; a segunda, a da educação continuada, entendida pela exigência do saber ao longo da vida, independente da educação formal e do nível de escolaridade, o que inclui ações educativas de gênero, de etnia, de profissionalização, questões ambientais, etc., assim como a formação continuada de educadores, estes também em processos de aprendizagem. Como verdadeiro sentido da EJA, ressignificando os processos de aprendizagem pelos quais os sujeitos se produzem e se humanizam, ao longo de toda a vida, não mais se pode mantê-la restrita à questão da escolarização, ou da alfabetização, como foi vista por largo tempo. (PAIVA, 2005, p. 14).

A partir da experiência do Fórum de EJA do RJ, foram integrando-se e surgindo – de forma gradativa – todos os demais. Hoje cada estado brasileiro e o DF possuem seu Fórum estadual⁶² e distrital. Cada qual criado em tempos diferentes, respeitando-se a autonomia e as especificidades dos sujeitos coletivos⁶³ e demais segmentos envolvidos. São coletivos organizados com base na dinâmica política territorial – municipal, estadual/distrital, regional e nacional – e representados pelos segmentos que compõem os Fóruns de EJA: educandos, educadores, movimentos populares, sindicatos, universidades (estudantes e professores), gestores públicos, ONGs e Sistema S.

Os Fóruns não foram constituídos da mesma forma em todos os cinco cantos do país, até porque tanto o tempo de existência de cada um quanto a natureza de sua constituição são diferenciados. No entanto, a pauta para a mobilização do movimento é única: a luta pelo direito a uma EJA trabalhadores de qualidade social.

Sobre as características dos Fóruns de EJA, Sérgio Haddad (2009) aponta que esse é um

grande espaço de articulação e participação do movimento de educação de jovens e adultos. Por sua natureza horizontal e pela participação crescente de uma diversidade de atores, públicos e privados [Sistema S], suas características passam a

ocorreu em 1972, em Tóquio, Japão; Em 1985, em Paris, França, foi realizada a IV CONFINTEA (PAIVA, 2005).

⁶² Alguns Fóruns estaduais, em consequência da extensão geográfica, são subdivididos em regionais.

⁶³ Integrantes dos movimentos: sindical, estudantil ou popular.

ser de articulação para a formação, troca de informações e atualização sobre o campo da educação de jovens e adultos. (HADDAD, 2009, p. 360).

A estrutura dos Fóruns de EJA é formada, geralmente, pelos oito segmentos já mencionados. Cada Fórum possui uma representação, a qual pode ser individual ou colegiada. Os representantes de cada Fórum defendem, em todas as instâncias, as decisões produzidas coletivamente em sua base. Embora possa haver conflitos ou até mesmo contradições nas discussões e nos encaminhamentos das propostas, normalmente as soluções são encontradas dialogicamente no que Paulo Freire (2011) chama de Pedagogia humanizadora.

Segundo consta no Portal dos Fóruns de EJA do Brasil,

os primeiros encontros confirmaram a desarticulação entre as esferas de poder federal, estadual e municipal, indicando, ainda, a falta de informações sobre aspectos pedagógicos, financeiros e legais e um profundo desejo, por parte dos participantes, de estruturar um espaço que possibilitasse a troca de experiências e a construção de parcerias, apesar das diferenças existentes de cunho político-pedagógico. Gerido por instituições governamentais e não-governamentais, movimentos sociais, sindicatos e educadores que dele participam, o Fórum do RJ consolidou a plenária mensal como instância deliberativa e espaço de socialização de informações e de formação continuada, visando o fortalecimento dos profissionais para a luta em defesa do direito e da qualidade de atendimento na área da educação de jovens e adultos. trabalhadores (FÓRUNS DE EJA DO BRASIL, 2011a, p. 1).

Após três anos de existência, os Fóruns decidiram que era preciso criar um espaço presencial com o propósito de reunir o coletivo nacional existente naquela época, para que coletivamente fossem discutidas e encaminhadas propostas de políticas públicas para a EJA trabalhadores. Maria Clara Di Pierro (2005) esclarece que os Fóruns de EJA “utilizaram uma estratégia de articulação **em rede** para organizar, anualmente, em colaboração com instâncias dos três níveis de governo, Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos (ENEJAs)” (DI PIERRO, 2005, p.1131, grifo nosso).

O ENEJA é um espaço coletivo no qual os Fóruns de EJA do Brasil praticam a construção coletiva e fazem um exercício constante de convivência com diferentes sujeitos e suas maneiras singulares de se pensar e se praticar a EJA trabalhadores em nosso país. Nesse espaço, o coletivo dos Fóruns discute propostas para uma pedagogia diferenciada na qual são considerados os percursos, as diferenças e as individualidades de cada sujeito. Os resultados vêm em forma de relatório-síntese - construídos coletivamente - – e aprovados em plenária por todos os delegados eleitos nas bases que representam (FÓRUNS DE EJA DO BRASIL, 2011a, p. 1).

Maria da Glória Gohn (2011) complementa, afirmando que os Fóruns “estabeleceram a prática de encontros nacionais em larga escala gerando grandes diagnósticos dos problemas

sociais, assim como definindo metas e objetivos estratégicos para solucioná-los” (GOHN, 2011, p. 20).

O primeiro ENEJA foi realizado no Rio de Janeiro, em 1999. Esse encontro contou com a participação de 298 delegados eleitos dos cinco Fóruns de EJA que existiam na época: RJ, MG, ES, RS e São Paulo (SP). Nos anos seguintes, a partir do ENEJA/RJ, os encontros nacionais foram se desdobrando e se ampliando em números e representatividade. Em 2000, ocorreu o II ENEJA em Campina Grande/PB; o III ENEJA em São Paulo, em 2001; o IV ENEJA em Belo Horizonte/MG, em 2002; o V ENEJA em Cuiabá/MT, em 2003; o VI ENEJA em Porto Alegre/RS, em 2004; O VII ENEJA aconteceu em 2005, em Brasília/DF (abertura) e Luziânia/GO; em 2006, o VIII ENEJA no Recife/PE; e já o IX ENEJA⁶⁴ se deu em Curitiba/PR (abertura) e Faxinal do Céu/PR, em 2007.

Ao completar dez anos em 2008, o ENEJA voltou a ser sediado pelo Fórum de EJA do RJ. A proposta do X ENEJA, que ocorreu em Rio das Ostras/RJ, era a de resgatar a memória dos dez anos de caminhada e de luta pelo direito à educação de qualidade para todos, seus avanços, estratégias e desafios. Principalmente, desvelar qual a identidade⁶⁵ dos Fóruns de EJA do Brasil: o que os aproximam e o que os distanciam dos movimentos sociais.

Apesar de assunto polêmico⁶⁶, os Fóruns de EJA se destacam como uma nova configuração de movimento social, a partir da qual outros segmentos⁶⁷ são chamados pelo movimento para compor o coletivo, como parte integrante na negociação e elaboração de políticas públicas de Estado para a EJA trabalhadores [em âmbito do Poder Executivo], podendo contribuir e intervir, inclusive, para alterações legislativas [poder Legislativo]. Como anteriormente contextualizado, a EJA trabalhadores é um problema estrutural, produzido pela própria sociedade capitalista. Nesse sentido, o coletivo dos Fóruns entende que os problemas sociais devem ter a participação de todos os atores, como, por exemplo, governo e, com este, formular novas políticas públicas de Estado para a modalidade.

Em 2009, o ENEJA ocorreu pela primeira vez em um estado da região Norte, em Belém, Pará. O XI ENEJA, em Salvador, Bahia, em 2011, foi o último a acontecer anualmente. A partir dele, os Fóruns de EJA optaram por encontros nacionais a cada dois anos, intercalados de encontros por região – os EREJA – e seminários nacionais de formação, os SNF. Em 2013, foi realizado o XIII ENEJA, em Natal, Rio Grande do Norte.

⁶⁴ A plenária final do IX ENEJA foi concluída no espaço de interação dos Fóruns de EJA no Portal, fórum de discussão em *phpBB*. Essa primeira experiência tornou o Portal também espaço deliberativo.

⁶⁵ Palestra proferida pela professora Dra. Maria da Glória Gohn (UNICAMP), na Mesa “O que são hoje os Fóruns de EJA no Brasil? Natureza e caráter do movimento”.

⁶⁶ A condição de **ser** ou **não ser** movimento social não é uma unanimidade entre os Fóruns de EJA do Brasil.

⁶⁷ Universidade, Educadores, Sistema S, ONG e Governo.

A partir dos primeiros ENEJA, o movimento dos Fóruns foi crescendo e se fortalecendo em âmbito nacional. Sua importância e legitimidade nas discussões e encaminhamentos de propostas de políticas públicas para a EJA trabalhadores foi sendo reconhecida pelos governos em seus diferentes níveis, assim como em vários espaços. Em 2003, sob o Decreto nº 4.834, foi instituída a Comissão Nacional de Alfabetização (CNA), ampliada para Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA), por meio do Decreto nº 5.475, de 2005 – revogado e mantido pelo Decreto nº 6.093, de 2007.

A CNAEJA é composta por até dezesseis membros, titulares e seus respectivos suplentes, indicados por instituições e entidades ligadas à educação, entre as quais os Fóruns de EJA do Brasil. Essa comissão tem caráter consultivo e assegura a participação da sociedade civil organizada no Programa Brasil Alfabetizado (PBA), “assessorando na formulação e implementação das políticas nacionais e no acompanhamento das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos” (BRASIL, 2007, p. 4).

Os diferentes espaços – reuniões, encontros, seminários, audiências públicas, conferências, comissões etc – comportam, por parte dos implicados, a reflexão de que a EJA trabalhadores é, na verdade, um problema histórico-político-estrutural. Portanto, um campo cheio de tensões e de tensionamentos. Por conseguinte, evidencia-se a necessidade de a sociedade civil se organizar e reivindicar uma educação de qualidade social que contemple os diferentes sujeitos, a qual lhe garanta uma formação integral ao longo da vida e para toda a vida. Sendo assim, esses ambientes – provocados e estruturados pelos Fóruns de EJA – fazem-se cada vez mais imprescindíveis para a educação de jovens, adultos e idosos trabalhadores no Brasil.

1.3.2 O Portal como extensão dos Fóruns de EJA do Brasil

Como abordado na seção anterior, os Fóruns de EJA do Brasil já haviam conquistado os ENEJA como espaços de reuniões presenciais. Porém, o coletivo dos Fóruns percebeu que se encontrar uma vez a cada ano era muito pouco. Com isso, era preciso descobrir novas maneiras de se reunirem, ainda que remotamente. Diante desse desafio, lançaram mão das tecnologias interativas, impulsionadas pelo ambiente virtual interativo multimídia da Internet, na organização desses espaços.

Em 2005, dois grandes encontros nacionais foram organizados pelo GTPA-Fórum EJA/DF em um ambiente virtual piloto, com apoio da UnB: o V Encontro Nacional do Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (MOVA) Brasil e o VII ENEJA. O processo de inscrições *online* dos delegados eleitos foi realizado neste ambiente virtual.

A partir dessa experiência e diante da proposta de professores da FE/UnB e do Centro de Desenvolvimento de Tecnologia e Conhecimento (CDTC) da UnB – durante a plenária do VII ENEJA, que aconteceu em Brasília/DF e Luziânia/GO em setembro de 2005 – os delegados eleitos, aprovaram a criação de um espaço que teria por objetivo reunir virtualmente o coletivo nacional dos Fóruns de EJA do Brasil em suas singularidades complementares (FÓRUNS DE EJA DO BRASIL, 2011b).

A partir desse marco, desenvolve-se o Portal dos Fóruns de EJA do Brasil (www.forumeja.org.br) como extensão do movimento dos vinte e sete Fóruns estaduais e distrital de EJA. O Portal surge da experiência de membros do Grupo de pesquisa Aprendizagem, Tecnologias e Educação a Distância - CNPq Lattes por meio da pesquisa-ação de estudantes e professores da FE/UnB e do CDTC/UnB, com o apoio da SECAD/MEC. (GTPA-FÓRUM EJA/DF, 2009).

O espaço “O que é o Portal”, sítio Brasil, esclarece que o Portal

busca a conexão entre o movimento social pela EJA e as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC'S), no momento em que se constitui como um ambiente virtual interativo multimídia de mobilização destes movimentos. O Portal é construído em software livre e desenvolvido de forma descentralizada por estudantes, professores, integrantes dos movimentos sociais e governos que atuam na área de Educação de Jovens e Adultos. Esse projeto surgiu, portanto, integrando o sistema do Observatório de Inclusão Educacional e Tecnologias Digitais [...] O Portal disponibiliza um acervo virtual multimídia com a publicação de textos, artigos, teses, dissertações, banners, documentos, relatórios dos encontros, livros, links, imagens, produções em áudio e audiovisual. Além do caráter informativo, o Portal possibilita a comunicação entre as pessoas, fortalecendo uma rede de trocas onde se favorece o diálogo, surgindo a possibilidade de produção de novos conhecimentos acerca das problemáticas da Educação de Jovens e Adultos. (FÓRUNS DE EJA DO BRASIL, 2011b, p. 1).

De acordo com o relatório-síntese do X ENEJA, os Fóruns de EJA – apoiados pelas TIC – desenvolveu seu Portal que vem possibilitando o uso de ferramentas interativas, as quais visam “à socialização de experiências e a aproximação dos atores em rede, conferindo-lhes visibilidade pública -, fundamentais no processo de uma construção coletiva de abrangência nacional, considerando as dimensões continentais do país” (FÓRUNS DE EJA DO BRASIL, 2008, p. 1).

O ambiente virtual do Portal foi desenvolvido sob a base ideológica da construção coletiva e adota as políticas dos movimentos: *software* livre e acesso aberto. Nas discussões

envolvendo diversos sujeitos, optou-se pelo *software* livre por uma questão política e social de inclusão digital no sentido de que as tecnologias possibilitassem acesso, sem restrições, aos conteúdos disponibilizados.

O Portal adota a política do **Movimento Software Livre**, difundido por Richard Stallman, na década de 90, o qual se caracteriza pelo desenvolvimento colaborativo de *softwares* e pelo livre acesso ao código-fonte⁶⁸ destes. Esclareço que *software* livre é sinônimo de liberdade e não de algo gratuito. Visto que não basta ser de graça para ser livre, é preciso que seu código-fonte seja aberto⁶⁹ às configurações, no sentido de adaptá-lo às necessidades de quem o utiliza. Essas tecnologias são livres porque dão liberdade de escolha, criação, aperfeiçoamento e execução.

Outro movimento político-social pelo qual o Portal milita é o acesso aberto. Esse movimento defende o livre acesso à produção acadêmica e ao conhecimento científico, principalmente por meio de acessos digitais, sem restrições e livre da necessidade de assinatura ou pagamento de licenças.

Na Internet, a autoria continua existindo e deve ser respeitada. Ainda assim, nesse ambiente virtual, o privado está em constante devir com o público. Como afirma Manuel Castells (1999; 2003), é como se estivéssemos em uma grande praça pública: nela quase tudo pode ser trocado, compartilhado, construído, desconstruído e reconstruído coletivamente por seus internautas. Portanto, com a decisão de adotar esses movimentos político-sociais, o Portal pode reconfigurar alguns *softwares* de acordo com as necessidades do coletivo dos Fóruns de EJA, colocando-os a serviço do movimento (CUNHA, 2013).

Além disso, esse ambiente virtual possibilita espaços de discussão, organização, mobilização, encaminhamento de propostas para políticas públicas, deliberações e, principalmente, formação político-pedagógica e tecnológica para a compreensão político-social do uso crítico das tecnologias a serviço de um coletivo, em luta política. O Portal disponibiliza um vasto acervo multimídia: documentos, leis, normas, diretrizes, material acadêmico, cursos completos, audiovisual, galeria de imagens, instrumentos de mobilização e espaços interativos. Dessa forma, é possível transformar informação em conhecimento, produzido coletivamente, com o objetivo de qualificar as práticas dos sujeitos implicados a qual lhes possibilitem elementos para a mobilização em prol da EJA trabalhadores.

⁶⁸ Conjunto de palavras ou símbolos escritos de forma ordenada, contendo instruções em uma das linguagens de programação existentes, de maneira lógica. Disponível em: < <http://www.slideshare.net/efaredes/linguagens-de-programao>>. Acesso em 21 abr. 2014.

⁶⁹ Quando o código fonte do *software* está disponível aos interessados, possuindo restrições intelectuais de cópia e reprodução reduzidas ou inexistentes quanto aos valores referente à propriedade intelectual ou direito autoral.

Segundo o Projeto Acadêmico do Curso de licenciatura em Pedagogia da UnB, a formação no curso ocorre por meio de disciplinas – obrigatórias e optativas – e projetos. Os projetos que contemplam o tripé indissociável ensino-pesquisa-extensão exercitam teoria e prática em diversas temáticas e estão divididos por etapas e fases: Projeto I, Projeto II, Projeto III três fases, Projeto IV duas fases e Projeto V, totalizando oito semestres que preparam o futuro pedagogo para a elaboração do seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA/FE, 2002).

Como abordado no Memorial, o Projeto 3 “Portal dos Fóruns de EJA do Brasil” é ofertado pela FE/UnB em três fases (I, II e III). O referido projeto oportuniza ao futuro pedagogo investigar e desvelar seu próprio local de moradia em quatro lógicas, temas e linguagens que se entrecruzam: EJA trabalhadores, movimentos sociais, tecnologias e linguagem corporal. Essa última é exercitada em atividades do **Movimento Vital Expressivo Rio Abierto**⁷⁰.

Na estrutura curricular do curso também constam as oficinas de tecnologia:

Um desafio complementar no novo currículo é o da formação para e pelo uso das tecnologias da informação e da comunicação (TIC) em educação. Esta formação deverá iniciar-se com uma compreensão do papel da tecnologia na evolução das sociedades para chegar a entender como ela faz parte do processo de desenvolvimento cultural no mundo moderno. Esta visão deverá permear todo o Curso e se concretizar em duas modalidades distintas: nas Oficinas de Comunicação e Tecnologia e na vivência das tecnologias interativas on-line, resultado da incorporação de tais tecnologias ao processo de formação e de aprendizagem, tirando partido da flexibilização dos tempos e espaços propiciada pelas TIC. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA/FACULDADE DE EDUCAÇÃO, 2002, p. 13).

Existem vários espaços e diferentes modos de aprendizagem que não somente os estabelecidos pelo sistema oficial de ensino. Por essa razão, é reconhecida a importância da fala, da escrita, da dança, dos gestos, dos sons, do silêncio, das imagens, das cores, da linguagem corporal⁷¹ e, inclusive, das TIC no processo ensino-aprendizagem (CUNHA, 2013).

Os portais colaborativos, tal como o referido Portal, abrem-se como possibilidades de produção coletiva do conhecimento e formação político-pedagógica e tecnológica apoiada pelas TIC. Esse espaço potencializa estratégias de ensino-aprendizagem a fim de possibilitar uma formação mais crítica a estudantes do curso de licenciatura em Pedagogia e demais licenciaturas, exercitando o tripé ensino-pesquisa-extensão em ambientes não escolares, lançando mão de novas linguagens e temas. A formação nesses espaços objetiva um

⁷⁰ Ver mais sobre o Rio Abierto <<http://forumeja.org.br/df/node/1337>>

⁷¹ Refere-se a todas as expressões que se façam com as diferentes partes do corpo, pelos movimentos, posturas ou gestos.

intelectual mais criativo, reflexivo e propositivo. Contudo, para isso, é necessário tornar “o pedagógico mais político e o político mais pedagógico” (GIROUX, 1997, p. 163).

Nas seções a seguir, apresentarei a educação de jovens, adultos e idosos voltada à classe trabalhadora como campo de tensões e tensionamentos, sobretudo das disputas entre interesses públicos e privados que envolvem essa modalidade de ensino. Farei um recorte histórico, a partir da década de 40, com as primeiras iniciativas de ensino profissionalizante privado, paralelas ao público. Assim como os movimentos e campanhas para alfabetização das décadas de 40 e 60. Apresentarei também as leis e diretrizes das décadas de 80 e 90 e, por último, os projetos e programas para a EJA trabalhadores da década de 90 até os dias atuais.

1.4 TENSÕES NA EJA TRABALHADORES: BREVE HISTÓRICO

A EJA trabalhadores no Brasil é um campo de diversas disputas - políticas, econômicas e sociais - tensões e tensionamentos, principalmente, envolvendo interesse público e privado. Não tenho a pretensão de analisar com profundidade a EJA trabalhadores em nosso país, vários autores já o fizeram, no entanto, gostaria de fazer um breve resgate histórico para que entendamos de qual educação de jovens, adultos e idosos estamos falando, assim como os avanços, conquistas e desafios dos movimentos sociais que militam pela EJA trabalhadores nas últimas sete décadas.

Valho-me de um recorte embasado, prioritariamente nas análises feitas por Jaqueline Ventura (2006; 2011). Opto por concentrar-me nas pesquisas dessa autora por toda sua trajetória na EJA trabalhadores e militância nos Fóruns de EJA do Brasil. Começo pelo ensino técnico e profissionalizante no Brasil, o qual surgiu por iniciativa privada, sobretudo de empresários do setor industrial, com aporte financeiro de recursos públicos advindos de parcerias entre o governo e entidades educacionais privadas a fim de complementar o ensino regular.

O Sistema S, segundo Jaqueline Ventura (2011, p.60), “ensino profissionalizante paralelo” ao sistema educacional brasileiro, começou a se constituir nos primeiros anos da década de 40 a partir de alguns marcos: em 1942 foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), depois surgiu o Serviço Social do Comércio (SESC), em 1945. No ano de 1946, foram criados o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Social da Indústria (SESI). Na década de 90, foram criados: o Serviço

Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), em 1991, e o Serviço Social do Transporte e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte (SEST/SENAT), em 1993 - ou seja, em um contexto político e socioeconômico diferente dos anteriores (VENTURA, 2006; 2011).

Com o fim do Estado Novo, surgiram as necessidades de aumentar o número de eleitores e de atender às novas demandas, impulsionadas pelo sistema capitalista, por trabalhadores mais qualificados para a indústria. A partir do estímulo da UNESCO, o Brasil se viu obrigado a desenvolver políticas para o atendimento da educação de adultos. Em consequência, no final da década de 40, surgiram as primeiras campanhas nacionais de alfabetização em massa em nosso país. (VENTURA, 2006; 2011).

Para Jaqueline Ventura (2011), esse período entre o final da década de 40 até o início da década de 60 foi marcado pelas grandes campanhas e movimentos pela educação, que se tornaram alternativas aos educandos excluídos tanto do sistema regular como do Sistema S. De acordo com a autora, a primeira delas - a Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) - foi criada em 1947, por Lourenço Filho, a qual foi caracterizada pelo perfil aligeirado com “alfabetização em três meses e curso primário em dois períodos de sete meses; seguidos de ações de desenvolvimento comunitário e de treinamento profissional” (VENTURA, 2011, p. 61)

De acordo com dados pesquisados e apresentados pela autora, no início da década de 50, mais da metade da população brasileira com, 18 anos ou mais, era constituída por pessoas não alfabetizadas. A autora segue afirmando que, em 1952, após o 1º Congresso de Educação de Adultos, foi criada a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), voltada aos educandos da região Nordeste (VENTURA, 2011).

No período de 1960 a 1964, duas concepções de educação se confrontaram: a libertadora, baseada nas ideias de Paulo Freire, e a funcional, que objetivava a qualificação da mão de obra do trabalhador. Alguns destaques nesse período merecem nota: em 1960 foi criado, em Recife, Pernambuco, o Movimento de Cultura Popular (MCP) – movimento social que contava com a participação de estudantes universitários, artistas e intelectuais; e em 1961 surgiu o Movimento de Educação de Base (MEB), como iniciativa da Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB) com apoio do governo federal, aglutinados pela Juventude Operária Católica (JOC) e a Juventude Universitária Católica (JUC) (VENTURA, 2006; 2011).

Nesse mesmo ano, a Secretaria de Educação de Natal, Rio Grande do Norte, (RN) inicia a campanha **De Pé no Chão Também se Aprende a Ler**, com o objetivo de ampliar a escola pública; em 1961, em Angicos/RN, a experiência de alfabetização de 300 trabalhadores

em 45 dias conhecida como as “40 horas de Angicos”; a União Nacional dos Estudantes (UNE), por meio do Centro Popular de Cultura (CPC) passou a se dedicar às manifestações culturais (teatro, música, cinema) com o propósito de dar formação política e cultural à população, debatendo os problemas políticos e socioeconômicos da época.

As campanhas foram extintas em 1963, em função da descentralização estabelecida nas Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4024/61. Jaqueline Ventura (2011) faz algumas críticas em relação às campanhas, entre elas, a principal diz respeito à “infantilização do adulto e o distanciamento entre a vida do adulto e o seu processo de alfabetização” (VENTURA, 2011, p. 62).

Segundo a autora, o único movimento de educação popular que sobreviveu durante o regime militar foi o MEB, mesmo assim “sob o custo da ruptura com os compromissos da educação de classe que vinha desenvolvendo e da revisão dos seus pressupostos teóricos metodológicos, além da mudança geográfica” do Nordeste para a Amazônia (VENTURA, 2011, p. 66).

Ainda de acordo com Jaqueline Ventura (2011), em 1964, a partir de acordos entre o MEC e a *United States Agency for International Development* (USAID) o governo federal instituiu o Programa Nacional de Alfabetização (PNA), que pretendia alfabetizar, em torno de cinco milhões de brasileiros, aplicando o “método” Paulo Freire - extinto pelo golpe militar em 14 de abril de 1964 (VENTURA, 2011).

Em 1967, o governo da ditadura militar retrocedeu ao caráter de campanha e criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL), Lei nº 5.379 de 15 de dezembro de 1967, cujo propósito era contrário ao dos movimentos sociais e iniciativas governamentais anteriores. O MOBRAL ensinava os educandos a ler, escrever e contar, sem aportar a compreensão crítica desse processo e, também, sem lhes possibilitar o exercício pleno de sua cidadania. Esse movimento fazia parte das três ações implementadas pelo regime militar para a EJA trabalhadores, incluindo a Cruzada Ação Básica Cristã, conhecida como Cruzada ABC, e o ensino supletivo, regulamentado pela Lei nº 5.692 de 1971.

Segundo Jaqueline Ventura (2011),

pela primeira vez, uma legislação específica organizou o ensino de jovens e adultos em capítulo próprio, diferenciando-o do ensino regular básico e secundário, e abordou a necessidade da formação específica dos professores para atuar nele – avanços legais incontestáveis para a área. Além disso, a lei iniciou um período de intenso investimento público no ensino supletivo, estruturado a partir de quatro funções: suplência, suprimento, aprendizagem e qualificação. Assim, o ensino supletivo, no interior de reformas autoritárias e no ápice do processo de modernização conservadora do País, ganhou um estatuto próprio, o que não garantiu, entretanto, sua unidade com o ensino regular. (VENTURA, 2011, p. 71).

É importante esclarecer que, com exceção do MCP, todos os outros movimentos e campanhas realizadas nas décadas de 40 e 60 foram ou de iniciativa de governo ou tiveram seu aporte financeiro. Inclusive as “40 horas de Angicos” que, mesmo sob a coordenação do educador Paulo Freire, foi uma ação do governo do RN.

1.4.1 A EJA trabalhadores nas décadas de 80 e 90: Leis e Diretrizes

Fruto de intenso movimento político pela educação pública, em 1988 foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil. O artigo 205 da Constituição Federal (CF) sinaliza que a educação é um direito de todos e dever do Estado e da família e será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. O campo de disputa entre interesses é definido no artigo 209 CF/1988, o qual estabelece que o ensino é **livre à iniciativa privada**, possibilitando, assim, uma divisão entre público e privado (BRASIL, 1988, grifo nosso).

Após essa conquista parcial e a continuidade da luta política pela educação pública, na década de 90, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, criou as diretrizes e base da educação nacional. No artigo 2º da LDBEN, assim como na CF/1988, estabeleceu-se que a educação é um dever tanto da família quanto do Estado, estando alicerçada nos princípios da liberdade e nos ideais de solidariedade humana. A finalidade da educação, para a CF/1988 e para a LDBEN/1996, é o pleno desenvolvimento do educando, da mesma maneira que o seu preparo objetiva o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

No Capítulo II dessa mesma Lei - destinado à educação básica -, o sistema de ensino público fica responsável por ofertar uma EJA trabalhadores gratuita que possibilite “oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (BRASIL, 1996, p. 14). Porém, a LDBEN/1996 abriu e fragilizou o capítulo que versa sobre a EJA trabalhadores ao suprimir do título a expressão “Trabalhadores”.

O artigo 37 da LDBEN/1996 define o seguinte:

Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.
 § 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.
 § 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si (BRASIL, 1996, p. 14).

Todavia, de acordo com Jaqueline Ventura (2011, p.79), ao se referir à EJA trabalhadores “como cursos e exames supletivos [o artigo 38, da LDBEN/1996, retoma] o sentido compensatório conferido à modalidade”:

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL, 1996, p. 14).

A EJA trabalhadores está diretamente ligada ao mundo do trabalho. Isso acontece porque os sujeitos que necessitam dessa modalidade de ensino são trabalhadores “a partir de 18 anos, na cidade e no campo, inseridos nas contradições do mundo do trabalho, pela gestão coletiva do trabalho (economia solidária) ou pela competição do mercado com organização sindical, cumprindo-se o Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA” (GTPA-FÓRUM EJA/DF, 2012, p. 1). Essa identidade de trabalhadores que estudam a partir dos 18 anos tem respaldo legal da Emenda Constitucional (EC) nº 59 de 2009.

Em 2005, determinado senador pelo PDT⁷² do DF lançou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 74/2005 de 13 de dezembro de 2005, ratificada pela Emenda EC nº 59/2009 de 11 de novembro de 2009, a qual promove modificações aos Artigos 206, 208, 210 e 212 da CF e acrescenta o artigo nº 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Entre o conjunto de medidas dessa PEC, a qual dispõe sobre a nacionalização e a qualidade da educação básica no Brasil, está a ampliação da oferta do ensino público obrigatório para crianças de 6 anos até adolescentes de 17 anos (BRASIL, 2005; 2009).

A referida EC nº 59/2009 altera a CF/1988, estabelecendo que a educação básica seja obrigatória e gratuita a crianças e adolescentes de 4 a 17 anos, inclusive assegurando que sua oferta seja garantida a todos que não tiveram acesso na idade escolar regular (BRASIL, 2009). Portanto, a PEC nº 74/2005 e a EC nº 59/2009 reafirmam as reivindicações dos Fóruns de EJA de que os adolescentes, entre 15 e 17 anos, tenham o direito universal ao ensino regular gratuito obrigatório garantido pelos três níveis do governo – União, estados e municípios, além de a EJA trabalhadores ter de ser exclusiva a jovens, adultos e idosos trabalhadores a partir dos 18 anos de idade (BRASIL, 2005b; 2009). Sendo assim, é necessário que a formação oferecida a esses educandos seja voltada ao mundo do trabalho como atividade e força criativa humana (ENGELS, 1883/1974).

⁷² Partido Democrático Trabalhista.

Segundo a LDBEN/1996, a EJA trabalhadores deverá integrar o ensino médio articulado, preferencialmente à educação profissional (EP). O PNE/2014 tem como meta fomentar a expansão das matrículas para a EJA trabalhadores, bem como ofertar 25%, no mínimo, das vagas de forma integrada à educação profissional, articulando a formação inicial e continuada de trabalhadores à EP, visando, assim, à elevação da escolaridade dos educandos (BRASIL, 2014b).

Maria Margarida Machado e João Oliveira (2010) afirmam que a integração da EJA trabalhadores com a EP, um dos temas transversais da educação, é algo recente na história das políticas educacionais no Brasil. Contudo, conforme destacam os autores, não será uma tarefa fácil nem tampouco deverá acontecer a curto prazo, uma vez que se trata de modalidades e campos diferentes no que tange à educação brasileira. De acordo com suas avaliações, tais modalidades lidam com sujeitos específicos: “os que vivem do trabalho e que se veem, crescentemente, excluídos do mercado de trabalho, dado ao desemprego estrutural e às crescentes exigências de qualificação” (MACHADO; OLIVEIRA, 2010, p. 7).

1.4.2 Programas e Projetos voltados à EJA trabalhadores

As décadas de 40, 50 e 60 ficaram marcadas pelas campanhas e movimentos pela educação. A partir dos anos 90, o que prepondera são os projetos e os programas do governo federal. Em 1990⁷³, o governo de coalisão pelo PRN⁷⁴ (1990-1992) lançou o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC), cuja meta era reduzir em 70% os 17.762.629 de pessoas não alfabetizadas no país – meta a ser cumprida em cinco anos. Em setembro de 1996, o então Ministro da Educação do governo de coalisão pelo PSDB⁷⁵ (1994-2002) criou o Programa Alfabetização Solidária (PAS), coordenado pela primeira dama à época, o qual previa alfabetizar, em cinco meses, de forma aligeirada, adolescentes e jovens na faixa entre 15 e 19 anos (MACHADO, 1998).

Em 1998, o Ministério Extraordinário de Política Fundiária criou o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), Portaria nº. 10/98 de 16 de abril. Em 2011, o Programa foi vinculado ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA). O PRONERA tem por objetivo principal ampliar a escolaridade de jovens e adultos

⁷³ Em 1989, foi declarado que em 1990 seria o “Ano da Alfabetização”.

⁷⁴ Partido da Reconstrução Nacional.

⁷⁵ Partido da Social Democracia Brasileira.

do campo em todos os níveis: educação básica, cursos técnico-profissionalizante de nível médio, cursos superiores e especialização (BRASIL, 2010d).

Segundo o Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de educação do/no campo e o PRONERA, é considerada população do campo:

os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2010d, p. 1).

Ainda de acordo com o que estabelece o artigo 2º do Decreto nº 7.352, são princípios da educação do/no campo:

I - respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia;
 II - incentivo à formulação de projetos político-pedagógicos específicos para as escolas do campo, estimulando o desenvolvimento das unidades escolares como espaços públicos de investigação e articulação de experiências e estudos direcionados para o desenvolvimento social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em articulação com o mundo do trabalho;
 III - desenvolvimento de políticas de formação de profissionais da educação para o atendimento da especificidade das escolas do campo, considerando-se as condições concretas da produção e reprodução social da vida no campo;
 IV - valorização da identidade da escola do campo por meio de projetos pedagógicos com conteúdos curriculares e metodologias adequadas às reais necessidades dos alunos do campo, bem como flexibilidade na organização escolar, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições;
 V - controle social da qualidade da educação escolar, mediante a efetiva participação da comunidade e dos movimentos sociais do campo. (BRASIL, 2010d, p. 1).

O Programa Brasil Alfabetizado (PBA) foi criado pelo MEC em 2003 com a finalidade de alfabetizar jovens, adultos e idosos e, também, de dar formação a professores/alfabetizadores de jovens e adultos, universalizando, assim, o acesso à educação. Esse programa, de âmbito nacional, é utilizado como porta de acesso ao ensino fundamental para educandos da EJA trabalhadores. Ele disponibiliza recursos para estados e municípios objetivando dar formação aos professores alfabetizadores; à aquisição e reprodução de materiais – seja didático seja para o alfabetizador – e transportes para os educandos. Os alfabetizadores e coordenadores recebem bolsas⁷⁶ que variam, atualmente, entre 400 a 750 reais, dependendo da classe da Bolsa (BRASIL, 2003).

De acordo com as ações do PBA, as bolsas são distribuídas da seguinte maneira:

I – Bolsa classe I: R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais para o alfabetizador e para o tradutor-intérprete de libras que atuam em uma turma ativa;
 II – Bolsa classe II: R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais para o alfabetizador que

⁷⁶ Os valores sofrem atualizações.

atua em uma turma ativa de população carcerária ou de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas; III – Bolsa classe III: R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais para o alfabetizador e tradutor-intérprete de Libras que atuam em duas turmas de alfabetização ativas; IV – Bolsa classe IV: R\$ 600,00 (seiscentos reais) mensais para o alfabetizador-coordenador de cinco turmas de alfabetização ativas. V – Bolsa classe V: R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais) mensais para o alfabetizador que atua em duas turmas ativas de estabelecimento penal ou de jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. (BRASIL, 2003, p. 1).

Além da alfabetização de jovens, adultos e idosos e formação de alfabetizadores, o PBA possui duas outras ações: o Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA/EJA), que distribui os livros didáticos aos alfabetizandos, além da Coleção Literatura para Todos, que distribui às turmas do PBA e às escolas públicas que ofertam EJA trabalhadores, por meio de concurso, obras literárias destinadas ao público novo leitor (BRASIL, 2003).

Jaqueline Ventura (2011) afirma que o PBA precisa superar algumas dificuldades, tais como a sua desvinculação à educação básica e a superação dos resultados que apontam que o programa não conseguiu reduzir a taxa de analfabetismo, de forma significativa. Segue reiterando que o nível de aprendizagem percebido nos egressos do programa é, de fato, insignificante. Ademais, segundo a autora, há a confirmação de que os educandos não dão continuidade em sua escolarização, haja vista o número baixo da taxa de matrícula no primeiro segmento da EJA trabalhadores (VENTURA, 2011).

No Distrito Federal, o governo composto por meio da coalisão PT⁷⁷-PMDB⁷⁸ e mais onze Partidos (2011-2014) regulamentou a execução do PBA, no âmbito distrital, por meio do Decreto nº 33.828 de 08 de agosto de 2012. O programa **DF Alfabetizado: Juntos por uma nova história** foi lançado no dia 08 de julho de 2011 com o objetivo de alfabetizar 10 mil pessoas, com 15 anos ou mais. Para tanto, contaria com 500 turmas. O DF possuía, em 2010, segundo dados do IBGE, 63.754 pessoas não alfabetizadas. A meta desse programa era ampliar o número de turmas para 3.250, até 2014 com a finalidade de tornar o DF território alfabetizado até o ano de 2014 (BRASÍLIA, 2011).

No dia 09 de maio de 2014, o Ministro da Educação do governo de coalisão pelo PT (2010-2014) fez a entrega solene do **Selo de Alfabetização** ao Governo do Distrito Federal (GDF), reconhecendo o DF como território livre do analfabetismo. Esse selo, de acordo com o artigo nº 11, do Decreto nº 6.093, de 24 de abril de 2007, é entregue aos municípios que atingem mais de 96% de taxa de alfabetização, com base nos dados do IBGE. Segundo dados do Censo Demográfico/IBGE de 2010, o DF alcançou o índice de 96,5% de alfabetização. Por

⁷⁷ Partido dos Trabalhadores.

⁷⁸ Partido do Movimento Democrático Brasileiro.

tal razão, foi a primeira unidade da federação a receber o referido selo (GTPA-FÓRUM EJA/DF, 2014).

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens: educação, qualificação e ação comunitária (PROJOVEM) foi instituído por meio da Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005, com o objetivo de elevar a escolaridade de jovens com idade entre 18 a 24 anos [ampliado para 29 anos] visando à conclusão do ensino fundamental integrado à qualificação profissional, com ações comunitárias as quais estimulem “a inserção produtiva cidadã e o desenvolvimento de ações comunitárias com práticas de solidariedade, exercício da cidadania e intervenção na realidade local” (BRASIL, 2005a, p. 2).

No entanto, Jaqueline Ventura (2011) considera que

a configuração do Projovem Urbano, ou mesmo do Projovem Integrado como um todo, não supera limites de origem, quais sejam: o seu distanciamento do campo da EJA e o sistema educacional; o seu modelo de programa emergencial; sua proposta de qualificação profissional voltada para o exercício do trabalho simples; sua formação pragmática, que valoriza o “saber empreender-se”; e sua certificação destituída dos conhecimentos básicos exigidos por essa etapa de ensino, servindo à elevação dos indicadores de escolaridade da população. (VENTURA, 2011, p. 89).

Outra iniciativa voltada ao jovem, adulto e idoso trabalhador é o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA), instituído pelo Decreto n 5.840, de 13 de julho de 2006. Essa iniciativa é desenvolvida pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do MEC e abrange diversos cursos e programas, a saber: formação inicial e continuada e ensino técnico articulado à EJA trabalhadores. O PROEJA visa à elevação da escolaridade do jovem, adulto e idoso trabalhador por meio da integração do ensino fundamental ou médio com o ensino técnico profissionalizante, a partir de programas e projetos em todo o país (REIS; CASTIONI; TELES, 2012).

A respeito do PROEJA, vale mencionar um projeto de pesquisa na região Centro-Oeste, o Projeto 19, apoiado pela SETEC e pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ambos do MEC. Esse projeto de pesquisa é formado por uma cooperação interinstitucional coordenado pela Universidade Federal de Goiás (UFG) com a participação da Universidade Católica de Goiás (UCG), do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás (IFG/GO) e da UnB. A UnB coordena, desde 2007, o Subprojeto 3 **Transiarte: Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional**, conhecido também como PROEJA-Transiarte, já abordado no Memorial. Este subprojeto é desenvolvido como pesquisa-ação no DF e sua base empírica se concentra no Centro de

Ensino Médio (CEM) 03 e na Escola Técnica da Ceilândia (ETC), ambos na Ceilândia – Região Administrativa (RA) do DF.

Com o intuito de atualizar as Diretrizes Nacionais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e também de discutir o PROEJA – Formação Inicial e Continuada (FIC), diversas entidades - incluindo integrantes dos Fóruns de EJA - participaram, a partir de 2010, de vários debates e audiências públicas. Segundo a Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012, a Educação Profissional Técnica de Nível Médio será assim ofertada:

Art. 7º A Educação Profissional Técnica de Nível Médio é desenvolvida nas formas articulada e subsequente ao Ensino Médio:

I - a articulada, por sua vez, é desenvolvida nas seguintes formas:

a) integrada, ofertada somente a quem já tenha concluído o Ensino Fundamental, com matrícula única na mesma instituição, de modo a conduzir o estudante à habilitação profissional técnica de nível médio ao mesmo tempo em que conclui a última etapa da Educação Básica;

b) concomitante, ofertada a quem ingressa no Ensino Médio ou já o esteja cursando, efetuando-se matrículas distintas para cada curso, aproveitando oportunidades educacionais disponíveis, seja em unidades de ensino da mesma instituição ou em distintas instituições de ensino;

c) concomitante na forma, uma vez que é desenvolvida simultaneamente em distintas instituições educacionais, mas integrada no conteúdo, mediante a ação de convênio ou acordo de intercomplementaridade, para a execução de projeto pedagógico unificado;

II - a subsequente, desenvolvida em cursos destinados exclusivamente a quem já tenha concluído o Ensino Médio. (BRASIL, 2012a, p. 3).

Em 2011, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) foi instituído pela Lei nº 12.513/2011 com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de formação inicial e continuada na educação profissional técnica de nível médio, com a participação de instituições públicas e privadas. O PRONATEC financia, por meio da Bolsa-Formação, Portaria nº 168/2013, as ações executadas em parceria entre órgãos ou entidades da administração pública direta e indireta e instituições de ensino público e privado. À luz do Decreto nº 5.840/2006, a Bolsa-Formação amplia a oferta de cursos da educação profissional articulado à EJA trabalhadores, gratuitamente nas escolas públicas e nas unidades de ensino do Sistema S com dois tipos de cursos: Técnico para os educandos do ensino médio e Formação Inicial e Continuada ou qualificação profissional, com duração mínima, respectivamente, de um ano e de dois meses (BRASIL, 2012c).

Segundo dados do MEC, o PRONATEC criou, até o ano de 2013, 2,5 milhões de vagas para ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica ao programa. Contudo, a crítica que se faz é que esse quantitativo não representa uma qualidade na EJA trabalhadores nem tampouco a elevação da escolaridade desses educandos, dada sua característica aligeirada, focada em cursos de curta duração que visam somente à qualificação

acelerada da mão de obra do trabalhador para o mercado de trabalho. Outra crítica é que a oferta no PRONATEC, em sua maioria, está concentrada no Sistema S. É preciso esclarecer que, juntamente com o MEC, o Sistema S participa tanto da elaboração de projetos pedagógicos para os cursos que serão ofertados quanto das diretrizes de operacionalização desse programa.

De acordo com o artigo de Gaudêncio Frigotto (2013), intitulado **“Ensino Médio e Técnico profissional: disputa de concepções e precariedade”**, de 2013, em 2014 o governo federal pretende atingir 8 milhões de vagas e ainda investir 1,5 bilhão de reais no PRONATEC. Porém, a partir de dados da PNAD-2011, o autor aponta que o direito ao ensino médio está sendo negado aos jovens brasileiros, uma vez que dos 18 milhões de jovens, entre 15 e 24 anos, que estão fora da escola, 1,8 milhão não está frequentando essa modalidade.

Gaudêncio Frigotto prossegue expondo que apenas 9% dos jovens entre 18 e 24 anos ingressam no curso superior. Ainda segundo o autor, tanto o PRONATEC quanto o Programa Nacional de Educação do Campo (Pronacampo) se permanecerem sem uma base sólida no ensino médio, acabam por se constituírem em “um castelo em cima de areia”, uma vez que, em sua percepção, “continuaremos negando a efetiva cidadania política, econômica, social e cultural à geração presente e futura de nossa juventude” (FRIGOTTO, 2013, p. 3).

Para Jaqueline Ventura (2011), os diversos programas voltados à EJA trabalhadores, do PBA ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), “além de conferir um contorno renovado à problemática educacional, imprime um conteúdo e uma forma específica de regulação da educação e expressa mecanismos novos de controle social das diferentes frações da classe trabalhadora” (VENTURA, 2011, p. 83).

Os campos da EJA trabalhadores, relatados em mais de sete décadas, convergem em propostas educacionais tensionadas por interesses públicos e privados. Cabe à sociedade civil organizada dar uma resposta a esse conflito esperado, por meio de iniciativas coletivas. Em 2009, diversas entidades, que militam por uma educação de qualidade social no Brasil, organizaram-se por força de conferências estaduais, regionais e distrital preparatórias à CONAE 2010. No ano de 2013, visando à CONAE 2014, essas entidades se mobilizaram na discussão das diretrizes para as políticas públicas de Estado por um PNE que priorize a criação e implementação de um Sistema Nacional de Educação no Brasil, como consta no Documento-Base da CONAE 2014, **CONAE 2014: o PNE na articulação do Sistema Nacional de Educação – participação popular, cooperação federativa e regime de colaboração** (BRASIL, 2014a).

CAPÍTULO II: CÂMERA - REFERENCIAL TEÓRICO

Sempre que inicio um referencial teórico, lembro-me de Ricardo Mariz. O autor empreende uma reflexão saudosista e pontual para explicar as escolhas feitas em sua pesquisa de mestrado. Desse modo, continuo acreditando que o pesquisador - ao fazer a opção por um determinado tema de pesquisa, delimitar seu problema, traçar seus objetivos e escolher o método que irá utilizar para comprovar ou não as hipóteses levantadas e as teorias que farão parte de todo o seu referencial teórico, “não abandona os autores e autoras que povoam sua cabeça” (MARIZ, 2003, p. 7).

Por isso, não abandonarei os autores que contribuíram e participaram ativamente de meu processo formativo. Acrescentarei, contudo, outros conhecidos nesse novo percurso, já que o problema que investigo é constituinte de minha **ação** como pessoa (história de vida), pedagoga-educadora-pesquisadora e cidadã. Como consequência, o capítulo **Câmara** dará o foco à pesquisa, a partir da perspectiva desses teóricos.

2.1 Educação Política: popular libertadora

Educação como prática da liberdade (1965/1997)⁷⁹, Pedagogia do Oprimido (1968/2011)⁸⁰ e Medo e Ousadia (1986/1987)⁸¹ foram minhas opções para uma breve conversa com Paulo Freire. Falo de conversa porque essas leituras sempre me pareceram uma leitura **com** o autor e não **da** obra do autor. Essa percepção provavelmente ocorre pelo fato de Paulo Freire ser um educador cujo pensamento foi forjado na dialogicidade. Segundo o autor, em um diálogo com Ira Shor, esse ato “pertence à natureza do ser humano, enquanto ser de comunicação. O diálogo sela o ato de aprender, que nunca é individual, embora tenha uma dimensão individual” (FREIRE; SHOR, 1987, p. 11).

⁷⁹ Análise do contexto político, socioeconômico e educacional brasileiro.

⁸⁰ No exílio no Chile, Paulo Freire pode, para além de repensar as realidades no Brasil (política, social, econômica e educacional), refletir sobre o que já sabia e aprender coisas novas com outras culturas e países dos continentes africano, americano e europeu, ou seja, mediatizado pelo mundo. O autor afirma que essa foi a etapa final de sua compreensão sobre a política da educação (FREIRE, 2011).

⁸¹ Livro-diálogo entre Paulo Freire e Ira Shor sobre questões do cotidiano de um educador, escrito em 1985, nos Estados Unidos (EUA), em forma de depoimentos.

Para Paulo Freire (1997, p. 90), é preciso uma educação que coloque o sujeito “em diálogo constante com o outro”. O educador afirma ainda o diálogo ser uma exigência do existencial, em um “encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu” (FREIRE, 2011, p. 109).

No prefácio que Francisco Weffort escreve para o livro de Paulo Freire (1997), o autor contextualiza as ideias do educador, aproveitando para esclarecer que a mais importante teoria sobre a pedagogia da liberdade é a condição *sine qua non* da sua prática. Por isso, trata-se de uma educação como **prática** da liberdade. De acordo com ele, a força motriz dos diversos círculos de cultura está em assumir tanto a liberdade quanto a crítica sobre o modo de ser dos sujeitos, trabalhadores e trabalhadoras.

Maria Margarida Machado (2007)⁸² relata que uma das primeiras descobertas que teve com o referencial de Freire foi a de que o chamado “método” Paulo Freire, na realidade, vai além de um simples método de alfabetização e, sim, trata-se “de princípios e valores que passam a nortear sua forma de pensar e agir” (MACHADO, 2007, p. 11).

O referido “método” alfabetiza utilizando círculos de cultura (rodas de conversa, de prosa, de saberes; cirandas; cantigas de roda; etc.). Neles, os sujeitos são dispostos em círculos, de forma horizontalizada e sem hierarquias de saberes, para discutirem problemas sociais reais-concretos das realidades por eles vivenciadas. A partir disso, surgem palavras e temas geradores utilizados em um esquema de alfabetização que envolve problematização, conscientização, decodificação e codificação.

Para a compreensão da pedagogia libertadora proposta por Paulo Freire em todas as suas dimensões: prática, política, econômica e social, é necessária a clareza de que “a ideia da liberdade só adquire plena significação quando comunga com a luta concreta dos homens por libertar-se” (FREIRE, 1997, p.17). Portanto, é preciso que os sujeitos se ocupem de sua própria libertação. Duas máximas de Paulo Freire são a de que ninguém educa e liberta ninguém, nem a si mesmo, os homens se educam e se libertam em comunhão “mediatizados pelo mundo” (FREIRE, 2011, p. 95).

Enquanto o pensamento de Paulo Freire é por uma pedagogia popular libertadora, Michael Apple, Wayne Au e Luís Armando Gandin (2011) reconhecem Freire como a figura mais importante, em nível de mundo, no desenvolvimento, do que os autores chamam de pedagogia crítica. Para os autores, essa pedagogia expõe o modo como as relações de poder e

⁸² Texto apresentado por Maria Margarida Machado na Conferência de Abertura “A atualidade do pensamento de Paulo Freire e as políticas de EJA” do IX ENEJA que aconteceu em Pinhão, Paraná, de 18 a 22 de setembro de 2007.

desigualdades “manifestam-se e são postas em questão” na educação informal de jovens e adultos (APPLE; AU; GANDIM, 2011, p. 14).

No pensamento de Paulo Freire, o conhecimento é um “saber de experiência feito” (FREIRE, 1996, p. 18). Luís de Camões, quatro séculos antes do autor, em *Os Lusíadas*⁸³, 1572, restringe e afirma que o “saber [é] só de experiência feito”, ou seja, para o autor não é qualquer saber - científico, filosófico, tecnológico, tradicional etc - é **somente** aquele de experiências vividas.

Maria Margarida Machado (2007), influenciada pelo pensamento de ambos autores, complementa que todo sujeito - independente do ciclo vital⁸⁴, formação popular ou acadêmica, nível de escolaridade: alfabetização ou doutorado - é dotado de um “saber de experiência feito” (MACHADO, 2007, p. 1). Essas duas concepções reconhecem o saber de experiência, o saber popular, antecedendo, assim, qualquer teoria.

Segundo o autor espanhol Jorge Larrosa Bondía (2002, p. 21), experiência “é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca”. Ainda argumenta que o “saber da experiência é um saber particular, subjetivo, relativo, contingente, pessoal. Se a experiência não é o que acontece, mas o que **nos** acontece, duas pessoas, ainda que enfrentem o mesmo acontecimento, não fazem a mesma experiência” (BONDÍA, 2002, p. 27, grifo nosso).

Na educação de jovens, adultos e idosos - sujeitos concretos, dotados de consciência, vontade, criatividade e de saberes de experiências **vividas** – por se tratar de um saber considerado popular, nem sempre é reconhecido e, em alguns casos, até negligenciado por nós educadores. Para Paulo Freire (2011), quando o professor só transmite uma informação a seus alunos, sem que haja troca ou produção do conhecimento, esse saber passa a ser saber de experiência transmitida.

De acordo com Paulo Freire (2011), a pedagogia libertadora deve ser forjada **com** os oprimidos e não **para** os oprimidos; assim como a transformação deve ser **com** eles e não **para** eles. Para o autor, o grande desafio está em saber de qual forma esses mesmos oprimidos que “hospedam” o opressor dentro de si, poderão participar da pedagogia de sua própria libertação. Ainda afirma que a liberdade não está dada, e, apesar dos oprimidos terem “medo da liberdade”, é preciso que eles corram o risco de assumirem a luta por ela (FREIRE, 2011, p. 45).

⁸³ CAMÕES, Luís de Camões. *Os lusíadas*. Ed. comentada. Rio de Janeiro: Bibliex, 1980.

⁸⁴ Criança, adolescente, jovem, adulto e idoso.

Paulo Freire (2011) afirma que somente na solidariedade é possível se fazer uma *práxis* autêntica. Para o autor, a *práxis* é a reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição “opressor-oprimido” (FREIRE, 2011, p. 52). Mas, é preciso, segundo o autor, que nessa *práxis* o oprimido se comprometa com sua própria transformação, afinal, somente os oprimidos se libertando, serão capazes também de libertarem seus opressores. Em seu pensamento, os opressores nem libertam os outros nem a si mesmos.

O autor ainda segue argumentando que o opressor se vale da dependência emocional exercida sob os oprimidos para provocar-lhes ainda mais dependência. A alternativa, para Paulo Freire (2011, p. 77), é uma pedagogia humanizadora “em que a liderança revolucionária, em lugar de se sobrepor aos oprimidos e continuar mantendo-os como quase “coisas”, com eles estabelece uma relação dialógica permanente”. Reafirma, também, ser preciso que os oprimidos se engajem em sua libertação:

A violência dos opressores, que os faz desumanizados, não instaura uma outra vocação – a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e aos opressores. (FREIRE, 2011, p. 41).

Para o autor, a educação libertadora não pode ter medo do debate nem tampouco fugir à análise crítica da realidade social. É preciso que os educandos se rebelem contra uma educação que o aprisione na ignorância do seu próprio Eu. Somente a educação criativa, dialógica, que produza conhecimento coletivamente a partir do real-concreto, é capaz de provocar mudanças sociais nessa sociedade em conflito. Segue argumentando que “só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros” (FREIRE, 2011, p. 81).

2.2 Educação política: uma construção na sociedade em conflito

As sociedades sobrevivem e evoluem graças aos conflitos provocados pelas contradições existentes. Os conflitos na sociedade, para Moacir Gadotti (1991), surgem quando essas contradições rompem os laços que a mantinham em equilíbrio. Assim como acreditava Paulo Freire (2011), para Gadotti (1991) a liberdade nunca é dada e os oprimidos

devem travar uma luta constante por ela. Pois para o autor, influenciado pelo pensamento do primeiro, uma sociedade em conflito é aquela na qual os sujeitos ainda não conquistaram a própria liberdade, mas apenas o direito de dizer que não são livres (FREIRE, 2011; GADOTTI, 1991).

Segundo Paulo Freire e Ira Shor (1987) e Moacir Gadotti (1991), o educador não pode manter-se neutro na tarefa de educar. Para eles, há duas possibilidades: o educador pode educar em favor ou contra os interesses da classe dominante ou a favor; ou contra a classe dos dominados. Os autores prosseguem defendendo que os educadores que se dizem neutros estão, na verdade, “deixando a ideologia dominante em paz” (FREIRE; SHOR, 1987, p. 105).

Na reflexão acerca da perspectiva estruturalista, baseada na análise histórico-estrutural do processo de desenvolvimento econômico, social e político, Carlos Alberto Torres (1990) argumenta que

a educação é considerada um fenômeno social que desempenha papel importante no crescimento capitalista, muito frequentemente regulando os fluxos de mão-de-obra. Essa mão-de-obra, como resultado de processos educacionais formais e sistemáticos, torna-se mais qualificada [...], bem como é socializada em certas normas e valores que, em muitos casos, contribuem para reforçar o controle social a **hegemonia** vigorantes, ainda que em outros casos se torne fonte de contradição e de controle. (TORRES, 1990, p. 27, grifo nosso)

Na intenção de se compreender melhor o sentido de hegemonia, citada por Torres (1992), recorro ao conceito de Antonio Gramsci (1932/1981; 1932/1995; 1934/2004), desenvolvido a partir das análises feitas da sociedade capitalista italiana do século XX. Segundo o filósofo, hegemonia refere-se a um conjunto de poder constituído por meio da cultura e da ideologia, e nas mãos de uma classe social dominante. Para o pensador, a hegemonia somente se assegura por meio dos organismos privados, sociedade civil e pela sociedade política, Estado, e não inteiramente por este último. Esclarece ainda que a escola é uma das instituições que compõem a sociedade civil.

Desse modo, Antonio Gramsci (1981) acredita que a educação exerce papel dicotômico e fundamental tanto na consolidação da hegemonia quanto na estruturação da contra-hegemonia. Sua proposta não está em os trabalhadores tomarem o poder e ocuparem o lugar da burguesia na centralização do poder. Ao contrário, propõe a necessidade de uma contra-hegemonia, ou seja, a importância de se desconstruir a cultura orgânica da classe dominante [opressores] e de se construir a da classe trabalhadora [oprimidos]. Sugere ainda a criação de uma cultura das classes populares, como uma maneira de os trabalhadores estruturarem a contra-hegemonia (GRAMSCI, 1981).

Nessa perspectiva, uma das grandes contribuições de Antonio Gramsci (1995) na relação educação e mundo do trabalho é relativa à integração entre educação, cultura e trabalho. Para ele, é preciso “unificar os vários tipos de organização cultural existentes: academias, institutos de cultura, círculos filosóficos etc., integrando o trabalho acadêmico tradicional [...] as atividades ligadas à vida coletiva, ao mundo da produção e do trabalho” (GRAMSCI, 1995, p. 126).

Ao analisar a crise do programa e da organização escolar na Itália, no início do século XX, Antonio Gramsci (1995) propõe como solução para a relação educação e trabalho a criação de uma “escola única inicial de cultura geral, humanista, formativa, que equilibre equanimemente o desenvolvimento da capacidade de trabalhar manualmente [...] e o desenvolvimento das capacidades de trabalho intelectual” (GRAMSCI, 1995, p.118).

De acordo com o autor, a dicotomia existente entre trabalho manual e trabalho intelectual cria uma divisão social do trabalho, impulsionada pela hegemonia capitalista. Na contramão dessa problemática, “o advento da escola unitária significa o início de novas relações entre trabalho intelectual e trabalho industrial não apenas na escola, mas em toda a vida social” (GRAMSCI, 1995, p. 125).

Neste estudo, contextualizo o campo da educação de jovens, adultos e idosos voltado à classe trabalhadora. Por essa razão, apresento o conceito de trabalho a partir de Friedrich Engels (1883/1974, p. 171), que afirma ser essa a “condição fundamental primeira de toda a vida humana”. Na obra **Ideologia Alemã**, Karl Marx e Friedrich Engels (1998), ao criticarem a sociedade burguesa do século XIX, sobretudo a forma como o trabalho estava organizado e sua relação com os meios de produção, expõem que

a maneira como os homens produzem seus meios de existência depende, antes de mais nada, da natureza dos meios de existência já encontrados e que eles precisam reproduzir. Não se deve considerar esse modo de produção sob esse único ponto de vista, ou seja, enquanto reprodução da existência física dos indivíduos. Ao contrário, ele representa, já, um modo determinado da atividade desses indivíduos, uma maneira determinada de manifestar sua vida, um modo de vida determinado. A maneira como os indivíduos manifestam sua vida reflete exatamente o que eles são. O que eles são coincide, pois, com sua produção, isto é, tanto com o que eles produzem quanto com a maneira como produzem. O que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais de sua produção. (MARX; ENGELS, 1998, p. 11).

Conforme Moacir Gadotti (1991), Carlos Alberto Torres (1990), Carlos Rodrigues Brandão (1995) e Antonio Gramsci (1995), a escola desempenha duas funções distintas: tanto como reprodutora da ordem social quanto o lugar de transformá-la. Nesse sentido, “não pode ignorar os prolongamentos políticos do ato pedagógico” (GADOTTI, 1991, p. 78).

Parafraseando Antonio Gramsci (1995):

Pode-se objetar que um tal curso é muito fatigante por causa de sua rapidez, se se pretende efetivamente atingir os resultados a que se propõe a atual organização da escola clássica, mas que não são antigos. Pode-se dizer, porém, que o conjunto da nova organização deverá conter em si mesmo os elementos gerais que fazem com que, hoje, pelo menos para uma parte dos alunos, o curso seja muito lento. Quais são estes elementos? Numa série de famílias, particularmente das camadas intelectuais, os jovens encontram na vida familiar uma preparação, um prolongamento e uma integração da vida escolar, absorvendo no “ar”, como se diz, uma grande quantidade de noções e de aptidões que facilitam a carreira escolar. (GRAMSCI, 1995, p. 122).

Isso significa que o professor não pode desconsiderar a relação entre as condições socioculturais de um educando e o seu rendimento, do contrário, pois estará privilegiando um educando de uma classe social com maior poder aquisitivo em detrimento de outro de uma classe com menor poder aquisitivo.

A respeito da questão política na relação existente entre escola e sociedade, Moacir Gadotti (1991), a partir de perguntas já feitas pelo educador Paulo Freire, problematiza que

colocar a questão política significa ainda afrontar a grave questão: para que serve o que aprendemos? Para quem é e contra quem é? Para que serve a escola? Colocar a questão política significa ainda ter a ousadia de perceber que numa sociedade dividida em classes antagônicas, a Escola é um aparelho da classe dominante. Nessa sociedade, a Universidade sobretudo, tem uma função particular: formar advogados para defenderem o capital, formar médicos para cuidarem da saúde da burguesia, formar veterinários para os grandes latifúndios, formar economistas para defenderem os interesses particulares do capitalismo, formar educadores para conservar tudo isso como está. (GADOTTI, 1991, p. 79).

Ao abordar o pensamento e as práticas pedagógicas dos educadores, Moacir Gadotti (1990) opina que o fazer coletivo é o acúmulo histórico da categoria desses sujeitos e também da própria classe trabalhadora. Segundo o autor, “é nessa prática coletiva da classe trabalhadora que é preciso buscar a fonte de inspiração para a ação e a prática pedagógica que estejam comprometidas com os interesses de tal classe” (GADOTTI, 1990, p. 125).

Conforme avalia Moacir Gadotti (1990), um educador se mede pelo grau de consciência de classe que ele possui, pois

só uma ciência verdadeiramente comprometida com a transformação dessa sociedade [opressiva] interessa às classes oprimidas. A formação de um educador competente não é suficiente. É preciso que a competência técnica esteja fundamentada em um compromisso político, porque a competência depende de um ponto de vista de classe. Não somos competentes “em geral”, mas somos competentes para uma classe e não o somos para outra. (GADOTTI, 1990, p. 124).

O autor segue afirmando que não basta competência para o educador. É o grau de consciência política que irá determinar se esse profissional é ou não educador. Para tanto, é preciso uma formação política e social mais sólida para o novo educador. A esse educador

“competete refazer a educação, reinventá-la, [...] criar uma alternativa pedagógica que favoreça o aparecimento de um novo tipo de pessoas, solidárias, preocupadas [...] com um novo projeto social e político que construa uma sociedade mais justa, mais igualitária” (GADOTTI, 1991, p. 82).

Muito antes de Moacir Gadotti (1991), Paulo Freire (1968/2011) já afirmava que não há opressor sem oprimidos, dominação sem dominados, tampouco submissão sem submissos. Os autores acreditam que o ato de se educar é um exercício de conscientização, “a educação é ato essencialmente político. Portanto, ninguém educa ninguém sem uma proposta política, seja qual for” (GADOTTI, 1991, p. 79).

2.3 Educação política: formação em espaços não escolares – movimentos sociais e redes sociais digitais

Abro as próximas seções com a reflexão de que a proposta político-pedagógica para uma educação popular libertadora de jovens, adultos e idosos - inseridos no mundo do trabalho - deve ser norteadada pelo reconhecimento e respeito às experiências vividas pelo educando ao longo de sua vida, tal como propõe Luiz de Camões (1572), Paulo Freire (1968/2011) e Jorge Larrosa Bondía (2002). Sobretudo, faz-se fundamental ter como premissa o respeito quanto ao tempo e ao espaço de cada um e de cada uma. Em paralelo, é necessário dispormos da “percepção de que o conhecimento nessa modalidade deve ser norteadado pela construção coletiva de saberes entre educando e educador, em qualquer que seja o espaço formativo”, escolar e/ou não escolar, apoiados ou não pelas TIC (CUNHA, 2012, p. 50).

2.3.1 Movimentos sociais: algumas concepções

Não há tempo, espaço, teorias, sistemas, regras pré-estabelecidas, profissionais ideais no simples ato de ensinar e de aprender. As pessoas aprendem e ensinam umas às outras e umas com as outras em família, ambientes religiosos, comunidades, associações, bem como nos diversos movimentos populares [incluem-se sem terra e sem teto, ambientalistas,

indígenas, atingidos pelas barragens, camponeses, de mulheres, LGBTTTTS⁸⁵, afro-brasileiros, estudantil etc], nos sindicatos, partidos políticos, ONGs, redes sociais, presenciais e/ou digitais, fóruns, conselhos gestores, entre outros. Portanto, cada grupo social pode criar e desenvolver estratégias, recursos, métodos e espaços educativos para ensinar crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos de acordo com as suas necessidades e interesses, mesmo em lugares onde não haja educação escolar (BRANDÃO, 1995).

Diante dessa constatação, Maria da Glória Gohn (2011) complementa que existem três áreas na educação: a formal representada pela escola; a não formal, voltada para a formação e a construção da cidadania; e a informal, que se desenvolve em família. A autora, assim como Carlos Rodrigues Brandão (1995), prossegue com a reflexão de que há uma relação intrínseca entre movimento social e educação, a partir das ações práticas de movimentos e grupos sociais.

Para Maria da Glória Gohn (2011), essa relação

foi construída a partir da atuação de novos atores que entram em cena, sujeitos de novas ações coletivas que extrapolavam o âmbito da fábrica ou os locais de trabalho, atuando como moradores das periferias da cidade, demandando ao poder público o atendimento de suas necessidades para sobreviver no mundo urbano. (GOHN, 2011, p. 334).

Maria da Glória Gohn (2008a; 2008b) define movimentos sociais como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico, econômico e cultural que buscam viabilizar diferentes maneiras de organização e expressão das demandas da sociedade. De acordo com a autora, os movimentos possuem os seguintes elementos constituintes:

demandas que configuram sua identidade, adversários e aliados, bases, lideranças e assessorias – que se organizam em articuladores e articulações e forma redes de mobilizações; práticas comunicativas diversas que vão da oralidade direta aos modernos recursos tecnológicos; projetos ou visões de mundo que dão suporte a suas demandas; e culturas próprias nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações. (GOHN, 2008b, p. 14).

Alan Touraine (2006) define movimento social como

a combinação de um conflito com um adversário social organizado e da referência comum dos dois adversários a um mecanismo cultural sem o qual os adversários não se enfrentariam, pois poderiam se situar em campos de batalha ou em domínios de discussão completamente separados – o que impediria, por definição, tanto o conflito e o enfrentamento quanto o compromisso ou a resolução de conflito. (TOURAINÉ, 2006, p. 19).

De acordo com Alan Touraine (2006, p. 18), o essencial “é reservar a ideia de movimento social a uma ação coletiva que coloca em causa um modo de dominação social

⁸⁵ Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros e simpatizantes.

generalizada”. Contudo, o autor adverte que movimento social não é qualquer tipo de ação coletiva. Segue afirmando que

uma relação social de dominação só pode suscitar uma ação que mereça o nome de movimento social se atuar sobre o conjunto dos principais aspectos da vida social, ultrapassando as condições de produção em um setor, de comércio ou de troca ou, ainda, a influência exercida sobre os sistemas de informação e de educação. O amplo recurso feito à noção de capitalismo, apesar da polissemia desse termo, indica bem o espírito com que foram conduzidos os estudos clássicos sobre os movimentos sociais. Trata-se de estudar os movimentos que colocam em questão condições particulares, isto é, em domínios socialmente definidos, uma dominação que, em sua natureza e em suas aplicações, tem um impacto geral. Essa afirmação conduz diretamente a uma segunda, a saber, que só há movimento social se a ação coletiva [...] se opuser a tal dominação. (TOURAINÉ, 2006, p. 19).

Ao comporem um mapeamento da educação crítica, a qual denomino, neste estudo, de educação política, os autores Michael Apple, Wayne Au e Luís Gandin (2011) descrevem oito tarefas, nas quais os pesquisadores da educação e a análise crítica devem engajar-se. Entre essas, uma orienta que os educadores, ao trabalharem com uma perspectiva político-pedagógica, devem “agir juntamente com os movimentos sociais apoiados por seu trabalho ou com os movimentos contra os pressupostos direitistas e com as políticas que analisam criticamente”. A partir do conceito de Antônio Gramsci (1995)⁸⁶, os autores seguem afirmando que, dessa maneira, a “formação acadêmica em educação crítica de fato implica tornar-se um “intelectual orgânico”” (APPLE; AU; GANDIN, 2011, p. 16).

Na EJA trabalhadores, educação e trabalho são indissociáveis. Segundo Antonio Gramsci (1995), em qualquer situação, mesmo nos trabalhos mais braçais, há atividade intelectual criadora empreendida. Sendo assim, todos os homens são intelectuais, embora nem todos desempenhem funções de intelectuais em nossa sociedade (GRAMSCI, 1995).

Para Antonio Gramsci (1995), na classe trabalhadora o intelectual não é alguém que surge de fora. O trabalhador é o intelectual. Nessa perspectiva, os movimentos sociais produzem seus próprios intelectuais orgânicos, e são esses os que poderão comandar a revolução cultural. Michael Apple, Wayne Au e Luís Gandin (2011) também reconhecem a importância dos movimentos sociais na mudança de concepções acerca das significações de democracia e cidadania, em nossa sociedade.

De acordo com Maria da Glória Gohn (2011), os movimentos sociais das décadas de 70 e 80 contribuíram, a partir de demandas pontuais e das pressões organizadas, para a conquista de novos direitos sociais à época. Alguns deles inscritos na Constituição Federal de

⁸⁶ Todo grupo social, com exceção dos camponeses, engendra seus próprios intelectuais, os quais, juntamente com sua classe, assumem a função de representá-la e conscientizá-la, assegurando a hegemonia social e o domínio estatal da classe que representam. Todos os homens são intelectuais, mas nem todos assumem essa função na sociedade. (GRAMSCI, 1995).

1988. Segundo a autora, no início da década de 90, começaram a surgir no Brasil “outras formas de organização popular, mais institucionalizadas”, denominadas fóruns, como: Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, Fórum Nacional de Participação Popular, entre outros. Para a especialista, tais espaços “estabeleceram a prática de encontros nacionais em larga escala, gerando grandes diagnósticos dos problemas sociais, assim como definindo metas e objetivos estratégicos para solucioná-los” (GOHN, 2011, p. 342).

Gohn expõe ainda que outros movimentos foram surgindo à medida que as políticas neoliberais avançavam na década de 90, a saber: contra as reformas estatais; Ação da cidadania contra a fome; dos desempregados, aposentados ou pensionistas; dos perueiros (transporte alternativo), caminhoneiros; pela paz, contra a violência urbana; mulheres; homossexuais; afro-brasileiros⁸⁷; indígenas; funcionários públicos, especialmente os da educação e os da saúde; ecologistas; dos direitos humanos. Alguns, no entanto, atuavam mais no âmbito das ações coletivas em “respostas à crise socioeconômica” (GOHN, 2011, p. 21).

Os Fóruns de EJA do Brasil, assim como anteriormente mencionado, a partir de Antonio Gramsci (1995), têm a capacidade de engendrar seus próprios intelectuais orgânicos. Alguns coincidentemente com vínculos acadêmicos⁸⁸, como Jane Paiva, Jaqueline Ventura, Leôncio Soares, Maria Clara Di Pierro, Maria Luiza Pinho Pereira [Angelim], Maria Margarida Machado, Renato Hilário dos Reis, entre outros, têm contribuído enormemente na produção do conhecimento e formação político-pedagógica dos integrantes dos Fóruns em diferentes espaços e pelos diversos meios disponíveis.

Para além dessa dimensão, os Fóruns de EJA, segundo Maria Clara Di Pierro (2005),

funcionam como espaços públicos de gestão democrática e controle social das políticas educacionais. São espaços abertos, que possuem baixo grau de institucionalidade, têm caráter suprapartidário, reúnem uma pluralidade de organismos governamentais e não-governamentais e combinam atividades de informação, formação, mobilização e intervenção. (DI PIERRO, 2005, p. 1130).

Outro ponto importante é que os Fóruns conseguem reunir diversos segmentos da sociedade civil e, inclusive, construir um diálogo com o Estado na proposição de políticas públicas, respeitando a diversidade e a autonomia de cada segmento envolvido. Esse diálogo é um diferencial entre os movimentos sociais, haja vista que os Fóruns convidam o governo para comporem, como parte integrante, o movimento a fim de discutirem e construírem

⁸⁷ Movimentos de construção de identidade e luta contra a discriminação racial (GOHN, 2011).

⁸⁸ Os Fóruns de EJA do Brasil possuem intelectuais orgânicos na maioria dos segmentos que o compõem. No entanto, os autores supracitados são os mesmos com os quais venho dialogando em meu percurso formativo.

propostas de políticas públicas de Estado para a EJA trabalhadores, como abordado na seção 1.3.1.

Nesse sentido, os Fóruns se constituem como campo de disputas, tensões e tensionamentos. Porém, também como espaço de encaminhamentos, produção coletiva do conhecimento e formação político-pedagógica no qual se busca o exercício constante da troca de vivências e saberes em prol da EJA trabalhadores, de forma solidária.

2.3.2 Movimentos sociais em redes digitais

Na análise de Maria da Glória Gohn (2011, p. 13-14), os movimentos sociais “representam forças sociais organizadas que aglutinam as pessoas [...] como campo de atividades e de experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais”. Atualmente, os movimentos têm buscado novas estratégias para se organizar e se mobilizar por meio das múltiplas redes sociais, locais e globais, presenciais e as que utilizam “novos meios de comunicação e informação, como a internet” (GOHN, 2011, p. 3).

Conforme consta no Relatório-síntese do X ENEJA, os movimentos sociais “do modelo clássico passam por transformações advindas de mudanças nos modos de produção vigentes, trazendo questionamentos sobre o que significa ser movimento social hoje” (FÓRUNS DE EJA DO BRASIL, 2008, p. 2). Segundo Maria da Glória Gohn (2011), os movimentos sociais progressistas atuam “em redes, articulam ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Eles constituem e desenvolvem o chamado *empowerment* de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para a atuação em redes” (GOHN, 2011, p. 14).

O autor espanhol Manuel Castells teve uma participação significativa nos movimentos sociais em seu país. Pessoalmente, fez parte da resistência contra o governo do general Francisco Franco, na Espanha e da insurreição de estudantes e trabalhadores, na década de 60, no movimento que ficou conhecido como Maio de Paris, na França. As reflexões sobre o conceito de **sociedade em rede**, desenvolvido pelo autor, teve forte influência de sua inserção nos movimentos.

Desde o princípio da humanidade, os seres sociais já se organizavam em redes. As redes, quando formadas no espaço presencial, geralmente são aglutinadas por ideologias,

objetivos em comum, valores, afinidades, preferências, credos etc. De acordo com Manuel Castells (1999), “a distância entre dois pontos é menos, se ambos os pontos forem nós de uma rede do que se não pertencerem à mesma rede” (CASTELLS, 1999, p. 566).

Segundo Manuel Castells (2003), redes são conjuntos de nós que se inter-relacionam. Sobre redes, Maria da Glória Gohn (2011) afirma que essas “são estruturas da sociedade contemporânea globalizada e informatizada”. A autora considera que as redes “se referem a um tipo de relação social, atuam segundo objetivos estratégicos e produzem articulações com resultados relevantes para os movimentos sociais e para a sociedade civil em geral” (GOHN, 2011, p. 15).

Maria da Glória destaca diferentes tipos de redes, como: de sociabilidade, de governança, por associativismo (associações comunitárias), virtuais, telemáticas⁸⁹, específicas (de mulheres, por gêneros), socioculturais (heranças étnicas, religiosas, oriundas da tradição ou práticas sociais contemporâneas), geracionais (jovens e idosos), históricas (cultuam e desenvolvem a memória de terceiros), entidades, ONGs etc. Para ela, redes sociais são ferramentas importantes “na análise das relações sociais de um dado território ou comunidade de significados por que permite a leitura e a tradução da diversidade sociocultural e política existentes nessas relações” (GOHN, 2010, p. 32).

Diante disso, Antonio Silva et al (2006) argumentam que pesquisadores de diversas áreas do conhecimento se interessam cada vez mais pelo estudo das redes sociais, assim como seu impacto na vida social. Segundo os autores, esse fenômeno deu “origem a diversas metodologias de análise que têm como base as relações entre os indivíduos, em uma estrutura em forma de redes” (SILVA et al, 2006, p. 77).

Ressalto a relevância das análises de Maria da Glória Gohn (2008a; 2008b; 2010; 2011) acerca dos movimentos sociais no Brasil, sobretudo o papel político-social e as contribuições das diversas redes no processo de democratização. Todavia, antes disso, Manuel Castells (1999; 2003) já analisava a importância da Internet na organização, mobilização e proliferação dos movimentos pelo mundo:

A Internet penetra em todos os domínios da vida social e os transforma. Assim é uma nova configuração, **a sociedade em rede**, que está em gestação em todo o planeta, ainda que sob formas muito diversas entre um ponto e outro e, com efeitos muito diferentes sobre a vida das populações, devido à sua história, sua cultura, suas instituições. Como as mutações estruturais anteriores, essa reviravolta traz tantas possibilidades quanto problemas novos. O resultado que daí surgirá é indeterminado: dependerá de uma dinâmica contraditória, da eterna luta entre os

⁸⁹ Comunicação à distância de um conjunto de serviços informáticos fornecidos por uma rede de telecomunicações.

esforços sempre renovados para dominar, para explorar, e a defesa de viver e de procurar dar sentido à própria vida. (CASTELLS, 2003, p. 333, grifo nosso).

A partir das considerações de Manuel Castells (1999; 2003; 2013), pode-se afirmar que a maior rede na atualidade é a da Internet, em especial, por interconectar e teletransportar milhares de pessoas às mais diversas redes espalhadas pelo mundo. No entanto, assim como Manuel Castells (2003), Bernardo Sorj (2003) adverte que o impacto da Internet “aumenta potencialmente a desigualdade social”, uma vez que esse instrumento é inicialmente apropriado pelas classes sociais com maior poder aquisitivo. Para o autor, o esforço a fim de se combater a exclusão digital, é no sentido de “não permitir que a desigualdade cresça ainda mais com as vantagens que os grupos da população com mais recursos e educação podem obter pelo acesso exclusivo a este instrumento” (SORJ, 2003, p. 62).

Conforme assinala Manuel Castells (2013), os movimentos sociais mais recentes

exigem uma mobilização emocional desencadeada pela indignação que a injustiça gritante provoca, assim como pela esperança de uma possível mudança em outras partes do mundo, cada qual inspirando a seguinte por meio de imagens e mensagens em rede pela internet. Além disso, a despeito das profundas diferenças entre os contextos em que esses movimentos surgiram, há certas características que constituem um padrão comum: o modelo dos movimentos sociais na era da internet. (CASTELLS, 2013, p. 159).

Diante desse quadro, o tipo de rede mais específico para este estudo é a rede social apoiada pela Internet, ou seja, a digital. No ambiente virtual, as redes se organizam e proliferam a partir de necessidades e demandas parecidas com as das redes presenciais. Pierre Lévy (1999, p. 127) referenda esse pensamento ao afirmar que as redes sociais digitais são construídas “sobre as afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou troca, tudo isso independente das proximidades geográficas e das filiações institucionais”. O grande diferencial entre uma rede social presencial para uma virtual é que a última contribui na atualização e potencialização da primeira.

Sobre o alcance e o impacto das redes sociais digitais na sociedade, Manuel Castells (1999) afirma que, nesses espaços virtuais, “vivem” duas populações muito diferentes: uma pequena minoria de aldeões eletrônicos “residindo na fronteira eletrônica” e uma multidão transitória para a qual suas incursões casuais equivalem à exploração de várias existências na modalidade do efêmero” (CASTELLS, 1999, p. 386).

Convergindo com esse estudo, a respeito das redes como espaços de formação, organização e mobilização dos movimentos sociais, Manuel Castells (2013) esclarece:

A questão fundamental é que esse novo espaço público, o espaço em rede, situado entre os espaços digital e urbano, é um espaço de comunicação autônoma. A

autonomia da comunicação é a essência dos movimentos sociais, ao permitir que o movimento **se forme** e possibilitar que ele **se relacione com a sociedade** em geral, para além do controle dos detentores do poder sobre o poder da comunicação (CASTELLS, 2013, p. 16, grifo nosso).

Bem antes do surgimento das redes sociais digitais no mundo, Manuel Castells (1999) já afirmava que nas novas tecnologias da informação e comunicação “a mensagem é o meio” de comunicação em massa (CASTELLS, 1999, p. 364).

Sobre as redes sociais digitais, a primeira que surgiu com mais força no Brasil foi o *Orkut*⁹⁰, criado em 2004 pelo engenheiro turco Orkut Büyükkökten. No mesmo ano, os então amigos e ex-estudantes da Universidade de Havard, Estados Unidos (EUA), Mark Zuckerberg, Dustin Moskovitz, Eduardo Severin e Cris Hughes desenvolveram uma ferramenta de relacionamento com o objetivo de os estudantes criarem perfis e compartilhá-los em rede. A partir disso, surge o *Facebook*⁹¹.

Hoje qualquer pessoa acima de 13 anos pode ter uma conta no *Facebook* e se interconectar a milhares de outras mundo afora. Atualmente é a rede social mais popular do mundo, e só em nosso país conta com mais de 76 milhões de usuários ativos. O uso do WhatsApp, aplicativo de mensagens instantâneas administrado pelo Facebook, vem crescendo significativamente entre os usuários de Internet. Segundo dados da própria companhia, criada em 2009, até abril de 2014 eram 500 milhões de usuários regulares no mundo. Sua expansão em países como Índia, Brasil, México e Alemanha vem ocorrendo rapidamente. Além do envio de mensagens, os usuários podem compartilhar fotos e vídeos com pessoas de suas redes. No Brasil, 38 milhões de pessoas utilizam os serviços (FOLHA DE SÃO PAULO, 2014)⁹².

Manuel Castells (2013), no livro **Redes de indignação e esperança**, faz uma análise de alguns movimentos sociais internacionais, conectados às redes sociais digitais, como *Facebook*, *Twitter*, *Blogs*, além de *vlogs* no *YouTube* e vídeos no *Livestream*, ferramentas que contribuíram na organização, articulação, mobilização e propagação de alguns movimentos no mundo. Entre os movimentos que fazem parte dessa análise estão Revolução da Liberdade e da Dignidade, na Tunísia; Revolução das Panelas, na Islândia; Revolução Egípcia; Insurreições árabes; Indignados, na Espanha; e *Occupy Wall Street*, nos EUA.

⁹⁰ Após 10 anos, o Orkut será extinto no dia 30 de setembro de 2014.

⁹¹ A história do *Facebook* está disponível em: <<http://tecnologia.terra.com.br/facebook-completa-10-anos-conheca-a-historia-da-rede-social,c862b236f78f3410VgnVCM20000099cceb0aRCRD.html>>. Acesso em 14 mai. 2014

⁹² Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/tec/2014/02/1418158-whatsapp-diz-ter-38-milhoes-de-usuarios-no-brasil.shtml>>. Acesso em: 06 jul. 2014.

No referido livro, o autor busca analisar, sobretudo, a “formação, dinâmica, valores e perspectivas de transformação social” desses movimentos. De acordo com a análise do especialista, os movimentos sociais “farão as sociedades do século XXI, ao se engajarem em práticas conflitivas enraizadas nas contradições fundamentais de nosso mundo” (CASTELLS, 2013, p. 9).

No Brasil, em 2013, a sociedade civil se organizou fortemente em redes, presenciais e digitais. Nessa ocasião, ocupou as ruas a fim de expressar desejos, demonstrar indignação e fazer pressão pelas mais distintas demandas sociais dos diferentes grupos que foram se formando e chegando ao grande movimento que tomou conta do país. No início, era apenas o movimento pelo transporte público, o **Passé Livre**, posteriormente, os grupos se uniram para externarem suas inquietações.

Em julho de 2013, Manuel Castells (2013), após o fechamento do livro supracitado, escreveu no posfácio notas sobre a organização e mobilização da sociedade civil – seja nas ruas seja nas diversas redes:

Aconteceu também no Brasil. Sem que ninguém esperasse. Sem líderes. Sem partidos nem sindicatos em sua organização. Sem apoio da mídia. Espontaneamente. Um **grito de indignação** contra o aumento do preço dos transportes que se difundiu pelas redes sociais e foi se transformando no projeto de esperança de uma vida melhor, por meio da ocupação das ruas em manifestações que reuniram multidões em mais de 350 cidades. [...] De forma difusa, raivosa e otimista, foi surgindo por sua vez essa consciência de milhares de pessoas que eram ao mesmo tempo indivíduos e um coletivo, pois estavam – e estão – sempre conectadas, conectadas em rede e enredadas na rua, mão na mão, tuítes a tuítes, post a post, imagem a imagem. Um mundo de virtualidade real e realidade multimodal, um mundo novo que já não é novo, mas que as gerações mais jovens veem como seu. Um mundo que a gerontocracia dominante não entende, não conhece e que lhe interessa, por ela encarado com suspeita quando seus próprios filhos e netos se comunicam pela internet, entre si e com o mundo, e ela sente que está perdendo o controle (CASTELLS, 2013, p. 178-180, grifo nosso).

Assim como no mundo, as redes sociais, conectadas ao ciberespaço, foram instrumentos muito utilizados na mobilização e propagação desses movimentos sociais pelo país. Segundo dados apresentados por Manuel Castells (2013), mais de 75% da população brasileira apoiava os movimentos apenas duas semanas após seu início. Reflexo, também, da potencialidade das redes sociais digitais na atualidade. O autor atesta que as redes sociais protegem “o movimento da repressão de seus espaços físicos liberados, mantendo a comunicação entre as pessoas do movimento e com a sociedade em geral na longa marcha da mudança social exigida para superar a dominação institucionalizada”. (CASTELLS, 2013, p. 167).

2.4 As TIC possibilitando uma educação mais crítica

Nas seções anteriores, foi abordada a educação política em espaços não escolares, bem como a ligação que possui com os movimentos sociais e os conflitos hegemônicos de nossa sociedade. Nas próximas, investigo as tecnologias da informação e comunicação como ambientes de formação que podem e devem estar a serviço de um coletivo.

2.4.1 O uso crítico das TIC a serviço de um coletivo

O uso das tecnologias deve ser apropriado para além da instância operacional. Desse modo, é necessário que se faça uma análise crítica de sua utilização da mesma maneira que os seus impactos em nossa sociedade. Do contrário, as TIC podem tornar-se ferramentas excludentes. Existem dois pontos importantes nesse processo: os usuários precisam dispor de livre acesso às redes, independente de seu capital econômico⁹³; e não podemos estar conectados apenas para receber e/ou transferir informação, é essencial que haja produção do conhecimento.

Bernardo Sorj (2003, p. 59) afirma que “nas sociedades modernas, as categorias de conectado e desconectado referem-se à desigual distribuição de acesso aos mais diversos meios de comunicação”. O autor faz uma análise pontual, com a qual converge esse trabalho. Apesar do foco ser o ambiente virtual da Internet, é preciso clarificar que a exclusão digital refere-se também a outras tecnologias da comunicação como televisão aberta e fechada, rádio, telefone, mídia impressa etc.

Contextualiza, ainda, que esse tipo de exclusão está diretamente ligado a outras formas de desigualdade social. Em geral, Bernardo Sorj (2003) aponta que as “classes menos favorecidas” são as que sofrem os maiores impactos com a exclusão digital, haja vista que esta se encontra nas classes de menor poder aquisitivo. O autor conclui que “o combate à exclusão digital deve ser concomitante e articulado ao conjunto de elenco de políticas sociais de luta contra a desigualdade social” (SORJ, 2003, p. 14).

⁹³ Conjunto de bens econômicos (dinheiro, patrimônio, bens materiais) e diferentes fatores de produção (terras, fábricas, trabalho) acumulados (NOGUEIRA; CATANI, 2001).

Hoje, uma maneira de os excluídos do sistema capitalista terem amplo acesso à Internet é por meio dos telecentros⁹⁴, já que nesses espaços não existem “barreiras de entrada específicas” seja pelo custo ou infraestrutura os quais impedem que o acesso às tecnologias seja igual para todos (SORJ, 2003, p. 32).

Cabe ressaltar que os custos da Internet estão baixando consideravelmente, mas, ainda assim, existem gastos que nem todas as classes sociais estão aptas a assumirem. Dessa forma, a fim de democratizar o acesso, é importante que se invista em espaços virtuais de uso coletivo, tais como laboratórios de informática, em espaços escolares, e telecentros, nos espaços para além do escolar. O telecentro do Centro de Desenvolvimento do Paranoá (CEDEP) é um exemplo que deu certo no DF no sentido de contribuir para a formação, qualificação e emancipação da comunidade do Paranoá, RA do DF.

Maria da Glória Gohn (2011) ressalta que a sociedade civil encontra várias formas de se organizar e expressar suas demandas. Como abordado anteriormente, a partir do pensamento da autora, nos dias atuais, uma estratégia de comunicação significativamente usada pelos principais movimentos sociais são as diversas redes sociais, locais e globais, como forma de organização e mobilização, utilizando-se como meio a Internet. Para ela, “os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social” (GOHN, 2011, p. 336).

Manuel Castells (2003), antes mesmo da autora, já atualizava e reafirmava o grande potencial das redes ao argumentar que

a Internet encerra um potencial extraordinário para a expressão dos direitos dos cidadãos e a comunicação de valores humanos. Certamente não pode substituir a mudança social ou a reforma política. Contudo, ao nivelar relativamente o terreno da manipulação simbólica, e ao ampliar as fontes de comunicação, contribui de fato para a democratização (CASTELLS, 2003, p. 135).

Segundo Bernardo Sorj (2003), as TIC disponibilizam cada vez mais informações quase em tempo real (comunicação síncrona) a um custo cada vez mais baixo. Dessa forma, o autor, assim como Manuel Castells (2003), considera que a informação e a comunicação deixaram de ocupar um lugar fixo e localizado para ocupar o ciberespaço. Bernardo Sorj corrobora com Manuel Castells sobre a importância da Internet como instrumento de produção do conhecimento, porém diverge do autor no sentido de alertar que a Internet

⁹⁴ Projeto de uso intensivo da tecnologia da informação para ampliar a cidadania e combater a pobreza, visando garantir a privacidade e segurança digital do cidadão, sua inserção na sociedade da informação e o fortalecimento do desenvolvimento local. Disponível em < <http://forumeja.org.br/telecentros>>. Acesso em 02 abr. 2014

sozinha “não é suficiente para tais transformações [no sistema produtivo e social do capitalismo] nem foi sua condição necessária” (SORJ, 2003, p. 37).

Ricardo Neder (2010) ao contextualizar as reflexões de Andrew Fennberg sobre o sistema capitalista que monopoliza e patenteia as tecnologias faz uma crítica projetiva sobre os “senhores dos sistemas técnicos”. Conforme avalia, a Internet deve ser reconhecida como um “sistema de comunicação universal e de código aberto” (NEDER, 2010, 16). Esclarece ainda que a obra de Andrew Fennberg faz uma reflexão relevante para a democratização dos processos que estão por trás dos *softwares* proprietários com seus códigos fechados, patenteados e excludentes. O autor denomina isso como “crítica projetiva recontextualizante” (FENNBERG apud NEDER 2010, p. 16).

Aproveito para ressaltar que tal crítica a *softwares* livres e proprietários sempre foi feita por parte da equipe do Portal, desde a proposta de sua criação, cabendo hoje trazê-la para este trabalho no sentido de contribuir com as discussões sobre inclusão digital e democracia na Internet. Por trás dos códigos-fontes das tecnologias (SORJ, 2003) ou caixas-pretas (FENNBERG apud NEDER, 2010), existe um campo de disputas, repleto de intencionalidades que envolvem questões políticas e socioeconômicas.

Manuel Castells (2003) esclarece que existem tendências contraditórias em nosso mundo. Para ele, a Internet as potencializa. Portanto, o que já é democrático, permanece; o que não é será oxigenado. O autor ainda argumenta que esse ambiente virtual não é nem uma utopia e nem algo distópico. Na verdade, trata-se de uma expressão de nós mesmos por meio de um código de comunicação próprio, ao qual devemos compreender se quisermos transformar nossa sociedade.

As tecnologias telemáticas podem e devem estar a serviço de um coletivo. Entretanto, esse uso deve ser feito de maneira crítica e com o entendimento do que venha a ser tempo, espaço, real, interação, fechado, aberto, livre, democrático, colaboração, produção do conhecimento nesse ambiente virtual.

Ao abordarem as tecnologias telemáticas, Bernardo Sorj (programas comerciais), Andrew Feenberg (tecnologias-cadeado) e Manuel Castells (softwares proprietários) concordam que é preciso colocar as TIC a serviço do pensamento e sua utilização deve ser feita baseada em uma crítica ao sistema que reproduz a exclusão social dos dominados:

Em nossa sociedade, o espaço público dos movimentos sociais é construído como um espaço híbrido entre as redes sociais da internet e o espaço urbano ocupado: conectando o ciberespaço com o espaço urbano numa interação implacável e constituindo, tecnológica e culturalmente, comunidades instantâneas de prática transformadora (CASTELLS, 2013, p. 16).

As tecnologias não são neutras e, segundo Andrew Fennberg *apud* Neder (2010), devem ser encaradas como uma ideologia. O autor alerta para o determinismo tecnológico que pode impelir a sociedade a ficar dependente de uma dimensão não social - que age e interfere reciprocamente no meio social. A partir de Herbert Marcuse, ainda aponta que a tecnologia “pode ser e é configurada de tal forma que reproduz a regra de poucos sobre muitos. Essa é uma possibilidade inscrita na estrutura da ação técnica mesma, que estabelece uma via de sentido único de causa e efeito”, essas reflexões são denominadas, pelo autor, como Teoria Crítica das Tecnologias (FENNBERG *apud* NEDER, 2010, p. 108).

2.5 O ambiente virtual como lugar de produção do conhecimento de forma colaborativa: o Portal como espaço de educação política

Em 1982, Don Bennett, um comerciante estadunidense, tornou-se o primeiro amputado a escalar os mais de 4500 metros do Monte Rainier, a montanha mais alta de Washington, EUA. Ao terminar sua escalada, perguntaram-lhe o que ele mais aprendera com essa experiência. Sem titubear, Bennett afirmou que não era possível se fazer nada sozinho (JOHNSON; JOHNSON; HOLUBEC, 1999).

Nos processos de ensino-aprendizagem, a Internet vem sendo muito utilizada, uma vez que as fronteiras geográficas e culturais podem ser mais facilmente ultrapassadas. Nesse ambiente virtual, os estudantes - de qualquer lugar do mundo - podem compartilhar informações, vivências, interesses em um tempo quase real.

No ciberespaço, as pessoas produzem conhecimento de maneira coletiva interagindo umas com as outras “pelas linguagens tecnológicas de informação e comunicação em educação, nas suas singularidades complementares” (ANGELIM; RODRIGUES, 2009, p. 91). Sobre as diversas linguagens, Maria Luiza Pereira [Angelim] e Maria Alexandra Rodrigues (2009) esclarecem que

a sociedade humana em evolução gera conhecimento para sobreVIVER e TRANScender – sentido fundante da educação – expressando-se e comunicando-se por sons/ silêncios do corpo/ voz/ língua falada/ canto/ de instrumentos de percussão (primeiro tambor)/ sopro/ corda/ teclado, por luzes/sombras, por cores, por movimentos de gestos/ dança/toques físicos sutis/ virtuais, por imagens fixas das pinturas rupestres, da grafia/ escrita pictórica/ ideográfica/ fonética/ códigos/sinais/ símbolos/ desenhos/ fotos, por números, por imagens em movimento, por “emoticons”, por telefonia, radiofonia, televisão, internet, em progressiva convergência digital de intensa interativa multimídia, tecendo uma rede em “ambiente virtual” (ANGELIM; RODRIGUES, 2009, p. 91).

O avanço das TIC ressignificou “a relação com o saber. Esse saber não é mais estável ou imutável. Ao contrário, está em constante movimento e é compartilhado em uma nova possibilidade de criação” colaborativa (CUNHA, 2013, p. 3). Sendo assim, por meio das tecnologias, a informação pode ser compartilhada e o conhecimento produzido coletivamente e disseminado em redes. Ampliando, com isso, “o potencial de inteligência coletiva dos grupos humanos e modificando profundamente a noção de tempo e espaço na educação e na formação, sobretudo, introduzindo conceito de comunidade de aprendizagem em rede” (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA/FE, 2002, p. 6).

Pierre Lévy (1999), a partir do entendimento do “saber-fluxo”, esclarece que

as novas tecnologias da inteligência individual e coletiva mudam profundamente os dados do problema da educação e da formação. O que é preciso aprender não pode mais ser planejado nem precisamente definido com antecedência. Os percursos e perfis de competências são todos singulares e podem cada vez menos ser canalizados em programas ou cursos válidos para todos. Devemos construir novos modelos do espaço dos conhecimentos. [...] o essencial se encontra em um novo estilo de pedagogia, que favorece ao mesmo tempo as aprendizagens personalizadas e a aprendizagem coletiva em rede. Neste contexto, o professor é incentivado a tornar-se um animador da inteligência coletiva de seus grupos de alunos em vez de um fornecedor direto de conhecimentos (LEVY, 1999, p. 158).

Para Pierre Lévy (2007), a inteligência coletiva tem início na cultura e cresce com ela. Essa inteligência cultural não é fixa e coloca o pensamento da sociedade em movimento. Maria Luiza Pereira [Angelim] (2006) adverte que o uso do ambiente virtual interativo multimídia deve ser apropriado “à natureza educativa do conhecimento gerado entre sujeitos de saberes e o os níveis de consciência dos ciclos vitais” (ANGELIM, 2006, p. 159).

As estratégias de aprendizagem colaborativa, apoiadas pelas tecnologias interativas, incentivam e estimulam os educandos a trabalharem e produzirem conhecimento de modo colaborativo. De acordo com Paulo Dias (2001)⁹⁵, esse modelo de aprendizagem é centrado no aluno e promove uma participação dinâmica deste nas atividades e na definição de objetivos comuns ao grupo.

O tipo de aprendizagem colaborativa que é desenvolvido em outros espaços, a exemplo da plataforma *Moodle*⁹⁶, visa prioritariamente à elevação da escolaridade e/ou a qualificação dos cursistas. Contudo, a formação que ocorre por meio do Portal dos Fóruns de EJA tem o objetivo de produzir conhecimento de maneira coletiva com propósito político-pedagógico. Não se trata de um simples empoderamento do saber, mas, principalmente,

⁹⁵ DIAS, Paulo. Comunidades de Conhecimento e Aprendizagem Colaborativa. Comunicação apresentada no Seminário Redes de Aprendizagem, Redes de Conhecimento, Conselho Nacional de Educação, Lisboa, 22 e 23 de Julho de 2001.

⁹⁶ Software livre de apoio à aprendizagem, executado em um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

compreender qual o sentido deste [saber] e de que maneira pode estar a serviço dos movimentos sociais. Portanto, não é algo neutro, pois assume a finalidade de gerar uma transformação social.

A respeito do viés político e de sua prática no ambiente virtual, Manuel Castells (1999) argumenta que

os processos de transformação social sintetizados no tipo ideal de sociedade em rede ultrapassam a esfera de relações sociais e técnicas de produção: afetam a cultura e o poder de forma profunda. As expressões culturais são retiradas da história e da geografia e tornam-se predominantemente mediadas pelas redes de comunicação eletrônica que interagem com o público e por meio dele em uma diversidade de códigos e valores, por fim incluídos em um hipertexto audiovisual digitalizado. Como a informação e a comunicação circulam basicamente pelo sistema de mídia diversificado, porém abrangente, a prática política é crescente no espaço da mídia. (CASTELLS, 1999, p. 572).

Assim como Aline Zim (2010), é possível fazermos uma analogia a respeito dos portais virtuais como espaços de passagens. Desse modo, o Portal possibilita a abertura e o estreitamento entre dois ambientes: o virtual e o presencial, em uma espécie de magia interfaceada pelo aparato tecnológico.

Como na Educação de Jovens e Adultos, onde as pessoas com pressa passam e transitam entre os lugares de dentro e de fora da escola. Como os portais mágicos dos filmes de ficção científica, que permitem a passagem para outros espaços e até mesmo outros tempos, outros mundos. E não é só no cinema! Os portais e as plataformas também emolduram o nosso cotidiano na vida real e concreta. Nas redes da internet o portal dá acesso ao ciberespaço. [...] Os portais virtuais também são demarcados por seus ocupantes e transeuntes. Eles mostram a cara de quem está ali, nos papeis de parede, nos álbuns de fotografias e miscelâneas do Orkut, nos blogs povoados de palavras e imagens, como num diário onde os excessos são permitidos e ninguém se incomoda com a sua visita. Ali só se expõe o que se quer, como máscaras de múltiplas personalidades numa brincadeira de mostrar e esconder. E sempre foi assim, no presencial e no virtual (ZIM, 2010, p. 84).

No Portal, o conhecimento é produzido de maneira colaborativa, todavia, sob a base ideológica da construção coletiva. Sendo assim, pode-se dialogar sem hierarquia de saber, na qual os sujeitos se permitem construir um conhecimento que pertence a todos. Assim, esse conhecimento pode estar a serviço de todos que dele necessitem, sobretudo, dos movimentos sociais.

Na construção coletiva, todos são vistos como sujeitos de saberes. Portanto, não há pouco sábios nem muito sábios, mas os que juntos constroem o conhecimento, sem hierarquias. O que existe nesse tipo de construção são sujeitos individuais e/ou coletivos, em suas singularidades, que se dispõem a discutir, propor, encaminhar, construir/desconstruir/reconstruir/construir e produzir coletivamente, respeitando o tempo e o espaço do coletivo.

A verdadeira construção coletiva demanda tempo, respeito às diferenças, paciência e desapego. O processo decisório coletivo é mais demorado e cansativo do que o individual, porém, mais confortável uma vez que todos são corresponsáveis pelas decisões tomadas. Não há, portanto, nem ativismo e nem aquele “salvador da pátria” que sai realizando as coisas individualmente, tampouco há um aglomerado de pessoas que se juntam, sem organicidade ou objetivos claros de coletividade:

O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta, por parte de um “gênio” filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais (GRAMSCI, 2004, p. 96).

Pelo exposto, podemos inferir que a base ideológica dos Fóruns de EJA, no que tange à construção coletiva, impacta diretamente no formato de aprendizagem colaborativa que ocorre por meio do seu Portal. Entretanto, é preciso que se respeitem quatro pressupostos, produzidos coletivamente, frutos das diversas discussões sobre o tema, a partir do pensamento de Paulo Freire (2011) e Cristina Moreira⁹⁷ (2012):

1. Deve-se considerar que todos são sujeitos de saber;
2. É preciso que o conhecimento seja produzido coletivamente por meio da dialogicidade;
3. O conhecimento produzido coletivamente é de acesso aberto, portanto, pertence a todos que dele necessite;
4. As TIC devem assumir o papel de oportunizar acesso aberto a esse conhecimento para que outros sujeitos se qualifiquem.

No ambiente do Portal, esses pressupostos são observados e praticados pelos diversos sujeitos, por isso a aprendizagem, nesse espaço, é colaborativa e alicerçada na construção coletiva. Esses sujeitos produzem conhecimento a fim de colocá-lo a serviço de um propósito político-social: contribuir para a formação de outros sujeitos no sentido de qualificá-los e dar-lhes elementos para que se mobilizem em prol da EJA trabalhadores de qualidade social em nosso país.

No próximo capítulo, apresentarei a metodologia utilizada nesse estudo, assim como meu “objeto” de investigação, os sujeitos participantes da pesquisa, minhas escolhas e as técnicas utilizadas.

⁹⁷ Slides apresentados por Cristina Moreira, Biblioteca Central da UnB, durante a Semana Universitária de 2012, sobre “Software Livre, Acesso Aberto, Educação Aberta e trabalho colaborativo”. Disponível em < http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/apresentacao_cristina_acesso.pdf>. Acesso em 31 mar. 2013

CAPÍTULO III: educAÇÃO – METODOLOGIA

No capítulo **educAÇÃO**, abordarei os métodos e as técnicas que utilizei. Compreendo os sujeitos como participantes da pesquisa, não como “objetos” a serem investigados. Portanto, os procedimentos utilizados visam a fornecer elementos que possibilitem analisá-los, a partir de seus contextos político-histórico-econômico-sociais. Para isso, valho-me da assertiva de que o pesquisador deve “reconhecer a situação de classe e o caráter de classe do seu pensar e agir” (BOFF, 1984, p. 16).

3.1 Procedimentos metodológicos

Essa pesquisa tem natureza qualitativa e classificada em relação aos meios e aos fins utilizados, segundo taxonomia apresentada por Sylvia Vergara (2005). De acordo com a classificação proposta pela autora, quanto aos fins, essa pesquisa pode ser considerada de natureza descritiva porque buscou caracterizar os objetos de investigação, os sujeitos e os fenômenos desta pesquisa. Quanto aos meios, foram realizadas pesquisa de campo, onde foram coletados os dados necessários por meio de entrevistas semiestruturadas; e a documental, na qual empreendi a análise de documentos disponíveis no Portal dos Fóruns de EJA do Brasil: sítios do Brasil, GO e GTPA-Fórum EJA/DF.

Segundo Eva Maria Marconi e Maria Marconi Lakatos (2010, p. 169), a pesquisa de campo tem “o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese que se queira comprovar, ou, ainda, se descobrir novos fenômenos ou a relações entre eles”. As autoras seguem afirmando que não se trata de uma simples coleta de dados, já que esta deve se alinhar aos objetivos pré-estabelecidos, discriminando concretamente o que se deseja coletar.

O coletivo dos Fóruns de EJA está em movimento em suas singularidades que, apesar das contradições e conflitos, são complementares. A respeito das contradições, Eva Maria Marconi e Maria Marconi Lakatos (2010) argumentam que “toda realidade é movimento e não há movimento que não seja consequência de uma luta de contrários, de sua contradição interna, isto é, essência da semente e o seu aparecimento implica o desaparecimento da semente” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 87).

As respostas objetivas para algumas questões sobre este estudo, no que tange à metodologia, são:

- O quê? Práticas, estratégias, desafios e concepções de uma educação política nos Fóruns de EJA do DF e de GO, em seus respectivos sítios virtuais e no Portal dos Fóruns de EJA do Brasil;
- Com quem? Oito integrantes do segmento universidade dos Fóruns do DF e GO: quatro professores, dois da UFG e dois da UnB; quatro pedagogos, dois formados pela UFG e dois pela UnB, militantes da EJA trabalhadores;
- Onde? Goiânia/GO e Brasília/DF;
- Qual o período? 2013 a 2014;
- Como? Estudo de caso com pesquisa de campo exploratória, por meio de entrevistas individuais semiestruturadas e pesquisa documental no Portal dos Fóruns de EJA do Brasil e nos sítios virtuais dos Fóruns do DF e de GO;
- Por quê? Clarificar se é possível que espaços considerados não escolares, apoiados pelas TIC, contribuam para a educação política de estudantes do curso de licenciatura em Pedagogia das Instituições de Ensino Superior (IES);
- Para quê? Contribuir para que os movimentos sociais e as TIC sejam reconhecidos e valorados como lugares de ensino-pesquisa-extensão para estudantes do curso de licenciatura em Pedagogia e demais licenciaturas das IES.

Para alcançar os objetivos propostos, o método utilizado foi o estudo de caso com pesquisa de campo exploratória. A escolha do estudo de caso deu-se por sua flexibilidade, principalmente por não estabelecer uma rigidez no roteiro a ser desenvolvido (GIL, 1991).

Ainda segundo o autor, existem quatro fases de delineamento na maioria dos estudos de caso: “a) delimitação da unidade-caso; b) coleta de dados; c) análise e interpretação dos dados; d) redação do relatório” (GIL, 1991 p. 121).

3.2 Técnicas de pesquisa

Os procedimentos mais utilizados para a coleta de dados em um estudo de caso são: observação [participante e não participante], pesquisa documental, entrevistas [estruturadas e

semiestruturadas] e história de vida (GIL, 1991). Nesta pesquisa, as técnicas adotadas foram entrevista individual semiestruturada e análise de documentos.

A entrevista, segundo Eva Maria Marconi e Maria Marconi Lakatos (2010), é um “procedimento utilizado na investigação social, para a coleta de dados ou para ajudar no diagnóstico ou no tratamento de um problema social” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 178).

A entrevista semiestruturada possui um roteiro previamente estabelecido, entretanto, mais flexível. Por ser parcialmente estruturada, “é guiada por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso” (GIL, 1991, p. 92).

Para Augusto Triviños (1987), a entrevista semiestruturada “parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante” (TRIVIÑOS, 1987, p. 146).

Neste estudo, optei pela entrevista individual ou de profundidade. Tal escolha se deu por dois motivos. Primeiro, porque não havia uma homogeneidade entre os participantes, apesar de todos serem das IES - quatro participantes eram professores e quatro estudantes, e isso poderia causar certo desconforto entre os sujeitos. Segundo, pelas histórias de vida dos sujeitos da pesquisa, já que pretendia aprofundar nas experiências individuais de cada participante a fim de compreender se esses fatores foram preponderantes nas escolhas feitas por eles.

As entrevistas contaram com um roteiro pré-estabelecido, elaborado a partir do que se pretendia investigar. Foram selecionadas questões que considerei importantes na obtenção de informações válidas, sobretudo que contemplassem as questões norteadoras desta pesquisa e os objetivos propostos.

O roteiro contou com 21 itens de perguntas dos tipos: aberta - “Qual a sua concepção de educação política?”; de fato - “Qual a sua atividade laboral?”; direta - “Como você entrou no campo da EJA, foi pela graduação ou já estava inserido(a)?”; de opinião - “Em sua percepção, quais as práticas e as estratégias para tornar o sítio virtual do seu Fórum e o Portal dos Fóruns de EJA um espaço formativo?”.

As entrevistas foram previamente marcadas com os oito participantes e realizadas individualmente entre o período de 03 de dezembro de 2011 a 17 de janeiro de 2014. Realizei entrevistas com três dos quatros de Goiás no campus da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG), no mesmo dia. A outra participante da UFG foi entrevistada em Brasília/DF, em dois momentos diferentes. Todos os quatro do DF foram

entrevistados em momentos diferentes, respeitando-se suas realidades. Um desses, assim como o do GO, precisou realizar a entrevista em dois momentos diferentes.

De acordo com Antônio Carlos Gil (1991), a pesquisa documental em muito se assemelha à bibliográfica, possuindo fases de desenvolvimento parecidas também. O autor enumera sete fases na pesquisa documental: “a) determinação dos objetivos; b) elaboração do plano de trabalho; c) identificação das fontes; d) localização das fontes e obtenção do material; e) tratamento dos dados; f) confecção das fichas e a redação do trabalho; g) redação do trabalho” (GIL, 1991, p. 82).

Utilizei diferentes fontes - primárias e secundárias: documentos, escritos ou não; leis, normas, decretos, publicações parlamentares, diretrizes operacionais; relatórios-síntese; audiovisual; disponíveis no Portal. A análise de alguns dos documentos produzidos coletivamente pelo movimento dos Fóruns de EJA durante os encontros nacionais, estaduais, regionais e distrital, foi fundamental para esta pesquisa.

3.3 Fóruns EJA do GO e do GTPA-Fórum EJA/DF

O solo que pisei nesta pesquisa foi o cerrado central. Meus *locus* foram os Fóruns de EJA de GO e o GTPA-Fórum EJA/DF e os seus respectivos sítios virtuais. É necessário entender melhor o movimento desses dois Fóruns de EJA, com histórias singulares, mas que assumiram papéis importantes na constituição e fortalecimento do coletivo nacional. Esse foi um dos principais motivos para a escolha desses dois Fóruns e os seus respectivos sítios virtuais.

Segundo consta no Relatório-Síntese do XVII Encontro de EJA do DF (2008), o GTPA/DF foi criado

com o objetivo de instituir-se como espaço político organizado, em rede, da sociedade civil, de exercício de parcerias com autonomia, democrático e aberto a pessoas, movimentos, grupos, associações representativas, sindicatos, empresas, entidades interessadas na erradicação do analfabetismo⁹⁸ no Distrito Federal e Entorno (GTPA-FÓRUM EJA/DF, 2008, p. 3).

É preciso compreender como o GTPA/DF, de um grupo de trabalho, fez-se Fórum de EJA. Busquei essas informações no Relatório-Síntese do GTPA-Fórum EJA/DF preparatório

⁹⁸ Naquela época, o termo utilizado era “erradicação do analfabetismo”. Todavia, no Documento-Base da CONAE 2014, o termo foi alterado para “promoção da alfabetização”, exposto no Capítulo 1.

ao XI ENEJA (2009). Consta que, após diversas iniciativas de alfabetização de jovens, adultos e idosos, que tiveram início em 1963, nos Círculos de Cultura (Núcleo Bandeirante, Candangolândia, Gama e Sobradinho), em 1989, alguns professores da FE/UnB, juntamente com os movimentos populares e a Fundação Educacional do GDF, coordenaram a constituição do GTPA/DF.

O Fórum de EJA de GO foi constituído formalmente em 2002, a partir da criação, em 1999, de uma comissão que conseguiu mobilizar diversas instituições públicas e privadas. A exemplo do GTPA-Fórum EJA/DF, o Fórum de EJA de GO também está organizado por segmentos e tenta agregar a sociedade civil organizada em sua estrutura: governo, ONG, movimentos sociais, entidades de classe, IES, empresas privadas e demais instituições. De acordo com o Documento preparatório à participação ao X ENEJA, o sentido de criação e existência do Fórum é o de “se constituir enquanto instância de mobilização e de tensionamento das políticas de EJA no Estado” (FÓRUM GOIANO DE EJA, 2008, p. 2).

Segundo consta no referido documento, os objetivos do Fórum de EJA de GO são:

debater e aprofundar concepções de educação de jovens e adultos (EJA); discutir, analisar e intervir na elaboração de políticas públicas e ações voltadas para EJA; articular as instituições envolvidas com a EJA; organizar, apoiar e participar de encontros locais, regionais e nacionais na temática da EJA; socializar as informações entre as iniciativas existentes de EJA, apresentação das experiências existentes no Estado de Goiás (FÓRUM GOIANO DE EJA, 2008, p. 2)

Durante o IX Encontro Distrital de EJA, em 2002, a professora Maria Margarida Machado, então representante do Fórum Goiano de EJA, fez uma exposição sobre os Fóruns de Educação Básica de EJA do Brasil e o cenário político e social nacional. A partir de então, após treze anos de luta pela EJA trabalhadores no DF e Entorno, a plenária, depois de discutir e refletir, decidiu que o GTPA/DF passaria a integrar o coletivo nacional dos Fóruns de EJA do Brasil, ampliando-se para GTPA-Fórum EJA/DF (BRASÍLIA, 2008).

O GTPA-Fórum EJA/DF possui uma coordenação colegiada, composta por vinte e sete representantes de seis segmentos: doze do movimento popular [dois do CEPAFRE⁹⁹, dois do CEPACS¹⁰⁰, dois do CAREMAS¹⁰¹, dois do PRA LAPIDAR¹⁰² e dois do MECE¹⁰³], cinco educadores [um da educação básica, dois da educação nas prisões e dois da educação profissional], quatro da universidade [dois professores e dois estudantes da UnB], dois do

⁹⁹ Centro de Educação Paulo Freire, na Ceilândia.

¹⁰⁰ Centro de Educação Pesquisa Alfabetização e Cultura de Sobradinho.

¹⁰¹ Centro de Alfabetização do Recanto das Emas.

¹⁰² Casa de Paulo Freire, em São Sebastião.

¹⁰³ Movimento de Educação e Cultura da Estrutural.

sindicato [SINPRO¹⁰⁴], dois do governo [SEEDF¹⁰⁵], um educando [CESAS¹⁰⁶] e um do poder legislativo [CLDF¹⁰⁷]. Atualmente, o GTPA-Fórum EJA/DF é presidente do Conselho Comunitário da UnB, integrante do Conselho Universitário da UnB (CONSUNI) e membro do Fórum Distrital de Educação do GDF.

Diferentemente do GTPA-Fórum EJA/DF, o Fórum de GO está subdividido em regionais, a saber: Estadual, Metropolitano, Entorno Sul e das Águas. O Fórum de GO é coordenado por uma gestão colegiada, assim como o GTPA-Fórum EJA/DF. A coordenação do Fórum estadual de GO, por exemplo, é formada por dois gestores e dois educadores. Sua agenda de trabalho está dividida em reuniões ordinárias e extraordinárias; encontros mensais temáticos e mensal. No GTPA-Fórum EJA/DF, acontecem reuniões ordinárias, extraordinárias e ampliadas, além de encontros distritais a cada ano.

No GO, a adesão ao PBA municipal está representada pelo Programa Alfabetização de Jovens e Adultos (AJA)-Expansão. O Projeto AJA surgiu em 1993 a partir de princípios do Projeto Alfabetização e Cidadania, da UFG. No segundo semestre de 2001, a Secretaria Municipal de Educação (SME) criou o Projeto AJA-Expansão que tinha como propósito mobilizar e sensibilizar jovens, adultos e idosos com 15 anos ou mais para a alfabetização. Em 2003, a SME firmou parceria com o PBA federal e, de projeto, passou a Programa AJA-Expansão/Brasil Alfabetizado - “desenvolvido em parceria com movimentos sociais, empresas, igrejas e associações, entre outros, realiza suas atividades em espaços alternativos com a participação de educadores populares em regime de voluntariado” (PREFEITURA DE GOIÂNIA, 2010-2013, p. 15).

Como mencionado na seção 1.4.2, no DF, o programa **DF Alfabetizado: Juntos por uma nova história** é uma ação do GDF como adesão ao PBA, em âmbito distrital. Dimitri Silveira (2013) também enumera esse programa entre outros por ele elencados, como ações do DF para a EJA trabalhadores:

1- Programa Brasil Alfabetizado, nomeado de DF Alfabetizado que se destina a alfabetizar jovens e adultos; 2- Agenda Territorial que se destina a articular as ações de vários órgãos de governo para o atendimento do público jovem e adulto [...]; 3- Alimentação escolar para turmas de EJA e DF Alfabetizado, com prioridade de alimentos oriundos da agricultura familiar e economia solidária, de acordo com o que determina a Lei nº 11947/2009 [...]; 4- Projeto Político-Pedagógico Carlos Mota [...]; 5- Currículo em Movimento que tem por objetivo a reorganização do currículo de EJA; [...] 6- Programa de Descentralização Administrativa e Financeira (PDAF) que destina recursos às Unidades Escolares (UE) para despesas de custeio e de

¹⁰⁴ Sindicato dos Professores do DF.

¹⁰⁵ Secretaria de Estado e Educação do Distrito Federal.

¹⁰⁶ Centro Educação de Jovens e Adultos da Asa Sul.

¹⁰⁷ Câmara Legislativa do Distrito Federal.

capital. [...]; 7- Exames Nacionais de Certificação: Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (ENCCEJA)¹⁰⁸ e o Exame Nacional de Ensino Médio (ENEM)¹⁰⁹ (SILVEIRA, 2013, p. 98).

Em ambos os Fóruns, há uma forte participação do segmento universidade, desde suas respectivas criações. Tanto em GO quanto no DF, os administradores do Portal são estudantes bolsistas de pesquisa ou de extensão, e os professores/coordenadores do projeto/programa do Portal são integrantes orgânicos de seus respectivos Fóruns. Tanto a UnB quanto a UFG trabalham o tripé universitário ensino-pesquisa-extensão a partir de projetos e programas vinculados ao Portal. Por isso, no Fórum de EJA de GO e no GTPA-Fórum EJA/DF, a proposta de se ampliar a formação político-pedagógica dos estudantes em espaços não escolares - apoiada pelas TIC - exercitando e experimentando outros temas e novas linguagens, contribuindo com seus percursos formativos e colocando-a a serviço do movimento social, vem sendo possível por meio de seus espaços virtuais e do Portal.

3.4 Os Sujeitos da pesquisa

No universo dos 27 Fóruns de EJA do Brasil, optei por investigar os Fóruns de EJA de GO e o GTPA-Fórum EJA/DF tanto pela acessibilidade quanto por suas caminhadas de luta em prol de uma EJA trabalhadores de qualidade social, em suas unidades federadas (UF) e no Brasil.

Quanto aos sujeitos, a escolha ocorreu por suas relevâncias político-históricas em seus respectivos Fóruns e no Portal, assim como suas militâncias nesses espaços. Como meu “objeto” são os Fóruns de GO e GTPA-Fórum EJA/DF, os sítios virtuais desses Fóruns e o Portal - como possíveis espaços não escolares de exercício de uma educação política voltada a estudantes de Pedagogia - todos os entrevistados são integrantes do segmento universidade em seus respectivos Fóruns de EJA.

¹⁰⁸ Criado por meio da Portaria nº 111/2002, MEC/INEP, este exame, de âmbito nacional, tinha inicialmente a finalidade de avaliar a qualidade da educação básica no Brasil. Posteriormente, além de substituir os exames que aconteciam autonomamente nos estados, municípios e no DF, também passou a certificar, de maneira centralizada, utilizando-se dos mesmos critérios avaliativos para todo o território nacional.

¹⁰⁹ Em 2009, com base na experiência do ENCCEJA, o ENEM substituiu-o na certificação para a EJA trabalhadores. Atualmente, além de certificar os educandos, passou a ser porta de entrada em IES públicas e privadas, por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU) e do Programa Universidade para Todos (PROUNI).

Para este estudo, realizei entrevistas individuais semiestruturadas com oito sujeitos: quatro da UnB e quatro da UFG, todos militantes da EJA trabalhadores em movimentos sociais, nos respectivos Fóruns de EJA que integram.

Os participantes de Goiás foram:

- Ariadiny - pedagoga formada pela UFG; ex-administradora do sítio virtual do Fórum de EJA do GO; pesquisadora do Centro de Memória Viva (CMV/GO);
- Danielly - pedagoga formada pela UFG e administradora do sítio virtual do Fórum de EJA do GO;
- Emília - professora da UFG; coordenadora do Projeto do Portal no Estado do GO; integrante do Fórum de EJA do GO;
- Margarida - professora da UFG; coordenadora do PROEJA 2007-2014; ex-coordenadora do Projeto do Portal no Estado do GO; ex-gestora pública na SECADI/MEC 2004-2006; ex-representante do Fórum de EJA do GO e uma das fundadoras deste Fórum; figura importante no coletivo nacional por ter participado de todo o processo da V CONFINTEA;

No Distrito Federal, a pesquisa foi realizada com:

- Danielle - pedagoga formada pela UnB; administradora do sítio virtual do GTPA-Fórum EJA/DF; integrante do CMV/DF e do Movimento Por uma Ceilândia Melhor (MOPOCEM); apoio administrativo do II Curso de Especialização, Educação e Diversidade com ênfase em EJA;
- Luís - pedagogo formado pela UnB; professor da SEEDF; suporte tecnológico do II Curso de Especialização, Educação e Diversidade com ênfase em EJA; ex-administrador do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil; ex-coordenador da Incubadora de Economia Solidária do Centro de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico CDT/UnB.
- Maria Luiza - professora aposentada da UnB; pesquisadora do grupo de pesquisa PROEJA Transarte e do CMV/DF; professora do II Curso de Especialização, Educação e Diversidade com ênfase em EJA; coordenadora do Programa de Extensão de Ação Contínua (PEAC): Portal dos Fóruns de EJA do Brasil, DEX/UnB, até dezembro de 2012; integrante da coordenação colegiada do GTPA-Fórum de EJA/DF e uma das fundadoras deste Fórum;
- Renato - professor da UnB; responsável pelo Grupo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação Popular e Estudos Filosóficos e Histórico-Culturais

(GENPEX/FE/UnB); coordenador do GTPA-Fórum EJA/DF pelo segmento universidade e um dos fundadores deste Fórum;

3.5 Ensino-Pesquisa-Extensão na UnB e na UFG

A UnB é um espaço acadêmico de produção do conhecimento. Não bastasse essa legitimada credencial institucional, essa universidade, diversa e singular, tem um grande desafio em seu papel social: transmitir, socializar e aplicar todos esses conhecimentos e tecnologias produzidos (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2011).

Segundo o Projeto Político Institucional (PPI/UnB) (2011), a UnB está organizada e alicerçada sob o tripé ensino-pesquisa-extensão cujos princípios fundamentais são:

a **indissociabilidade** entre ensino, pesquisa e extensão, que relaciona os processos de ensinar e aprender com a pesquisa científica e as atividades de extensão e organiza a síntese entre teoria e prática; a contextualização social e histórica do conhecimento; a interdisciplinaridade e a flexibilidade como processos contemporâneos de construção do conhecimento; a diversidade como proposta de atuação e inclusão. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2011, p. 29, grifo nosso).

A formação na UnB – mais humana e crítica – preza pela liberdade de pensamento e autonomia por parte dos discentes na construção do próprio conhecimento. O ensino de graduação funciona a partir de um sistema de créditos que devem ser integralizados ao final de cada curso. Este sistema está dividido entre disciplinas obrigatórias e optativas e, também, créditos em módulo livre [disciplinas ou atividades de extensão]. Essa formação acontece de forma processual. Apesar de haver certo planejamento - por se tratar de um processo formativo - esse não está totalmente definido por antecipação, podendo ser reformulado durante o processo, que é muito mais de aprendizagem do que de ensino (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2011)

Ainda de acordo com o PPI/UnB (2011, p. 32), na universidade “a pesquisa deve relacionar excelência acadêmica à aplicabilidade do conhecimento, atendendo a demandas sociais, seja de políticas públicas, do setor produtivo ou de organizações sociais”. A extensão articula atividades de pesquisa-extensão em uma parceria entre a universidade e a sociedade que objetivem as demandas sociais, locais e globais, que “deve desenvolver-se como uma troca de saberes, como uma relação dialógica que possibilite o empoderamento mútuo da sociedade e da universidade” (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2011, p. 36).

Conforme mencionado no Memorial, o estudante de licenciatura em Pedagogia da UnB terá em sua grade curricular tanto disciplinas - obrigatórias e optativas - quanto projetos. A disciplina **Educação de Adultos** é ofertada como optativa. Os projetos articulam ensino-pesquisa-extensão em uma *práxis* na qual o estudante pode descobrir e vivenciar as diversas áreas de atuação profissional de um pedagogo. Do momento em que ingressa na FE/UnB até a conclusão de seu TCC, o estudante opta por uma área na qual deseja investigar e aprofundar em situações reais-concretas:

Os limites que permitem caracterizar uma atividade de capacitação profissional como extensão e não como ensino ou pesquisa são tênues e carecem de contextualização. Propõe-se considerá-la e apoiá-la como *práxis* dialógica entre saberes (filosóficos, científicos, tradicionais e populares) que, articulada ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade, ou seja, um trabalho interdisciplinar produtor de conhecimentos que possam contribuir para a resolução dos problemas da exclusão e da discriminação social e para democratizar a Universidade, o conhecimento científico e a formação profissional. Organiza-se, portanto, como trabalho interdisciplinar que, integrando as artes e a ciência ao ensino, à pesquisa e ao desenvolvimento social, visa à superação da dicotomia entre ciência e senso comum por meio da produção de conhecimento comprometido, não apenas com a verdade, mas fundamentalmente com o bem comum. (UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA/FE, 2011, p. 37).

Segundo o Projeto-Político-Pedagógico (PPP) do curso de licenciatura plena em Pedagogia da UFG (2003), o objetivo da universidade é formar o discente para:

a. o magistério da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental; b. a gestão do trabalho pedagógico, incluindo o planejamento, a execução e a avaliação de sistemas, unidades e projetos educacionais na escola e em outros espaços educativos; c. a compreensão do universo da cultura e da produção do saber e a inserção crítica dos alunos nesse universo. (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS/FE, 2003).

Ainda de acordo com este PPP, o curso de licenciatura plena em Pedagogia da UFG forma o futuro pedagogo, a partir de pesquisas e práticas, sobretudo, para atuar na educação infantil e nas séries iniciais da educação básica. O estudante também pode optar por outras modalidades e experiências, a partir de uma flexibilização no currículo - por meio das disciplinas optativas.

O currículo do referido curso está dividido por núcleos: comum, específico e livre. O curso é o mesmo para todos e o aluno pode cursar até seis disciplinas optativas não obrigatórias, dentro do núcleo livre: disciplinas, atividades ou pesquisa. Assim como na UnB, a disciplina **Educação de Jovens e Adultos** está entre as disciplinas optativas do aprofundamento de estudo, nas áreas de formação do pedagogo da linha de pesquisa

“Formação e Profissionalização Docente”. Na UFG, a graduação também é alicerçada no tripé ensino-pesquisa-extensão (UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS/FE, 2003).

Neste capítulo, abordei a metodologia utilizada nessa pesquisa. No próximo, apresentarei os resultados das entrevistas realizadas, além da análise e a discussão do conteúdo destas.

CAPÍTULO IV: GRAVANDO - RESULTADO DAS ENTREVISTAS

No capítulo **Gravando**, apresentarei os resultados das entrevistas realizadas com os oito participantes dessa pesquisa. Esclareço que, além de assinarem o **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido** (Apêndice C), permitindo a realização das entrevistas e divulgação dos dados, os oito autorizaram, por e-mail, que seus nomes e prenomes fossem divulgados nesta dissertação. Alguns deles sugeriram, inclusive, que todo o material fruto desse estudo fosse, posteriormente, divulgado na íntegra no Portal a fim de contribuir tanto com a pesquisa quanto com a formação dos demais integrantes dos Fóruns de EJA do Brasil.

Em todas as entrevistas realizadas, os participantes seguiram o mesmo roteiro (Apêndice A), respondendo aos mesmos itens de perguntas. Entretanto, houve certa flexibilidade na ordem e forma de apresentá-los. As entrevistas de Danielly, Emília, Ariadiny, Margarida e Renato foram realizadas em dezembro de 2013. As de Luís, Danielle e Maria Luiza foram realizadas em janeiro de 2014.

Em função de agendas e do tempo decorrido, Renato e Margarida realizaram suas entrevistas em dois momentos e em locais diferentes. Margarida, apesar de morar em Goiânia/GO, realizou as entrevistas em Brasília/DF, durante os intervalos de dois eventos dos quais participou em 2013. A segunda parte da entrevista de Renato foi realizada na sala do GENPEX/UnB. A primeira havia sido em sua residência.

O conteúdo das entrevistas foi, consideravelmente, denso e três dessas, pela história de vida dos participantes, acabou extrapolando o tempo inicialmente previsto. A duração de cada entrevista foi: Danielly 39m40s; Danielle 40m10s; Ariadiny 50m50s; Luís 55m50s; Emília 1h19m47s; Margarida 1h59m28s; Maria Luiza 2h31m19s e Renato 2h57m44s. O montante final resultou em 1h22m de áudio aproximadamente. Posteriormente, esses áudios foram degravados e as transcrições produziram 128 (cento e vinte e oito) páginas para análise.

4.1 Análise e Discussão das Entrevistas

Além dos vinte itens de perguntas, o roteiro ainda contou com uma pergunta aberta que permitia ao participante contribuir e opinar com mais liberdade a respeito do tema

abordado. Dos 21 itens de perguntas do roteiro, vinte foram agrupados e, posteriormente, criadas cinco categorias de análise (ver Apêndice B):

- **Sujeitos** – caracteriza o participante da pesquisa: idade, formação, atividade laboral e relação sindical;
- **Presencial** – espaços presenciais não escolares com práticas de educação política, vivenciadas ou não pelo participante; entrada no campo da EJA trabalhadores; participação nos Fóruns de EJA;
- **Práticas de Educação Política** – atividades reais-concretas de educação política em espaços presenciais e/ou virtuais, experimentadas ou não pelo participante; concepções de educação política;
- **Virtual** – tecnologias, experimentadas ou não pelo participante, que contribuíram ou não com o processo formativo de cada;
- **Práticas e Desafios** – percepção do participante quanto às práticas e aos desafios de uma educação política em espaços não escolares, apoiada pelas TIC; práticas e estratégias para que esse processo aconteça.

Nas seções a seguir, apresentarei a análise e a discussão das entrevistas, distribuídas nas cinco categorias criadas e, ao final, a questão aberta.

4.1.1 Sujeitos

Como apresentado na seção 3.4, a escolha dos oito sujeitos dessa pesquisa se justificou pela trajetória de vida, acadêmica, profissional e, principalmente, de militância de cada na EJA trabalhadores. Nesse sentido, a categoria **Sujeitos** pretendeu traçar o perfil de cada participante.

4.1.1.1 Idade, formação, atividade laboral e relação sindical

Ariadiny tem 24 anos. É pedagoga pela UFG e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFG, tem bolsa de pesquisa pelo Observatório da Educação (OBEDUC). Por essa condição, não é trabalhadora sindicalizada. No entanto,

considera que esses são espaços onde “há a possibilidade de articulação política, formação continuada, socialização, reivindicações, lutas, conquistas”.

Danielly tem 23 anos, fez o curso normal em nível médio - antigo ensino técnico em magistério - e, por essa razão, resolveu cursar Pedagogia na UFG. É pedagoga. Em 2013, foi aprovada no concurso público para o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais da UFG. Ainda não se filiou porque: “quero observar primeiro os posicionamentos do sindicato antes de deixar que ajam em meu nome”. Mas, pretende fazê-lo, uma vez que, considera importante para o fortalecimento da categoria, no sentido de contribuir “na luta por melhorias nas condições de trabalho”.

Luís tem 28 anos. É formado em Pedagogia pela UnB e possui especialização em Gestão Pública e Sociedade pelo CDT/UnB. Fez concurso público para o cargo de professor da SEEDF e ministra aulas de informática. É filiado ao SINPRO/DF e considera importante ser sindicalizado, pois esse “é um meio de organizar os trabalhadores de determinada categoria, lutando pelos seus direitos”.

Emilia tem 48 anos. É pedagoga e possui três especializações: uma na área de gestão e duas na área de alfabetização. Possui mestrado e doutorado em educação pela UFG. É professora da graduação e pós-graduação por esta mesma universidade, leciona a disciplina Paulo Freire e Educação. Em relação à sua condição sindical, afirma: “Sou sindicalizada, mas eu acho que a gente tem que ser para brigar porque o que a gente não concorda, a gente está ali”.

Danielle tem 31 anos. É formada em Pedagogia pela UnB. Trabalha como apoio acadêmico e administrativo no curso de especialização em Educação e Diversidade com ênfase em EJA, ofertado pela Universidade Aberta do Brasil (UAB/UnB). Seu contrato de trabalho com a UnB é na condição de prestadora de serviço. Por essa razão não é trabalhadora sindicalizada. Contudo, acha importante sê-lo, uma vez que, “o trabalhador se organiza dentro de um grupo, ele vai ter um espaço para conhecer seus direitos e deveres de trabalhador e lutar por isso”.

Margarida tem 47 anos. Formou-se no nível técnico, antigo magistério. Concluiu licenciada em História pela Universidade Católica de Brasília (UCB), em 1990. É especialista em Políticas Públicas, mestre e doutora em educação. Atualmente, é professora da pós-graduação do PPGE/UFG e da graduação na mesma instituição, lecionando as disciplinas: História da Educação Brasileira, Fundamentos Filosóficos e Sócio Históricos da Educação.

Foi trabalhadora sindicalizada até 2004, porém, desfilada à sua revelia com a justificativa de ter ocupado cargo comissionado no MEC, de 2004 a 2006. Por não ter

solicitado seu desligamento e, como forma de protesto, ainda não retornou, entretanto, pretende fazê-lo ainda em 2014. Margarida considera fundamental o trabalhador ser sindicalizado, no entanto, pondera:

Temos uma crise de institucionalidade nos sindicatos, em especial no nosso. O sindicato é a instituição que representa os trabalhadores, sobretudo, naquilo que se refere às negociações da sua relação de trabalho com o empregador. [...] No momento em que ele deixa de fazer isto, para virar clube de lazer ou representante de Plano de Saúde, perde a sua principal função. (MARGARIDA).

Maria Luiza¹¹⁰ tem 71 anos. É graduada em Serviço Social pela Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Salvador, Bahia (1962 a 1965): “uma opção que foi feita em um contexto de descoberta da profissão que melhor poderia, naquele momento, servir ao social e Assistente Social me daria oportunidade de me engajar em uma mudança da sociedade”. Iniciou um mestrado em educação na Universidade Federal da Bahia (UFBA), interrompido em 1978, e, para não perder o que já havia feito, foi transformado em uma especialização em **Ensino Superior**. Essa foi sua pós-graduação institucionalizada, já que: “em 65 não havia, no Brasil, pós-graduação. Não fazia parte”.

A participante esclarece fazendo um contexto político-histórico do período:

Tinha um campo de formação que, para mim, foi a pós-graduação sem esse nome que era mantendo a pesquisa, a possibilidade de estar em contato com a universidade. Mantendo a atividade docente na Católica e mantendo-me enquanto gestora pública, no campo do Serviço Social. Nos embates que, naquele momento, o regime militar, a ditadura, começava a fazer o uso dos assistentes sociais nesse campo: para controle e segurança nacional. (MARIA LUIZA).

Fez mestrado em educação na UnB. É professora aposentada por essa mesma instituição. Participa como pesquisadora dos seguintes projetos: II curso de especialização em Educação na Diversidade com Ênfase em EJA; Centro de Memória Viva; e PROEJA-Transarte. Mesmo na condição de aposentada, continua como trabalhadora sindicalizada da Associação Docente da Universidade de Brasília (ADUnB) - Seção Sindical da ANDES-SN, pois considera ser importante manter o vínculo tanto com o sindicato quanto com o PT, “agindo e preocupada com a universidade pública”.

Renato tem 67 anos, relata que sempre foi “um estudante trabalhador, um trabalhador estudante”. cursou Filosofia na UFMG, em 1969. Fez mestrado em educação na “UnB que eram três anos, naquela época. Foi o mesmo mestrado da Maria Luiza”. Em 1996, fez doutorado na Universidade de Campinas (UNICAMP), no qual a situação-problema-desafio foi

¹¹⁰ A participante foi componente da equipe de professores da FE/UnB, além do CDTC/UnB, a apresentar a proposta de criação do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil em 2005, durante o VII ENEJA.

trabalhar a sistematização dessa caminhada, [...] desenvolvida a partir do momento que a Faculdade de Educação recebeu esse desafio, qual seja: queremos uma alfabetização que ela inerentemente esteja contribuindo com a melhoria da condição de vida da comunidade do Paranoá. (RENATO).

É professor Associado 1 da FE/UnB e sindicalizado pela ADUnB. Em sua percepção, “o sindicato é um espaço fundamental, embora eu não trabalhe muito uma relação sindical e partidária”. Renato disse não ser filiado a nenhum Partido em consequência do trauma sofrido durante uma perseguição relacionada a partidos políticos, durante o regime militar.

4.1.2 Presencial

Essa categoria agrupou os itens do roteiro que tinham como objetivo analisar as experiências vividas pelos participantes em espaços presenciais, considerados não escolares. Da mesma maneira, identificar se os sujeitos da pesquisa haviam participado de movimentos sociais na juventude e entender se e como essa(s) experiência(s) impactou(aram) em suas escolhas futuras. Além de buscar compreender como eles entraram no campo da EJA trabalhadores e em seus respectivos Fóruns de EJA. Por fim, se eles se consideravam integrantes orgânicos desses.

4.1.2.1 Participação em movimentos sociais dos 15 aos 29 anos

Segundo o Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013, é considerado jovem a pessoa com idade que vai dos 15 aos 29 anos. Nesse sentido, busquei elucidar as experiências dos participantes em movimentos sociais durante esse período.

Alguns relataram que a primeira experiência em movimento social foi em seus respectivos Fóruns de EJA. Danielly argumentou que desde sua entrada para o Fórum de EJA de GO, se questiona: “os Fóruns de EJA são um movimento social?”. Segue ponderando que, caso o Fórum de EJA de GO seja considerado movimento social, essa foi sua primeira experiência em movimentos.

A questão sobre a **identidade** dos Fóruns de EJA do Brasil serem - ou não - movimento social já foi tema de debate do X¹¹¹ e XIII¹¹² ENEJA. Essa incerteza, provavelmente, se deva à pluralidade dos segmentos que compõe a estrutura dos Fóruns. Alguns não considerados sujeitos coletivos, tais como: governo, educadores, universidade, ONGs e Sistema S. Ainda que tema polêmico para os Fóruns, essa nova configuração de movimento social foi esclarecida na seção 1.3.1.

O GTPA-Fórum EJA/DF foi porta de entrada de Danielle na militância em movimentos. A partir dessa experiência, ela relatou que, atualmente, é integrante do MOPOCEM. Tal como Luís, esclarece que o Projeto 3/FE/UnB/Portal estimula os estudantes do curso de licenciatura em Pedagogia da UnB a participarem de movimentos sociais, sobretudo, em suas cidades. Luís foi militante do PT, mas, afirma que a militância passou a fazer mais sentido “em 2007 [quando] entrei no Projeto 3 e conheci a fundo o que era movimento social, de como ele influencia a nossa vida, na organização da sociedade como um todo”.

Ariadiny respondeu que participou do grêmio estudantil durante o ensino médio e do Centro Acadêmico (CA) durante a graduação, assim como Emilia e Renato: “Em Belo Horizonte eu participava do movimento estudantil. Nós participávamos do Centro Acadêmico, e do DCE, e de todas as greves, e manifestações, e passeatas que aconteceram no final da década de 60” (RENATO). Margarida fala que “em Brasília a gente tinha uma presença muito grande de atuação na pastoral de juventude [...]. Meu berço de formação política é a Igreja Católica”. Ela também foi envolvida com a Associação de Moradores do Setor Leste do Gama e o Serviço Paz e Justiça (SERPAJ).

Renato também participou de ações ligadas ao movimento religioso na juventude: “eu tive muita influência, na minha formação, da Ação Popular. Eu não optei pela luta armada, mas, a gente apoiava o que eles faziam”.

Maria Luiza era de classe média em Salvador. Apesar disso, aos 14 anos já se inquietava com as questões políticas e sociais de sua época. Participou de três movimentos:

¹¹¹ Em 2008, na cidade de Rio das Ostras/RJ, foi a primeira vez que os Fóruns de EJA debateram sobre a “identidade” de serem ou não movimento social, a partir dos conceitos e das falas dos autores e pesquisadores: professor Dr. Osmar Fávero (UFF), por meio da Conferência de abertura “História e Memória dos Encontros Nacionais dos Fóruns de EJA no Brasil: dez anos de luta pelo direito à educação de qualidade social para todos”, e da palestra da professora Dra. Maria da Glória Gohn (UNICAMP), na Mesa “O que são hoje os Fóruns de EJA no Brasil? Natureza e caráter do movimento”.

¹¹² Cinco anos depois, em Natal/RN, 2013, o tema polêmico continuou a ser discutido e permanece até 2014. A discussão sobre a identidade dos Fóruns foi impulsionada pela conferência da professora Dra. Jaqueline Pereira Ventura (UFF) “O Papel Político dos Fóruns de EJA do Brasil diante das conquistas, comprometimentos e esquivamentos nas políticas públicas de EJA”.

Movimento por um Mundo Melhor (MMM), Juventude Universitária Católica (JUC) e da Ação Popular¹¹³, inspirado no *Action Populaire*, da França,

onde eu tinha todo um desenvolvimento de compreensão, de análise, de estratégias e tática de luta¹¹⁴. Então, tudo isso aconteceu até 68. Em outubro de 68¹¹⁵, já tínhamos uma compreensão de que a ditadura não veio por pouco tempo [...]. [Sempre participei] do movimento estudantil, mas, tentando mudar a escola. Então, todos os movimentos que eu fiz, antes até do estudantil, que era o Movimento para um Mundo Melhor, era no sentido de trazer para dentro da escola as inquietações que eu via na sociedade e nos movimentos que eu participava fora da escola, enquanto estudante. (MARIA LUIZA).

Dos oito, apenas duas afirmaram que suas primeiras experiências em movimentos sociais foram em seus respectivos Fóruns de EJA. Todos os demais afirmaram que participaram de ações coletivas: em movimentos estudantis, associações de moradores, atividades religiosas ou em partidos políticos. Enfim, todos responderam que, de uma forma ou de outra, militaram em causas coletivas durante a juventude.

4.1.2.2 Entrada no campo da EJA trabalhadores

Quatro participantes afirmaram terem entrado no campo da EJA trabalhadores por meio da graduação. Pelas disciplinas: “foi propriamente na disciplina de educação de jovens e adultos” (DANIELLY). Pelos projetos de pesquisa ou de extensão universitária: “eu conheci a EJA quando eu estava para o 5º, 6º semestre. Foi quando eu conheci o Projeto [3/FE/UnB], me identifiquei bastante.” (LUÍS).

Os demais afirmaram que iniciaram na EJA trabalhadores por meio dos movimentos sociais, como educadores. Emilia disse que começou a alfabetizar pessoas em seu bairro, “via Mobral”. Margarida iniciou na alfabetização de adultos por meio do movimento popular - com referencial de Paulo Freire, utilizando os Círculos de Cultura - na RA da Ceilândia/DF.

Maria Luiza argumenta que:

se for a EJA formal - que vem lá do século passado, das maneiras pelas quais foi tratado esse público - eu diria que estou em contato [...] antes da minha formação. Porque quando eu ia para a favela, esse público já estava lá. O que eu não fazia era um diálogo direto com a escola e com uma perspectiva de uma formação de

¹¹³ Fundada em 1962, a Ação Popular foi umas das principais organizações de combate à ditadura militar. Herbert de Souza, o Betinho, foi um de seus fundadores e dirigentes nacionais. Fonte: <<http://www.ibase.br/obrasildebetinho/OBrasildeBetinho.pdf>>. Acesso em 02 abr. 2014

¹¹⁴ Diferentemente de Renato, a participante afirma que fez a opção pela luta armada.

¹¹⁵ O Ato Institucional nº 5 (AI-5) foi decretado em dezembro de 1968, este ampliou os poderes do Presidente e endureceu ainda mais o regime militar, “o Presidente da República poderá decretar a intervenção nos estados e municípios, sem as limitações previstas na Constituição, suspender os direitos políticos de quaisquer cidadãos pelo prazo de 10 anos e cassar mandatos eletivos federais, estaduais e municipais, e dá outras providências”. Fonte: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-05-68.htm>. Acesso em 21 jan. 2014

educação básica. Agora, como trabalhadores que estudam, com eles eu estou desde a adolescência. Desde os primeiros movimentos sociais dos quais eu me envolvi. (MARIA LUIZA).

Renato também relata que entrou no campo da EJA “formal” na RA de Ceilândia/DF. No entanto, considera que aos 18 anos já havia entrado no campo da EJA trabalhadores em sua cidade, também alfabetizando jovens e adultos trabalhadores.

4.1.2.3 Chegada ao Fórum de EJA: segmento universidade?

Ariadiny, Danielly, Luís, Emilia e Danielle afirmaram que ingressaram nos Fóruns de EJA por meio do segmento universidade. “Eu me apresentei como estudante de Pedagogia da UnB e hoje, mesmo formada, sem vínculo nenhum direto com a Academia, eu ainda continuo como militante do GTPA. Mas, eu entrei como universidade” (DANIELLE). Luís lembra que o Projeto 3/FE/UnB/Portal não exigia, “mas, recomendava uma participação nesse grupo de trabalho, nesse Fórum”. A única que entrou pelo segmento universidade, porém, na condição de professora foi Emilia.

Maria Luiza e Renato relataram que foram uns dos fundadores do GTPA-Fórum EJA/DF. Apesar de ambos já estarem na universidade, eles afirmam que não entraram como segmento universidade. Conforme Maria Luiza, por dois motivos: primeiro, porque suas participações não estavam formalizadas como uma ação de ensino, pesquisa ou extensão pela universidade; e, segundo, porque, naquela época, não havia a divisão do GTPA¹¹⁶ por segmentos. Renato lembra que

tinha gente de universidade. Tinha gente de movimento popular. Tinha gente de sindicato. Então, à medida que nós fomos identificando isso, foram criando segmentos. Mas, nós não nascemos como segmento. A gente nasceu como uma grande assembleia coletiva de desenvolvimento da melhoria da educação de jovens e adultos do Distrito Federal. (RENATO).

Margarida foi a única que entrou para o Fórum sem estar na universidade. Era professora da rede pública: “quando nós começamos a participar do debate em 96, eu não estava pela universidade. Eu era da rede municipal de educação”.

4.1.2.4 Integrante orgânico do Fórum

Quatro sujeitos da pesquisa afirmaram que participam organicamente das atividades de construção coletiva no Fórum, tais como: participações nas reuniões, encontros, audiências

¹¹⁶ Naquela época, o GTPA ainda não era Fórum de EJA.

públicas, mobilizações, produção coletiva de documentos etc. Emilia atesta: “desde quando foi constituído [o Fórum de EJA de GO], eu sempre participo. Desde a elaboração da pauta, das reuniões, da organização do nosso movimento, de relatórios”.

Por questões de licenças, de saúde ou de produtividade, ou de sobrecarga em outras atividades, quatro responderam que estão afastados das atividades. Todavia, afirmaram que pretendem voltar a participar de maneira mais orgânica. “Eu tive um momento de muita atividade. Mas, eu não sei se por conta do meu trabalho atual e das coisas que foram se acumulando, após o encerramento da graduação, eu perdi um pouco dessa participação que eu tinha no Fórum” (DANIELLY).

Margarida analisa que “é necessário dar espaço para os outros”. Segue esclarecendo que já foi da coordenação colegiada do Fórum, contudo, hoje se sente mais confortável fornecendo o suporte necessário a seus companheiros. Para Margarida, esse “é nosso aprendizado político. Se ficam sempre as mesmas pessoas lá [na coordenação], o outro não aprende a assumir esse lugar de liderança. Então, [...] é um momento estratégico de sair e permitir que os outros companheiros assumam a frente”.

4.1.3 Práticas de Educação Política

A categoria **Práticas de Educação Política** teve como finalidade analisar as experiências, concepções, significações e práticas em atividades de educação política em espaços não escolares - presenciais e/ou virtuais - que os participantes vivenciaram em suas trajetórias. Sobretudo, elucidar os possíveis impactos dessas atividades no processo formativo dos sujeitos da pesquisa.

4.1.3.1 Atividades de educação política em espaços não escolares

Ariadiny, Danielly, Luís e Danielle relataram que as atividades de educação política vivenciadas por eles, foram em seus respectivos Fóruns de EJA e no Portal. Luís considera o GTPA-Fórum EJA/DF um espaço não escolar que contribuiu muito com a sua formação. Ariadiny disse que “a grande contribuição na minha formação foi o Fórum”. Conforme Danielly, “o Portal me mostrou um outro viés da educação”. Danielle afirmou que, a partir das atividades no Portal e no GTPA-Fórum EJA/DF, pode vivenciar outros espaços

formativos: “no MOPOCEM, nós fizemos dois seminários voltados para a formação política.” (DANIELLE).

Ainda argumenta que somente após entrar para o Projeto 3/FE/UnB/Portal, percebeu ser necessário conhecer “um pouco mais o meu espaço. Conhecer as minhas necessidades e as necessidades da comunidade porque não é pensando só em mim, é pensando no coletivo e como que eu poderia contribuir para a mudança do meu local”.

Uma das lógicas do referido projeto é problematizar e incentivar que o futuro pedagogo investigue e se aproprie melhor das questões sociais, políticas e econômicas do seu meio social, com perspectivas transformadoras. Assim, o estudante é estimulado a exercitar o segundo e o terceiro tripé da universidade - pesquisa-extensão - em seu próprio local de moradia, dialogando com os movimentos. Em consequência, muitos desses, a exemplo de Danielly e Danielle, poderão ser chamados à militância em movimentos sociais pela primeira vez na vida.

Emilia relata que o CA do seu curso foi um espaço no qual teve atividades de educação política. Essa experiência impactou em sua formação “porque o próprio processo de envolver nas lutas da sociedade, [...] de uma forma mais ampla, isso realmente veio lá no movimento [estudantil]”.

Margarida teve atividade de educação política “na associação de moradores [...]. A gente teve uma formação política dentro da pastoral de juventude muito significativa”. Assim como Renato, ela esclarece que o espaço não escolar era dado pelo movimento de jovens e pela militância dentro da Igreja Católica. Essas experiências a influenciaram “até na opção de sair de um curso de Química e ir para um curso de História [...] e ter uma clareza maior do que era o universo da realidade da desigualdade brasileira, nesse processo de formação no curso de História”.

Maria Luiza reitera que

em todos os espaços de papéis sociais, de alguma forma, eu buscava, no ambiente da escola, estar trazendo uma outra compreensão do próprio papel da Escola e essa compreensão vinha da minha militância política: nos partidos, no sindicato, nos movimentos de toda ordem. (MARIA LUIZA).

De acordo com Renato, a formação obtida nesses espaços

foi um divisor de águas na minha vida [...]. O contato não escolar me fez perceber que o fundamental do cristianismo não é a interpretação que as instituições dão dele, mas, a palavra do evangelho. E a gente entendia que ser cristão, naquela época, era estar inserido na luta - não só nacional - mas, internacional da revolução. Qual era? A derrubada do imperialismo americano e do capitalismo. (RENATO).

Nas falas dos participantes, percebe-se o impacto e a influência dessas experiências relatadas nas escolhas que estes foram fazendo ao longo da vida. Infere-se, ainda, que - até a opção pelos sujeitos da EJA trabalhadores, deu-se, de certo modo, pela formação que tiveram nos movimentos sociais -, em alguns casos, apoiada pelas TIC.

4.1.3.2 Concepções de Educação Política

Luís, Danielle e Emilia entendem que educação política é uma educação capaz de fazer o sujeito compreender melhor sua realidade e de seu coletivo, o mundo a sua volta. Principalmente, que seja capaz de conscientizá-lo e dar-lhe elementos para que consiga transformar essa realidade. Ariadiny parte desse princípio e complementa que a educação política “nos ajuda a pensar e a questionar as organizações da nossa cidade, [...] as classes sociais, as desigualdades [...]. [Ajuda] você pensar os movimentos, a importância que há na articulação dos cidadãos, na formação dos grupos, dos sindicatos, dos fóruns”.

Margarida acredita que o sujeito “é formado politicamente à medida que ele toma essa postura de investigar se as verdades que estão sendo ditas, elas têm fundamento” ou não. Conforme Renato, afeto também faz parte desse processo de desenvolvimento e constituição do ser humano. Para ele, “é estar potencializando essa constituição que vai se dar no inacabamento dentro do acabamento e dentro do acabamento o inacabamento”.

No entanto, Maria Luiza não concorda com essa lógica de se conceituar a educação **política**:

Quando a educação política é adjetivada, ela, muitas vezes, esvazia a perspectiva da subjetividade desse processo educativo. Aí cria-se uma dicotomia. [...] O processo educativo lida com o poder e a política. Depois toma as formas estruturais ou estruturantes. Mas, o que nós queremos com a educação é que você seja libertado, inclusive, de si mesmo, para poder servir à humanidade. Então, [...] o poder de dominar, enquanto serviço de libertação, é uma dimensão que está dentro da educação, não é em um adjetivo. (MARIA LUIZA).

Sem dúvida, a dicotomia da qual Maria Luiza se refere está ligada aos discursos e práticas das pessoas em relação ao outro e ao mundo. De um lado, alguém com discurso político transformador, contudo, uma prática extremamente dominadora. Do outro, alguém com alto nível de engajamento, mas, que não se coloca no papel de “herói”.

Danielly corrobora com Maria Luiza que não se deve adjetivar a educação. De um modo geral, para Danielly, a educação tem que ser capaz de fazer a pessoa “entender os seus direitos, entender que ela tem deveres e ser capaz de participar de todos os segmentos da sociedade que ela necessita e que ela pode participar de uma forma de igualdade”.

4.1.3.3 Espaços de Educação Política nos Fóruns de EJA do DF e GO

Todos os oito sujeitos afirmaram que o Fórum de EJA do qual participavam oferecia espaços com atividades de educação política a seus integrantes. Nas respostas a este item, houve convergência positiva sobre as reuniões exercerem o papel de ambiente formativo.

Na percepção de Luís, as reuniões são excelentes espaços de formação política pela diversidade e capacidade de juntar - no mesmo lugar - pessoas de diferentes segmentos, com experiências distintas, porém, objetivos iguais. De acordo com Maria Luiza, além das reuniões ordinárias e extraordinárias, o movimento promove “encontros, reuniões ampliadas - ou não - e, quando eu falo encontros, não é só no DF, mas: regionais, nacionais, seminários nacionais de formação [...], enquanto cursos propriamente ditos [...] [que são] gerados a partir das demandas do próprio movimento”.

Renato complementa que a formação política acontece “dentro de cada segmento”. Além desses espaços, Ariadiny, Danielly e Margarida citaram os encontros temáticos. Ariadiny e Emilia também se lembraram dos grupos de estudos. Esclareço que Emilia falou sobre o Grupo de Estudos de Adolescentes, Jovens e Adultos (GEAJA) em outro momento da entrevista. Quando perguntada sobre sua participação orgânica no Fórum, ela relata que o Fórum começou, em 1996, com esse grupo. Ainda explica que este está cadastrado como uma ação entre o Fórum de EJA de GO e a UFG, no intuito de manter os bolsistas que administram os conteúdos publicados no sítio virtual do Fórum. “É um envolvimento da universidade com o Fórum aqui dentro [da Faculdade de Educação/UFG]. Esse projeto conta com três ações: participação de todas as atividades do Fórum, ação do Portal e do GEAJA”.

Margarida, além de mencionar os espaços presenciais já mencionados, lembrou-se do sítio virtual do seu Fórum como um ambiente fundamental para a educação política de estudantes do curso de licenciatura em Pedagogia: “o Portal é um espaço de formação política privilegiado [...] porque ele ajuda a gente também a desconstruir um pouco aquela ideia de que a tecnologia é do domínio de um, de um sujeito, de uma área”.

Ainda esclarece que o Portal é administrado por futuros pedagogos em uma tentativa de a universidade oferecer formação a seus estudantes em outros ambientes, utilizando diferentes linguagens. No sentido mais restrito, essa ação desconstrói a ideia de que somente profissionais na área das tecnologias podem administrar espaços virtuais, como abordado no Memorial.

Renato pondera que, nesses espaços, para haver de fato uma educação política, é fundamental

dar espaço ao diferente, à diferença. Principalmente, se eu quero uma democracia participativa. Para isso, eu tenho que ter afeto interno. Só ter visão epistemológica ou política - entendido político como exercício de poder - isso não me credencia, não me dá condições subjetivas de acolher essa diferença. Aí o que vai acontecer? A impaciência, a intolerância, o confronto de vida e morte [...] daquele que me é diferente. Se o outro é diferente de mim, se eu não der a ele a chance e a oportunidade de conviver comigo, como é que ele vai ter chance, inclusive, de mudar, se formar? (RENATO).

A respeito do levantado por Renato, recorro ao pensamento de Paulo Freire (2011). O educador adverte que não existe diálogo sem respeito às diferenças, tampouco sem um profundo amor aos homens e ao mundo.

Mesmo considerando que o Fórum de EJA de GO oferece espaços de educação política e reconhecendo sua importância para a formação dos integrantes, Ariadiny afirma que os encontros temáticos estão restritos e as reuniões perdendo um pouco o propósito formativo, uma vez que, estão muito presas “aos informes e aos acontecimentos. Às demandas imediatas”. Danielle também observa que falta uma formação um pouco mais “enfática”, sobretudo, no sentido de fazer os recém-chegados ao movimento compreenderem melhor sua dinâmica. Prossegue sugerindo: “talvez a gente pensar em um fórum, um seminário, algumas reuniões, alguns encontros, que auxiliem nessa formação para que não fique só uma vez por mês”.

4.1.3.4 Contribuições do Portal para a Educação Política dos participantes

Os oito afirmaram que o ambiente do Portal havia contribuído com a sua educação política. Algumas contribuições elencadas: a possibilidade de “se compreender melhor as tecnologias” (ARIADINY); na apropriação de novas linguagens, “principalmente, por meio do audiovisual” (LUÍS); além de ter sido a “porta de entrada na pesquisa, foi o que deu outro rumo para a minha formação” (DANIELLY). O Portal também foi fundamental na compreensão política e social do uso das TIC a serviço dos movimentos sociais, visto que ele “serve para representar no virtual o que a gente tem vivido no presencial, para que eles possam se complementar” (DANIELLE).

Renato e Luís falam que as transmissões *online* dos encontros foram importantes para suas formações. Afinal, segundo Renato, “mesmo que eu não vá, como eu não fui para o ENEJA, mas, eu participei dos debates presenciais e virtuais”. Ao descrever algumas plataformas utilizadas pelo movimento *Occupy Wall Street*, como instrumentos utilizados na organização e mobilização de suas ações coletivas, Manuel Castells (2013) esclarece:

O Livestreams, uma coleção de ferramentas que permite aos usuários transmitir conteúdos de vídeo em tempo real pela internet, também foi uma tecnologia importante para o movimento. Seus conteúdos são efêmeros, mas se revelam essenciais em momentos de repressão policial. Durante as incursões, frequentemente ocorria um apagão na mídia tradicional, o que não acontecia com o Livestreams. (CASTELLS, 2013, p. 135)

Aproveito para reiterar que o Portal, além de possuir um canal no *Livestream*, já descrito no Memorial, também dispõe de outro no *Ustream* (<http://www.ustream.tv/channel/portalforumaja>). Ambos são plataformas de *streaming* que possibilitam a transmissão de vídeos e sua visualização por usuários no mundo inteiro. As duas ferramentas são utilizadas pela equipe do Portal na transmissão - em tempo real - de encontros, seminários, conferências, palestras, cursos etc.

Os demais citam a importância dos conteúdos e materiais disponíveis no Portal. De acordo com Emília, esses contribuem para a formação política de pessoas interessadas na EJA trabalhadores, sobretudo, porque “o foco está nesses sujeitos”. Maria Luiza argumenta que “o Portal foi um espaço formativo desafiador e será sempre nessa perspectiva de que estou aprendendo todos os dias. Estou desafiada todos os dias. Estou me perguntando todos os dias”.

4.1.4 Virtual

Como este estudo pretendia analisar as maneiras pelas quais os espaços não escolares - apoiados pelas TIC - contribuía com a educação política de estudantes de Pedagogia, era fundamental que tentasse desvelar se as tecnologias tinham feito parte do processo formativo de cada participante. Paralelo a isso, busquei elucidar se elas impactaram ou não na formação desses sujeitos e de que forma isso aconteceu. Além do que, investigar a percepção deles em relação às contribuições das redes sociais para as ações coletivas. O último ponto foi descobrir se os sítios virtuais e o Portal, na percepção desses, exercitavam a construção coletiva.

4.1.4.1 Contribuições das tecnologias no processo formativo dos participantes

De uma forma ou de outra - seja em espaços escolares ou não escolares, no ensino médio, na graduação ou na pós-graduação - sete participantes afirmaram que as tecnologias fizeram parte de seu processo formativo. Ariadiny respondeu: “desde meu ensino médio, a

gente tinha alguma coisa, alguns projetos que focavam essa questão dos portais, a utilização de algumas ferramentas pela Internet”.

Desses, dois tiveram seu primeiro contato com as tecnologias em espaços considerados não escolares. “Eu tive contato com a medicina biodinâmica. Quer dizer, a medicina que trabalhava com movimento humano e tudo isso era apoiado em tecnologias. Não era só o raio X” (MARIA LUIZA). Maria Luiza enfatiza que, apesar de não operacionalizar essas tecnologias, precisava compreendê-las a fim de contribuir com suas atividades laborais.

As tecnologias mais citadas foram: aulas em ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), disciplinas específicas sobre tecnologias, audiovisual, ferramentas utilizadas na construção e desenvolvimento de portais, “o cachacinha, depois o mimeógrafo à tinta, o retroprojetor e o projetor de *slides*, ele me acompanha toda vida.” (RENATO).

O Portal foi lembrado como a tecnologia que contribuiu com a formação de cinco participantes. Ademais, esse também foi um espaço democrático onde dois deles puderam dispor de acesso mais ampliado às TIC. Ariadiny expõe: “o Portal foi fundamental - e ainda é - porque é o espaço que eu realmente tenho de contato com essa linguagem toda tecnológica”.

As principais contribuições elencadas foram: acesso a diversos conteúdos e materiais da EJA trabalhadores, democratização do acesso, aprendizagem em diferentes linguagens e possibilidade de interatividade com diversas pessoas. Maria Luiza afirma que as tecnologias contribuíram em seu processo formativo, “sobretudo, nesses ambientes¹¹⁷ em que ela [a tecnologia] estava presente de forma intensa”.

Corroboro com Renato quando, mesmo reconhecendo suas contribuições, faz a ressalva de que as tecnologias - sozinhas - não são capazes de possibilitar a formação político-pedagógica do sujeito “porque ela em si não é uma significação. A significação é dada pela mediação do professor. Se não tiver um ótimo professor para você se desenvolver como ser humano, só a tecnologia não vai resolver”. Conforme avalia, na época em que estudava, não existiam os fóruns de discussão, a exemplo do *Moodle* por ele lembrado, entretanto, a aula era consideravelmente interativa, uma vez que, o professor levava em conta a subjetividade dos alunos: “eu, que vinha de uma classe operária silenciada, sentia que eu tinha valor” (RENATO).

Somente Margarida afirmou que não teve “nada de tecnologia” em seu processo formativo. A única tecnologia da qual ela se lembrou, foram algumas discussões de matérias

¹¹⁷ Hospital Sarah Kubitschek e INFRAERO, em Brasília - DF.

vindas da televisão aberta. Ainda salienta que isso dificultou no entendimento da mediação e da possibilidade de produção do conhecimento por intermédio das TIC e finaliza: “quem não foi imerso nesse contexto da tecnologia, tem sempre um pé atrás e desconfia da possibilidade interativa. Desconfia da possibilidade de mediação”.

As falas de Renato e Margarida convergem com meu pensamento sobre a possibilidade - ou não - de mediação por meio das tecnologias hoje existentes. Acredito no importante papel desempenhado por elas na facilitação desse processo, ao fornecer o apoio necessário. No entanto, a partir da leitura de Vygotsky, entendo que mediar é uma atividade humana a qual implica necessariamente **intervenção**. Compreendo, principalmente, que para transformar informação em conhecimento faz-se necessário a **interação** entre os sujeitos implicados. Por essas razões, concordo com a declaração de Renato ao expor que a significação dos processos é dada pelo professor-mediador e não pelas tecnologias.

4.1.4.2 Elementos que facilitaram e que dificultaram a contribuição das tecnologias no processo formativo

Perguntado quais os elementos facilitaram e quais dificultaram para que as tecnologias contribuíssem com o processo formativo dos participantes, Danielly avalia que:

do ponto de vista positivo, eu vejo que o acesso à informação. Você tem mais acesso a livros, a artigos, músicas, filmes, desde que eles estejam disponibilizados em domínio público para *download* [...]. Você passa a ter acesso a outros elementos que te permitem olhar para aquilo que você está estudando, de uma forma diferente. (DANIELLY).

Segundo Bernardo Sorj (2003), a Internet contribui enormemente no que ele chama de **E-pesquisa** no sentido de facilitar a busca e a localização das informações. Além disso, concentra vasto acervo cultural digital e os disponibiliza em larga escala.

A diversidade de recursos, sobretudo, de outras linguagens - como a audiovisual - foi lembrada por Luís, Emilia e Danielle. Luís afirma: “em sala de aula, todo mundo prefere o vídeo de 10 minutos” a uma aula expositiva de duas horas. Emilia argumenta que, mesmo os alunos não tendo vivido na década de 60, o professor pode utilizar um vídeo para recuperar e contextualizar os acontecimentos daquela época, porque, “quando você utiliza a mídia, facilita para você perceber esse movimento na sua totalidade”. Danielle reforça: “quanto mais recursos você tiver no processo ensino-aprendizagem, melhor é. Porque às vezes você não entende por um texto, mas, um vídeo auxilia”.

Ariadiny e Danielle atestam que aprender, de forma colaborativa, com quem tem mais vivência, é um grande facilitador para os estudantes que iniciam na administração de portais colaborativos, tal como o Portal. “O que me facilitou foi ter conhecido o pessoal que já estava no Projeto [do Portal], que foi me ajudando a entender um pouco mais, a aprender mais coisas” (DANIELLE). Mesmo contando com o suporte *online* da equipe nacional, passar por oficinas presenciais e dispor dos manuais, na opinião de Ariadiny, ter alguém auxiliando é interessante porque “às vezes você fica com alguma dúvida e se tem alguém do seu lado, é bem mais rápida a resposta. Você tira dúvida. Você faz junto”.

No ambiente do Portal, a aprendizagem acontece de forma colaborativa, a partir de uma perspectiva de construção coletiva. O conhecimento - produzido coletivamente entre os integrantes das equipes do Portal, mediatizados pelo coletivo dos Fóruns de EJA do Brasil - tem como propósito uma ação de transformação social no sentido de colocá-lo a serviço dos movimentos sociais. Como apresentado na seção 1.3.2, o Portal disponibiliza vasto acervo multimídia em seu ambiente virtual a fim de contribuir com a formação político-pedagógica dos integrantes dos Fóruns e demais interessados pela EJA trabalhadores.

Em relação aos elementos dificultadores, Emilia, Danielly e Danielle declararam que não tinham condições financeiras para possuírem computador - com acesso à Internet - em suas casas. Danielle problematiza: “passei dois anos sem ter computador em casa. Então, para mim, foi difícil porque eu dependia dos computadores da Faculdade, da Internet”. Indagado o motivo, esclarece: “questão financeira mesmo, falta de recursos financeiros”. Assim como Danielle e Danielly, Emilia relata que precisava trabalhar o dia inteiro e o único lugar que ela poderia ter acesso às tecnologias era na Faculdade. Isso demonstra a importância das escolas e IES contarem com laboratórios de informática equipados e disponíveis a seus estudantes.

Confirmando essa dificuldade exposta pelas participantes. Somente após dois anos no curso de licenciatura em Pedagogia, no segundo semestre de 2007, adquiri um computador - com acesso à Internet - em casa. O motivo foi o mesmo: questões socioeconômicas. No entanto, atesto que o Projeto 3/FE/UnB/Portal foi o espaço coletivo no qual superamos tais dificuldades e tivemos um contato mais próximo com as TIC. Afinal, dispúnhamos de uma infraestrutura que facilitava o acesso dos estudantes a essa linguagem.

Seis participantes – independentemente da classe social - citam a falta de livre acesso às tecnologias como um grande dificultador, já que “é caro. Às vezes para você aprender a mexer, você tem que investir em um curso e isso nem sempre é uma coisa barata. Eu acredito que não é barata. Para mim não foi e para a grande maioria das pessoas não é” (DANIELLY). Outro ponto elencado pela participante, confirmado por Luis, está relacionado ao domínio das

ferramentas tecnológicas: “por mais que você tenha disponível um instrumento, por mais que você tenha disponível a informação, ter domínio das técnicas para acessar ainda é uma barreira a ser vencida.” (DANIELLY).

Segundo reflexões de Maria Luiza, além de as pessoas serem capacitadas instrumentalmente para operar as tecnologias, elas precisam se qualificar a fim de compreenderem o lado político-social referente ao seu uso, para não ficarem reféns destas. Ainda complementa que sempre buscou “não ser dependente” das tecnologias. Margarida também adverte sobre essa mesma questão: “nós inventamos essa tecnologia. Não é ela que nos controla. Nós precisamos ter o controle sobre ela [...], no sentido do domínio. Saber qual o potencial e o limite que ela tem. Porque ela não é superpoderosa [...], nós é que somos superpoderosos”.

De acordo com Maria Luiza, se o princípio é o de uma perspectiva emancipatória, o campo das tensões e das dificuldades faz parte desse processo. Nesse sentido, em sua percepção, não existem elementos facilitadores ou dificultadores, haja vista que

a dificuldade sempre existiu dentro de uma perspectiva emancipatória. Agora, como que diante disso, você se coloca tentando buscar essas estratégias que abrem espaço ao avanço e às possibilidades de acesso. Por isso que - para mim - me encanta bastante o Movimento pelo *Software* Livre e o Movimento Acesso Aberto. (MARIA LUIZA).

Conforme mencionado na seção 1.3.2, o Portal adota a política desses dois movimentos: *software* livre e acesso aberto. Sobre o *Open Source Movement*, ou **Movimento pela Arquitetura Aberta**, Bernardo Sorj (2003) argumenta que, devido ao seu caráter político-social, essa é a “principal força de resistência à mercantilização e ao controle da informação que circula na Internet.” (SORJ, 2003, p. 42).

Na avaliação de Renato, a tecnologia “expande os sentidos do ser humano [...]. Se eu sou uma pessoa ontologicamente bancária - para homenagear Paulo Freire - eu vou expandir é o meu bancário [...]. Quem é dialógico não é a máquina, é o ser humano”. Em sua análise, quem confere sentido às tecnologias é o sujeito por trás da tela do computador. Por isso, é preciso colocar as tecnologias a serviço de uma proposta político-pedagógica:

Não é a máquina em si que vai fazer uma coisa ou de direita ou de esquerda. [...] Como **eu** uso a máquina - aquilo que **eu** coloco nela, como expansão de mim mesmo, como ser humano - isto é que vai ser o determinante em que direção de mundo e de humanidade esta máquina estará a serviço (RENATO).

Renato acredita que essas tensões são, ao mesmo tempo, facilitadoras e dificultadoras:

É facilitador à medida que você potencializa a sua contribuição revolucionária. Mas, é um dificultador à medida que, do ponto de vista da relação social, aquilo que você está fazendo, às vezes, é carimbado de subversivo, comunista e, como tal, você está fazendo uma coisa errada. Então, sempre tem o ser humano: ou ele potencializando para o lado positivo ou, de certa forma, tentando impedir o avanço da própria contribuição. (RENATO).

Outras dificuldades elencadas foram: resistência dos professores, conservadorismo em relação à metodologia mais tradicionalista, falta de formação inicial e continuada dos professores para as tecnologias, falta de interação entre os envolvidos, falta de estrutura nas escolas e faculdades - laboratório de informática, acesso à Internet de qualidade e computadores mais potentes que suportem os programas.

O Portal foi lembrado por metade dos participantes como o lugar que eles se formaram tecnologicamente. Por essa razão, algumas dificuldades em relação a esse ambiente virtual foram lembradas por Ariadiny, Danielly, Luís e Danielle: encontrar alguém capacitado para auxiliá-los, engajamento dos sujeitos envolvidos, domínio das técnicas e questões político-estruturais.

4.1.4.3 Participação em redes sociais e mobilização para ações coletivas

Ariadiny, Danielly, Danielle, Renato e Luís declararam que participam de redes sociais, digitais ou não. Todos mencionaram possuírem contas no *Facebook*. Luís foi o único que comentou sobre sua rede social presencial, composta por seu círculo de amizade e familiares. Ariadiny e Danielly se lembraram do uso de *e-mails*. Danielly elencou outras duas redes sociais, não citadas pelos demais: “eu tenho *e-mail*, eu tenho *Facebook*, *Instagram* e tenho *WhatsApp* também”.

Emilia, Margarida e Maria Luiza responderam que não participam de nenhuma rede social e a principal justificativa foi falta de tempo:

Por uma razão simples, talvez por opções de me dedicar mais a esses projetos¹¹⁸ os quais me referi e aos processos formativos. Quer dizer, enquanto você está em um curso de formação a distância, você já tem aí uma demanda intensa de interatividade, que, às vezes, você não dá conta de estar alimentando redes sociais. Agora, eu vejo que é um desafio que eu tenho de estar me colocando, de estar atenta ao movimento das redes sociais. Mas, que ainda está um pouco distante de mim. (MARIA LUIZA).

Além dessa questão, Margarida avalia que há uma vulgarização das redes sociais e expõe que: “houve por parte, de uma parte da minha geração, um preconceito político com

¹¹⁸ Professora do II curso de especialização em Educação na Diversidade com Ênfase em EJA, coordenação do Centro de Memória Viva do DF e professora-pesquisadora no PROEJA-Transarte.

relação às potencialidades da tecnológica informacional”. Ela explica que essa desconfiança se deu, em grande parte, “porque nós fomos dominados por uma TV manipuladora” de informações. Então, questiona-se: “como é que sai dessa enxurrada de informações e transforma isso em conhecimento?”. Apesar disso, todas afirmaram se sentirem cobradas e desafiadas a se abrirem mais para as redes sociais digitais.

Jorge Larrosa Bondía (2002) embasa o questionamento feito por Margarida e adverte que, no mundo contemporâneo, há, de fato, uma enxurrada de informações e acontecimentos. Porém, a experiência está se tornando cada vez mais rara por quatro fatores: excessos de informação e de opinião, falta de tempo e excesso de trabalho.

Bernardo Sorj (2003), ao conceituar a sociedade da informação como o “conjunto de impactos e consequências sociais das novas” TIC, considera que o conceito é muito útil, todavia, não constitui uma teoria da dinâmica da sociedade atual, já que “a informação por si mesma não tem valor algum; sua relevância depende de sua inserção num sistema de produção de conhecimento” (SORJ, 2003, p. 35).

Os resultados apontam que todos os oito sujeitos da pesquisa, mesmos os que não participam de nenhuma rede social digital, avaliam que esse é um meio importante de comunicação, articulação, organização e mobilização das pessoas com propósitos em comum. Fato confirmado por Danielly, ao enumerar algumas contribuições das redes sociais digitais: “barateou bastante, facilitou o acesso, deixou mais rápido” a comunicação entre as pessoas.

Tamanha percepção é atestada por Manuel Castells (2013), ao expor que

os movimentos sociais em rede de nossa época são amplamente fundamentados na internet, que é um componente necessário, embora não suficiente de ação coletiva. As redes sociais digitais baseadas na internet e nas plataformas sem fio são ferramentas decisivas para mobilizar, organizar, deliberar, coordenar e decidir. Mas o papel da internet ultrapassa a instrumentalidade: ela cria as condições para uma forma de prática comum que permite a um movimento sem liderança sobreviver, deliberar, coordenar e expandir-se. (CASTELLS, 2013, p. 167).

Ariadiny também percebe que as redes sociais digitais “podem nos ajudar, podem nos auxiliar [pela] força que elas” possuem, sobretudo, no alcance que “elas podem ganhar” quando se deseja comunicar algo em larga proporção e mobilizar as pessoas para ações coletivas. Renato especifica que rede social é a tecnologia da época que “está sendo utilizada para atender as demandas do coração humano”. Conforme avalia, as experiências de mobilização, ocorridas em 2013, “mostram que o povo, na rua, mobilizado, ele pode afetar a ação do Estado e dos governos”.

A partir do exposto por Maria Luiza, as mobilizações para ações coletivas, por meio das redes sociais, tratam-se de um

fenômeno extremamente novo, sobretudo, com uma capacidade e uma lógica de juventude, de habilidade mesmo dessa juventude com as tecnologias. E vejo que isso tem uma importância muito grande nas novas configurações dos movimentos sociais. E não só nos movimentos sociais no sentido amplo, tipo: o passe livre, movimento das mulheres, do movimento das vadias. Mas, também, nos sindicatos e nos partidos (MARIA LUIZA).

Diante dessa nova configuração de relações, para Maria Luiza, é preciso se perguntar qual o papel desses sujeitos coletivos na sociedade atual. Ariadiny, Danielly, Luís, Emilia, Margarida e Renato consideram que, no ambiente virtual, “protegidos pela tela do computador” (RENATO), as pessoas afirmam que irão participar de uma ação coletiva, porém, no presencial, não se percebe o mesmo contingente informado. Esse é um diagnóstico feito por Danielly: “existe uma grande diferença entre o que você vê nas redes sociais e aquilo que você vê no encontro presencial”. Diante dessa situação, Margarida reitera que é preciso certo grau de “amadurecimento político para eu sair do discurso e entrar em uma ação mais concreta”.

Assim como Margarida, que acredita sobrar “espontaneísmo”, Luís considera faltar coragem aos jovens de hoje, no sentido de darem mais a “cara à tapa”:

Se pensarmos naquela época de 89, do Collor, os **caras pintadas** do processo democrático, eu acho que as pessoas tinham menos acesso à informação. Hoje nós temos um acesso à informação muito maior, só que [naquela época] o poder de reivindicação das pessoas era maior porque as pessoas davam a cara à tapa. Coisa que [hoje] a gente tem medo. A gente nasceu numa Era, eu cresci numa Era muito cômoda. Então, está tudo muito prático, tudo muito simples. Eu não tive que lutar por nada, reivindicar por nada, não tive que apanhar da polícia. (LUÍS).

Percebe-se na fala de Luis certo saudosismo em relação aos movimentos estudantis tanto do período da ditadura - décadas de 60, 70 e início da década de 80 - quanto os da década de 90. Vale lembrar que o movimento **Ética na política**, surgiu no início dos anos 90 e contribuiu para a deposição, por meio do primeiro *impeachment*¹¹⁹, de um Presidente da República, no Brasil. Outra grande contribuição desse movimento, para o cenário político-social brasileiro, foi impulsionar o ressurgimento dos movimentos estudantis com um novo perfil de atuação: os caras pintadas (GOHN, 2011).

¹¹⁹ O artigo 2º da Lei nº 1.079, de 10 de abril de 1950, define os crimes passíveis da pena de perda do cargo, com inabilitação, até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública, imposta pelo Senado Federal nos processos contra o Presidente da República ou Ministros de Estado, contra os Ministros do Supremo Tribunal Federal ou contra o Procurador Geral da República. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/11079.htm>. Acesso em: 20 mai. 2014.

Maria Luiza considera que o “movimento *Black Bloc*¹²⁰ tem sido mais de ocasião, mas, com proposta de denúncia dos chamados símbolos do capitalismo”. Ela acredita que o movimento cumpre o papel, todavia, “conhecendo um pouquinho mais das relações, no Brasil, eles podem, de fato, ser manipulados pela direita”. Emilia também acredita que eles iniciaram com um foco, contudo, “depois houve aí manipulações”. Na opinião de Maria Luiza - mesmo com todas as tensões e contradições existentes - as manifestações ocorridas, em 2013, foram importantes para a formação política da juventude brasileira, que, pela primeira vez, vivenciou o “que é um *spray* de pimenta, o que é uma polícia perseguidora e truculenta”. Conforme destaca, isso não será esquecido.

Diante da importância das redes sociais digitais na mobilização e propagação das ações dos movimentos sociais, na atualidade, Manuel Castells (2013, p. 182) assinala que, no Brasil e no mundo, é irreversível “o empoderamento dos cidadãos, sua autonomia comunicativa e a consciência dos jovens de que tudo que sabemos do futuro é que eles o farão. Móbil-izados”.

4.1.4.4 Exercício da construção coletiva nos espaços virtuais dos Fóruns

Danielle foi a única participante que respondeu de forma positiva - sem nenhuma ressalva - considerar que o sítio virtual do seu respectivo Fórum e o Portal eram espaços que exercitavam a construção coletiva: “sim, acredito”.

Todos os outros sete afirmaram que há uma possibilidade ou tentativa, entretanto, avaliam que essa é uma construção, ou até desconstrução, que não está dada. Às vezes contraditória e - ainda que de maneira harmoniosa - conflituosa. Conforme argumentos de Ariadiny, há “uma tentativa de construção coletiva. Mesmo que a gente enfrente a dificuldade dos integrantes do Fórum compreenderem as possibilidades, as dimensões que o Portal tem”. Danielly considera que não sabe “se há um exercício, porque dizer que há um exercício é dizer que está acontecendo. Mas, existe sim a proposta e a gente tenta sim levar isso adiante”.

Emilia respondeu: “hoje eu acredito que sim, mas, nós tivemos um período que foi uma batalha”. Margarida pondera: “eu acho que a gente tem tentado fazer isso. Agora, não é fácil”. Essa foi uma inquietação de Luís - quando ainda estava na equipe do Portal - pois, “muita coisa que a gente colocava vinha da gente mesmo. Muitas vezes não questionava, não colocava para o grupo maior”. Na opinião de Luís, a construção coletiva no Portal esbarra na

¹²⁰ Ou “Bloco negro” são jovens anarquistas, anticapitalistas e antiglobalização, cuja bandeira é destruir a propriedade de grandes corporações e enfrentar a polícia. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/760/o-black-bloc-esta-na-rua-7083.html>>. Acesso em 14 abr. 2014.

questão tecnológica, já que muitos Fóruns não estão conseguindo refletir no virtual o que acontece no presencial. Elenca que os motivos, provavelmente, sejam a falta ou de suporte ou de domínio das tecnologias.

Renato considera “que há toda uma possibilidade”. No entanto, converge para a mesma reflexão que faz Maria Luiza. Conforme assinala Renato, a grande dificuldade não é nem do Portal dos Fóruns de EJA nem do sítio virtual do GTPA-Fórum EJA/DF, “há uma cultura [...] [em todos os níveis do ensino] onde a natureza da proposta, dentro de uma sociedade capitalista, ela tende a ser individualizante e individualizada”, impulsionando a competitividade. Prossegue afirmando que a dificuldade está nas pessoas, uma vez que

estão, ao mesmo tempo, fazendo trabalho individual misturado com coletivo [...]. Porque às vezes eu estou em uma proposta de trabalho coletivo, mas, às vezes, a minha ótica é individual. Então, eu vou usar a ferramenta para fazer sobressair o meu ponto de vista. Então, todas as dificuldades que você tem no presencial, vão ter também no virtual. Qual seja: as tendências à ditadura, ao autocentramento, a tendência de fazer prevalecer um único ponto de vista - que é a perspectiva do monologismo - e não da dialogia ou “paulofreireana” ou “bakhtiniana”. Isso acontece também e, com isso, vários conflitos entre as pessoas com repercussão naquilo que sai de produção. (RENATO).

Maria Luiza argumenta que:

A construção coletiva é uma posição político-ideológica de construção de uma nova sociedade [...]. Então, nosso movimento, hoje, na verdade, é retomar nossa construção coletiva enquanto opção de classe dos trabalhadores, nas suas diversas formas, para fazer o enfrentamento de superação da relação da exploração do capital. Em síntese, a **Pedagogia do Oprimido**. Então, como isso é uma contra-hegemonia, porque o hegemônico é o individualismo, a competição, a subordinação, a dominação [...], ela não está dada. Ela é uma proposta vivenciada no cotidiano dos conflitos entre o individual e o coletivo. Quando, nos movimentos, a gente insiste em construção coletiva, estamos diante de pessoas educadas para serem individualistas, para serem competitivas. Então, as formas dessa construção vão ser sempre tensionadas pela ideologia individualista que está presente em muitos procedimentos, em muitas maneiras de manifestação. (MARIA LUIZA).

Sobre a questão do individualismo em rede, Manuel Castells (2003) confirma que

cada vez mais, as pessoas estão organizadas não simplesmente em redes sociais, mas em redes sociais mediadas por computador. Assim, não é a Internet que cria um padrão de individualismo em rede, mas seu desenvolvimento que fornece um suporte material apropriado para a difusão do individualismo em rede como a forma dominante de sociabilidade. O individualismo em rede é um padrão social, não um acúmulo de indivíduos isolados. (CASTELLS, 2003, p. 109).

No geral, os participantes listaram algumas estratégias para estimular a construção coletiva nos sítios virtuais dos Fóruns e no Portal. Danielly exemplifica: “a gente manda nas listas [os conteúdos] para as pessoas visualizarem, darem sua contribuição, vê o que pode melhorar, no que é que eles querem contribuir, o que não deve ser colocado”.

Renato também percebe essa construção por meio dos conteúdos construídos nas listas e, posteriormente, publicados no Portal. Porém, aponta ser necessário um diálogo mais amplo, tanto no presencial quanto no virtual. Em sua opinião, “em nível virtual, a questão dialógica se faz ainda mais indispensável e necessária para que - das várias subjetivações - você possa trabalhar uma resultante que vai ser o que a gente está chamando: trabalho coletivo”.

De acordo com Ariadiny, em “toda reunião a gente tem um momento que a gente senta e fala: *Oh o Portal tá assim. O Portal precisa disso. Você, que é da instituição tal, manda alguma coisa. Professor mande a sua demanda. O que a gente precisa mudar?*”. Ela observa e faz a crítica de que esse momento “sempre era deixado [...] em segundo plano. Como se o Portal não fosse o espaço virtual do Fórum”.

Emilia complementa a fala de Ariadiny: “hoje o material que está sendo postado vem de escolas: material que os alunos produziram, material que os professores produziram”. Margarida esclarece que as bolsistas responsáveis pela administração dos conteúdos no Portal

não têm autonomia. Elas têm que receber o material da instituição parceira do Fórum para postar [...]. Eu acho que esse é um exercício coletivo, que o outro precisa pensar no que organicamente é bom aparecer no Fórum. Da experiência que ele está fazendo e essa decisão tem que ser tomada lá, no coletivo dele (MARGARIDA).

Além disso, na opinião de Ariadiny e Margarida, os integrantes dos Fóruns precisam se apropriar melhor do espaço e interagir mais com os conteúdos que estão publicados. Sobre a questão da autonomia dos sítios virtuais que compõem o Portal **dos Fóruns de EJA do Brasil**, Emilia esclarece e corrobora com Margarida quando afirma que “o Portal não tem vida própria¹²¹”.

4.1.5 Práticas e Desafios

Essa categoria buscou clarificar como os participantes percebem o Portal dos Fóruns de EJA do Brasil: repositório de conteúdo ou espaço de formação política. Concomitante a essa questão, procurou desvelar quais os facilitadores e os dificultadores para que isso aconteça e quais as possíveis práticas e as estratégias para torná-lo um espaço formativo. Ainda tentou elucidar como o segmento universidade pode contribuir nesse processo. Por fim,

¹²¹ Como abordado na seção 1.3.2, o Portal é a extensão virtual dos Fóruns de EJA do Brasil.

investigar os prováveis desafios da articulação da educação política que ocorre no espaço presencial e a que acontece no ambiente virtual.

4.1.5.1 Portal dos Fóruns: repositório de conteúdo ou espaço de formação?

Elementos que facilitam e que dificultam

Perguntado se o Portal poderia ser um espaço de educação política, houve convergência positiva nas respostas dos oito participantes: “eu acredito que o Portal é um espaço de formação porque, hoje, o que tem lá tem esse viés: formação da classe trabalhadora, para a classe trabalhadora” (EMILIA). A fala dessa participante evidencia a opção dos Fóruns de EJA do Brasil pela militância na EJA trabalhadores, tendo o grande foco nestes sujeitos. Principalmente, que o Portal virtualiza e divulga em seu ambiente, a partir das decisões tomadas nos espaços presenciais dos Fóruns, as publicações de materiais que contemplem o campo da EJA voltado à classe trabalhadora.

Na percepção de Ariadiny, o que facilita para que o Portal seja um espaço formativo é:

Mobilidade. Você pode acessá-lo da sua casa, do seu trabalho. Porque nas reuniões presenciais o grande problema é o tempo e o Portal tem a possibilidade, tem a ferramenta de você deixar a sua ideia [fórum de discussão]. Além de ter os conteúdos, ele tem a possibilidade de discussão que possibilita uma formação política. (ARIADINY).

Danielle também considera que os materiais disponíveis contribuem para o Portal ser um espaço formativo. Danielly contextualiza: “a divulgação das ideias [...]. Os informativos do Portal estão sempre convidando as pessoas a participarem. Isso, de certa forma, motiva as pessoas a adentrarem em um espaço que talvez antes elas nunca tivessem pensado estar”. Para Luís, “o contexto histórico que sempre foi feito quando a gente faz uma publicação [...], explicando o porquê daquilo, onde ocorreu, porque ocorreu. Acho que é isso que agrega para a formação política”.

Emilia reafirma que o facilitador está na “escolha do sujeito que estamos trabalhando. Isso aponta para um caminho. Você precisa ter um foco [classe trabalhadora], porque o objetivo que eu tenho é o que define o caminho que eu vou percorrer”. Renato lembra que o Portal “nasce como um fator de fortalecimento político, em nível nacional, da educação de jovens e adultos”. Em sua análise, a partir daquilo que foi concebido, em nível do Fórum e do Portal, “essa dialogia entre as pessoas ela é indispensável e fundamental” para a educação política. Na percepção de Margarida, “o alcance que o Portal tem, em todos os níveis - local e global - é um grande facilitador”.

A partir das considerações feitas por Danielly, faz-se necessário a formulação de estratégias para tornar o Portal mais acessível, sem exigir de seu internauta o domínio das ferramentas da Internet para fazê-lo:

Eu acho que a gente precisa pensar cada vez mais em formas de acessibilidade. Porque muitas vezes, eu penso em relação ao aluno da EJA. Talvez ele tenha acesso, mas, talvez ele não tenha domínio das ferramentas e isso precisa ser acessível para ele. Um professor mais antigo de casa. Talvez ele tenha acesso à Internet, mas, talvez ele não tenha o domínio. E aí, a comunicação fica difícil a partir do momento que ele não sabe onde procurar. Ele não consegue localizar uma informação que ele está buscando. (DANIELLY).

De acordo com Luís, a grande dificuldade está na “falta de conhecimento das TIC. Não só do que são as TIC. Mas, **Para que** elas servem, **Como elas funcionam** e **Qual o objetivo** de colocá-las” a serviço de um coletivo. Nas percepções de Danielle, Danielly e Margarida, uma grande dificuldade é a falta de interatividade. Podemos constatar isso na fala de Margarida: “falta a discussão daquilo que está publicado. Porque não basta eu ficar só vendo [...], [seria interessante] que a gente conversasse sobre o conteúdo que a gente acessa”. Segue sugerindo que essa interação aconteça no próprio conteúdo publicado, a partir das ferramentas interativas disponíveis no Portal.

No entanto, Margarida e Renato retomam a discussão de que é preciso contar com um mediador qualificado no fomento dessa interação. Renato considera ser importante, inclusive, potencializar a “mediação da tecnologia como fator de intercambiamento de experiências” voltadas à EJA trabalhadores.

Mais uma vez, identifico na fala de Maria Luiza discordância em relação a essa lógica: o que facilita e o que dificulta para o Portal ser um espaço formativo. Ela acredita que esse é um novo desafio que está sendo exposto:

Em que o Portal, do jeito que está hoje, se relaciona com o *habitus*¹²² de comunicação política dos participantes dos Fóruns de EJA, daquela unidade. E aí, de repente, você vai ver que todos os militantes estão no *Face[book]*, trocando muitas ideias a respeito do movimento e não estão usando o Portal. (MARIA LUIZA).

Para além das questões sobre a interação, na avaliação de Ariadiny, uma dificuldade está no integrante do Fórum “acessar e conhecer o Portal”. Danielle e Margarida também analisam que os participantes precisam se apropriar mais desse ambiente virtual, compreender e explorar todas as potencialidades. Outro ponto levantado tanto por Danielle como por Maria Luiza é melhorar o tempo de retorno das ações do presencial no espaço virtual, “porque não

¹²² Para Bourdieu (apud NOGUEIRA; CATANI, 1998), *habitus* são disposições adquiridas, as maneiras duráveis de ser ou de fazer [agir e pensar] que se encarnam nas pessoas. Ou melhor, refere-se ao conhecimento socialmente herdado do grupo social do qual faz parte.

dá para ficar fazendo aqui no presencial e só daqui a três, quatro meses colocar lá, no virtual.” (DANIELLE).

Emilia esclarece que, hoje, “o Portal está sem financiamento e só tem uma bolsista da extensão para postar todo o conteúdo”. Prossegue afirmando que antes o Portal contava com uma equipe maior porque tinha recurso do MEC. Saliento que em 2010, os Fóruns de EJA do Brasil firmaram convênio - por meio de uma descentralização de crédito, entre a SECADI/MEC, os Fóruns e as IES – para o repasse de recursos. O Projeto SECADI/MEC (2010-2011) tinha a finalidade de subsidiar a sustentabilidade das equipes de administração dos 26 sítios virtuais dos Fóruns estaduais, além da equipe do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil (CUNHA, 2012).

4.1.5.2 Contribuições do segmento universidade para que o Portal possa estar a serviço dos movimentos sociais

Em relação às contribuições do segmento universidade para que o Portal possa estar a serviço dos movimentos sociais, Ariadiny, Emilia, Margarida, Maria Luiza e Renato atestam que esse oportuniza a sustentabilidade necessária para a manutenção do Portal. Outros pontos apresentados: “pela representatividade da universidade na sociedade” (ARIADINY). “As pessoas que são do Portal, em Brasília, elas não só se constituíram como profissionais nessa área, mas, elas socializaram este conhecimento com os vários grupos em cada Estado” (RENATO).

Emilia complementa elencando outras contribuições:

Até hoje nós [Fórum de EJA de GO] não temos um espaço específico. Hoje, nós usamos o espaço da universidade. O segmento não só [...] [apoia] na estruturação, mas, dá sustentação ao Portal também. A universidade não tem muito a questão da “politicagem” como, por exemplo: uma Secretaria que sai um corpo e se perde tudo para botar outra coisa no lugar. O segmento universidade tem conseguido estabelecer esse apoio junto ao Portal e tem possibilitado o abraço dos movimentos sociais, na medida em que, a gente acredita que isso não é feito só via universidade. [...] O segmento tem muito a contribuir com a pesquisa, retroalimentando o espaço que é o próprio Portal. Mas, na sua forma que a universidade tem do tripé que é a extensão, disponibilizando isso para sociedade e ajudando nesse processo de organização. (EMILIA).

Danielly corrobora com Emilia de “que o segmento universidade hoje é um elo que está unindo outros segmentos”. Luís enfatiza que “grande parte do que é construído, que é produzido, na questão de conhecimento, é pela universidade”. Danielle reflete que o “papel da universidade é esse: ajudar na democratização, no acesso, nos direitos, ajudar no que puder o

movimento [...], apresentando o que se tem de publicação, as leis. Ajudando a entender, também, o que está proposto”.

Para que o segmento universidade pudesse contribuir mais efetivamente com o Portal e, em consequência, com os movimentos sociais, Maria Luiza acredita que o segmento

precisaria fazer uma autocrítica e uma luta política que questione o modelo acadêmico hoje de produtividade. Para isso, a sobrevivência, muitas vezes, dos professores acaba por consumir o tempo que ele teria para se dedicar ao movimento social.[...] Então, nós estamos vivendo isso. E aqui, em particular na universidade, de como que a EJA se coloca como prioridade. Isso dentro dos departamentos e dentro da própria universidade, na luta que deveríamos estar fazendo com mais intensidade que é colocar esses trabalhadores - que estudam - como público do processo formativo das licenciaturas, que não é só Pedagogia. Então, hoje, tanto o PAD¹²³ quanto o TEF¹²⁴ e o MTC¹²⁵ tem professores envolvidos com EJA. Para que o Portal esteja a serviço e ele seja um lugar de avanço, requereria que esses professores priorizassem o Portal enquanto lugar de acervo, de produção e de ponte com o movimento social (MARIA LUIZA).

O educador Osmar Fávero (1983, p. 128) também avalia que não podemos mais dispor, no Brasil, de universidades voltadas apenas para si mesmas, “indiferentes aos problemas cruciais que afligem o povo que ela deve servir”. De acordo com o autor, é preciso que as universidades mantenham um diálogo mais próximo com a sociedade e os movimentos sociais.

4.1.5.3 O Portal e os sítios virtuais como espaços formativos: práticas e estratégias

Investir mais em divulgação apareceu nas falas de Ariadiny, Danielly, Luís, Emilia, Danielle e Margarida, como práticas e estratégias para tornar o Portal um espaço formativo. “Eu acho que a primeira estratégia é a divulgação. É participar da reunião e dizer: *olha, estamos abertos a receber informações*. A receber aquilo que está guardado, muitas vezes, no acervo de cada Instituição” (ARIADINY). Além disso, Margarida e Ariadiny acreditam que é preciso traçar estratégias de convencimento para que as pessoas utilizem mais e melhor o Portal: “a gente tem que ampliar, por exemplo, o uso desse Portal nos ambientes que nós atuamos. Seja no sindicato, seja na escola, nas nossas turmas” (MARGARIDA).

Danielle salienta que é preciso melhorar a atualização da página do GTPA-Fórum EJA/DF, a fim de “deixar ele o mais atual possível, mais próximo do que se tem vivido no

¹²³ Departamento de Planejamento e Administração da Faculdade de Educação/UnB

¹²⁴ Departamento de Teoria e Fundamentos da Faculdade de Educação/UnB

¹²⁵ Departamento de Métodos e Técnicas da Faculdade de Educação/UnB

GTPA, no presencial”. Ademais, “trazer um espaço mais de interatividade com as pessoas que visitam ou que são do movimento, que acessam o Portal”. Sugere como ferramentas para fomentar a interatividade: os fóruns de discussão e os *blogs*.

A formação de todos os integrantes - por meio de oficinas - foi lembrada por Emilia, Ariadiny e Danielly. Emilia afirmou: “eu acho que a formação em oficinas, tanto para quem alimenta, no sentido prático, quanto quem está de fora” é uma estratégia de formação importante.

Ariadiny, Emilia, Danielle e Renato acreditam que é preciso investir em espaços no Portal que contemplem os segmentos da EJA trabalhadores. Ariadiny, Danielly e Emilia relataram que, após uma reorganização do sítio virtual do Fórum de EJA do GO, foram criados espaços específicos para os segmentos educando e educador, “em que há exemplos de plano de aula, há sugestões, há conteúdos, materiais didáticos. Essa foi uma tentativa de chamar o educador, que, no nosso Fórum, é bastante distante. É um segmento bastante esvaziado, assim como o educando” (ARIADINY).

Conforme avalia Renato, a organização das reuniões do Fórum de EJA “poderia considerar mais o espaço virtual”. Uma boa estratégia seria a mesma adotada pelo Fórum do GO: criar espaços para os segmentos. Embora, a princípio, fosse um espaço destinado à publicação de materiais, eles serviriam para que os segmentos se organizassem, discutissem, propusessem e se formassem politicamente antes das reuniões, a fim de potencializarem suas intervenções no presencial.

Na percepção de Maria Luiza, uma estratégia seria ampliar o Portal nas universidades, em projetos de pesquisa e de extensão, articulados às disciplinas. Segue contextualizando o Projeto 3/FE/UnB/Portal¹²⁶ e sugere

que ele oriente esse aluno, efetivamente, a reconhecer o movimento social como lugar de formação política. Quando eu falo movimento social, eu falo: o estudantil, o popular, o sindical. Portanto, que ele possa ser essa oportunidade de descoberta do estudante, de adesão e de possibilidade de trabalho no lugar de moradia desse estudante. (MARIA LUIZA).

Para Renato, é preciso estimular que os estudantes de graduação e pós-graduação - bolsistas ou não - façam suas investigações em “nível de pesquisa-ação, nessa exercitação do Fórum e do Portal como elemento oxigenador da atuação político-pedagógica em nível local, regional e nacional, [...] [contemplando] como objeto de pesquisa, esse núcleo:” Fórum de EJA e Portal. Luís acredita que outra estratégia seria “tornar o Portal um espaço de estudos, de consulta” para estudantes em todos os níveis de ensino: do básico ao superior.

¹²⁶ Sobre a proposta do Projeto 3/FE/UnB/Portal, ver Memorial.

No geral, todos os oito participantes sugeriram estratégias para que o Portal possa ser um espaço de educação política, resumidamente: criar mecanismos de interação com o conteúdo que está publicado, estimular meios para que as pessoas se sintam motivadas e mobilizadas a mandarem contribuições de postagens, reativar o fórum de discussão, contar com moderadores capacitados para estimular a interação nos diferentes ambientes, criar espaços no Portal que contemplem os segmentos da EJA trabalhadores e estimulá-los a interagir mais com os sítios virtuais, criar espaços formativos por meio de seminários, oficinas e encontros a fim de contribuir com a educação política de todos os integrantes dos Fóruns de EJA.

4.1.5.4 Educação Política: desafios da articulação entre presencial e virtual

Questionada sobre qual o desafio da articulação da educação política que acontece no espaço presencial e a que ocorre no virtual, Ariadiny acredita “que as duas se complementam, embora, possam acontecer separadas”. Danielly considera que muito material é produzido na academia e no movimento, no entanto, os autores não divulgam suas produções. Então, em sua opinião, “vencer essa barreira do que é produzido no presencial para aquilo que é definitivamente colocado no virtual” é importante, porque estimula outras pessoas a pesquisarem e se qualificarem.

Luís e Ariadiny concordam que a comunicação nos dois espaços é diferente. Luís acredita que, “quando você está no virtual, a forma como você se expressa é diferente da forma como você se expressa no presencial. As ferramentas que a gente tem de construção ainda não são ideais para a gente manter um diálogo”. Ariadiny explica que a discussão no virtual é mais elaborada, visto que “o tempo da escrita é muito diferente do tempo da discussão presencial”.

Assim como Danielly, Emilia pondera que: “tem gente que, quando fala que é virtual, morre de medo. Esse é um desafio”. Os fatores para que isso aconteça são, principalmente - “falta de formação para as TIC” (LUÍS), “dificuldade de acesso às tecnologias” e poder de convencimento para que os integrantes dos Fóruns de EJA acreditem “que realmente é possível fazer e é possível concretizar esse movimento coletivamente”, potencializado pelas TIC. (ARIADINY). Conforme Emília, essa ação requer muita vontade de se fazer, de mudar, de transformar a fim de se contribuir efetivamente em ambos os espaços. Prossegue enfatizando, que, caso a pessoa não esteja convencida de que o trabalhador precisa de uma

educação de qualidade social, ela não vai lutar para que isso ocorra. Então, “nem no presencial nem no virtual, não vai caminhar um para o outro.” (EMILIA).

De acordo com Margarida,

formação política não é só eu ler alguma coisa. Eu preciso discutir aquilo com alguém. [...] Na minha vivência, o virtual não substitui o presencial. O virtual não substitui a necessidade de conversa. [...] Ele não pode ser um virtual só de eu enxergar o conteúdo. Ele também precisa ser um lugar em que eu questiono aquele conteúdo. [...] Então, a discussão teórica precisa de uma prática, senão ela está esvaziada. Eu acho que na nossa formação política, seja ela com uso do recurso virtualizado ou seja ela no presencial, o que está em xeque é a nossa capacidade de pensar sobre aquela questão. É isso que é formação política. [...] Eu já passei um pouco daquela fase de achar que só é possível fazer formação política no presencial. Agora, eu não acredito em formação política sem conteúdo, que significam conceitos, categorias para você poder pensar sobre elas. Também não acredito em formação política sem diálogo, sem conversa. Quando a gente fala em formação política, nós estamos falando de uma formação que prevê a intervenção na realidade. (MARGARIDA).

A participante suscita questão elencada por Pierre Lévy (1997/1999), quando do estudo sobre a cibercultura. O autor avalia que o virtual existe mesmo não estando presente. Além disso, considera que “o virtual não se opõe ao real, mas ao atual: virtualidade e atualidade são apenas duas maneiras de ser diferentes.” (LÉVY, 1999, p. 15).

Danielle argumenta que o grande desafio é aproximar mais o que acontece no virtual do que está acontecendo no presencial. Faz o alerta sobre a necessidade de agilizar o retorno das ações do movimento no virtual. Maria Luiza concorda com a fala e complementa, exemplificando: “se faz muita gravação de reunião. Mas, o tempo para editar isso e para estar no Portal, para quem não foi, é tão distante que, na hora que colocar de novo, já perdeu o sentido”. Em sua percepção, é fundamental resgatar o sentido do Portal e definir melhor sua própria valorização “como lugar de memória, de resgate, de pauta de luta que instiga”.

Fica claro, a partir de sua fala, a necessidade de um amadurecimento político dos envolvidos, da mesma maneira que uma apropriação melhor das tecnologias a serviço de um coletivo. Ademais, é importante que os participantes sejam sujeitos ativos nesse processo, para compreenderem o sentido real-concreto do que estão fazendo: o **contexto** da situação, o **sentido** do que foi realizado, a **quem** serve e **como** deve servir. Segundo assinala Maria Luiza, esse é um desafio. Outro é convencer a universidade da relevância de se valorizar os movimentos sociais e o Portal como lócus de pesquisa e de produção do conhecimento:

É um processo de formação e valorização do movimento social e é isso que está pegando: [...] um movimento social que está vivo, dizendo o que quer. É como se a universidade estivesse dando as costas para ele e o Portal é a expressão disso, de um dos movimentos que está aí. (MARIA LUIZA).

Como desafio dessa articulação, Renato acredita que existem

certas questões que seriam importantíssimas na formação da pessoa humana e dela como um profissional, de qualquer área de graduação da universidade. E que isso teria repercussões na continuidade da sua pós-graduação, na continuidade do seu mestrado, na continuidade do seu doutorado, assim sucessivamente. Do contrário, a sociedade civil, com seus problemas e dificuldades, nunca vai ser pautada pela universidade. Ela nunca vai ser pautada como natureza a ser superada, com várias iniciativas, umas delas, a educação de jovens e adultos. E uma educação de jovens e adultos cujo enfrentamento não pode ser só - ao meu ver - de licenciados e licenciadas. Quer dizer, mesmo que eu chamasse todos os cursos de licenciatura da UnB, seria pouco. Por quê? Há determinadas naturezas de problemas que pressupõe outras áreas do conhecimento que não só um perfil didático pedagógico. O problema é o que une as pessoas. Não é só o problema: o problema, a consciência do problema e a necessidade da sua solução. E a solução está nas diversas áreas do conhecimento. [...] No presencial e no virtual. No fundo, eu estaria trabalhando a articulação **ensino**, que é processo formativo; **pesquisa**, com produção do conhecimento; e, relação com a sociedade, que é a **extensão**. (RENATO).

No final do roteiro havia uma pergunta aberta na qual os participantes podiam expor algo referente ao tema, não abordado durante a entrevista. Eles foram estimulados a relatar pontos não levantados e até incluir elementos novos. Ariadiny acrescentou: “para mim está muito ligado: as TIC com a formação política. Acho que é uma possibilidade de ampliar a formação”. Danielly complementa sua fala inicial e atesta que “trabalhar com o Portal foi realmente uma experiência que deu outros rumos para minha formação. Eu mudei completamente [...]. Eu penso que, por mais que seja difícil entrar em uma sala de educação de jovens e adultos, hoje, eu me sinto capacitada”.

Luís se diz agradecido “a essa formação que eu tive aqui, na UnB, e isso foi muito bom para mim, na escola. [...] Esse processo de construção coletiva foi fundamental na minha formação. Onde eu estou, hoje, não existe isso”.

Renato reafirma a posição já exposta e sugere que, na seleção dos bolsistas, futuros administradores do Portal,

que essas pessoas estejam colando sua atuação no Fórum a uma proposta de produção do conhecimento [...]. Eu acho que isso fortaleceria, inclusive, o estado da arte da produção do conhecimento. É nessa perspectiva que você está enfrentando. Em vez de ser algo que passa, que fica, de certa forma, aleatório e, dependendo do interesse de cada segmento universitário, ele passa a ser uma estratégia orientadora da organização e funcionamento dos vários Fóruns. Como tal, vai repercutir no Portal.

Sobre o exercício de se construir coletivamente - apoiado pelas TIC - Emilia finaliza “que essa é uma luta *ad eternum*. É mais cômodo não fazer”. Danielle avalia que essa pesquisa será importante para a equipe do Portal “entender o que a gente tem feito, o que tem contribuído mesmo com o que a gente se propõe: que é construção coletiva, junto com os

Fóruns de EJA. Eu acho que essa formação nos espaços não escolares, na formação do pedagogo, ela ainda não é muito enfática”.

Maria Luiza finaliza: “você está diante de um desafio que vai ajudar muito e vai contribuir muito para que a gente possa dar um sentido tanto ao movimento dos Fóruns - em particular o do DF - como o papel da Faculdade em relação ao movimento e à questão da mediação tecnológica”.

A partir da análise das falas dos oito participantes, percebe-se que - além dos espaços considerados não escolares, presenciais e virtuais, contribuirão com a formação político-pedagógica e tecnológica de estudantes do curso de licenciatura em Pedagogia - esses também são importantes para a formação de outros sujeitos. Ademais, infere-se que os ambientes virtuais, como extensão dos presenciais, atualizam e propagam as ações dos movimentos sociais em todas as extensões - locais e globais - oportunizando e facilitando a organização, a mobilização, as discussões, os encaminhamentos, as deliberações e a educação política dos diversos coletivos envolvidos.

Entretanto, é fundamental observar alguns elementos que, ao mesmo tempo, facilitam e dificultam o processo formativo em espaços considerados não escolares - apoiados pelas TIC. Estes últimos como “situações-limite”¹²⁷ as quais devem ser superadas no coletivo. Importante ressaltar que as questões de classes sociais, as contradições e os conflitos existentes; as diversas formas de desigualdade, produzidas pela hegemonia capitalista; e a dicotomia entre estar conectado e desconectado, o que envolve inclusão e exclusão digital, necessitam de uma crítica mais aprofundada, assim como propõem Manuel Castells (1999; 2003), Bernardo Sorj (2003) e Andrew Feenberg apud Ricardo Neder (2010).

Diante do exposto, evidencia-se que os acessos às tecnologias precisam ser facilitados a fim de que todos as utilizem, sem restrições. Outro ponto elencado, pelos participantes, é a relevância de se qualificar as interações ocorridas entre os sujeitos implicados e os diversos materiais e conteúdos - disponibilizados e/ou utilizados - no processo formativo, tanto no ambiente presencial quanto no virtual.

¹²⁷ Obstáculos ou barreiras impostas pela sociedade capitalista que precisam ser superados por homens e mulheres (FREIRE, 2011, p. 130).

CONSIDERAÇÕES – O “FINAL” É SEMPRE UM BOM COMEÇO

Chego ao mestrado com o grande desafio de dar prosseguimento à pesquisa iniciada, ainda na graduação do curso de licenciatura em Pedagogia, sobre a possibilidade dos diferentes espaços educativos, presenciais e virtuais, contribuir com a formação de futuros pedagogos e demais licenciados. Aqui, neste estudo, consolido mais uma proposta de elucidação das possibilidades de formação político-pedagógica e tecnológica em espaços para além dos escolares, apoiados pelas TIC.

Diante dos temas abordados - educação política, EJA trabalhadores, movimentos sociais e TIC -, faço a opção teórica de dialogar, principalmente, com Antonio Gramsci (1981; 1995; 2004); Jaqueline Ventura (2006; 2011); Manuel Castells (1999; 2003; 2013), Maria da Glória Gohn (2008a; 2008b; 2010; 2011); Maria Luiza Pereira [Angelim] (2006; 2009); Maria Margarida Machado (1998; 2007); Paulo Freire (1996; 1997; 2011) e Pierre Lévy (1996; 1999; 2007), entre outros autores.

Ao me valer dessa linha de investigação, persigo o objetivo principal: analisar os modos como os Fóruns de EJA do DF e do GO, seus respectivos sítios virtuais e o Portal dos Fóruns de EJA do Brasil contribuem com a educação política de estudantes de Pedagogia em espaços não escolares, presenciais - atravessados pelo ciberespaço. Aliado a esse campo investigativo, de quais seriam as práticas e os desafios desse processo, deparo-me com oito sujeitos do segmento universidade, militantes da EJA trabalhadores e integrantes dos Fóruns de EJA em suas respectivas unidades federadas, Goiás e Distrito Federal.

Dessa vez, ao contrário da pesquisa-ação existencial proposta por René Barbier (2004), exercitada durante a graduação, utilizo como procedimento metodológico o estudo de caso com pesquisa de campo exploratória e pesquisa documental. Para a coleta dos dados, realizei entrevistas individuais semiestruturadas nos estados de Goiás e Distrito Federal. Vinte, dos 21 itens do roteiro utilizados nas entrevistas foram agrupados em cinco categorias de análise, de acordo com as questões de investigação propostas, a saber: Sujeitos, Presencial, Práticas de Educação Política, Virtual e Práticas e Desafios.

Os resultados, se assim podemos ou devemos considerar os achados encontrados, demonstraram que os **Sujeitos** da pesquisa apresentam, ao mesmo tempo, singularidade, mas, também, de alguma forma, certa homogeneidade. Na questão da idade dos participantes, recorreremos a três grupos: três jovens entre 23 e 28 anos; três adultos entre 31 e 48 anos; e dois

idosos, com 67 e 71 anos cada, ou seja, sujeitos que contemplam as três fases do ciclo vital da EJA trabalhadores.

Na condição de ser - ou não - trabalhador sindicalizado, o grupo ficou dividido em dois, por razões diferentes ou parecidas: quatro afirmaram ser filiados a seus sindicatos classistas e quatro, não. Optei, mesmo para aqueles que se declararam não sindicalizados, indagar qual a importância, na percepção de cada, de sê-lo. Essa provocação se justifica pela tentativa de desvelar qual o sentido dessa ação para os participantes, independente da situação como trabalhador. Quanto à formação, cinco são pedagogos, dois de outras licenciaturas e uma é bacharela. Em relação à atividade laboral, todos exercem atividades ligadas à educação.

Na categoria **Presencial**, pude observar que todos os sujeitos da pesquisa participaram de movimentos sociais durante a juventude. No ano em que o Brasil (des)comemorou os 50 anos do Golpe Militar, deflagrado no dia 1º de abril¹²⁸, data em que João Goulart sai do Brasil e se refugia no Uruguai, foi fundamental para este estudo perceber o contexto histórico vivido por quatro participantes: Maria Luiza, 21 anos e Renato, 18 anos, à época, ambos viveram os anos que antecederam o golpe; e de Emilia e Margarida, que tinham apenas 2 e 1 anos respectivamente, porém com toda a juventude desenvolvida nesse contexto político-econômico-social da história do nosso país. Nas falas dos quatro, ficou claro que todos viveram de formas intensas e singulares os 21 anos de ditadura militar no Brasil em ações coletivas, e isso, a partir das declarações, acabou por impactar em escolhas futuras.

Importante perceber tal pluralidade de experiências: quatro participantes foram atuantes em movimentos sociais em um período em que os jovens, censurados e cerceados, precisaram lutar pelo direito à liberdade de expressão; e quatro descobriram os movimentos sociais em um país democrático. A juventude da época da ditadura era mais reflexiva e ideológica; já a segunda, contemporânea, mais globalizada e com grande capacidade de mobilização popular, já impulsionada por todo um aparato tecnológico existente.

Todos os oito sujeitos da pesquisa declararam experiências em movimentos sociais: estudantil, religioso, associação de moradores, grupos de Ação Popular, de anistia e partido político. Em ambas as situações percebe-se que - quando o jovem questiona o seu papel na sociedade e, a partir disso, busca meios de se organizar, se mobilizar e se unir a seus pares -, suas escolhas futuras, em grande parte, serão fruto de tais experiências políticas e sociais vivenciadas durante esse período.

¹²⁸ Com receio do descrédito conferido ao dia 1º de abril, “Dia da Mentira”, o regime militar antecipou a data para 31 de março de 1964. Entrevista de Frei Beto ao canal *online*, Uol Notícias, sobre os 50 anos do Golpe Militar de 64. Disponível em < <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2014/03/20/cia-financiou-igreja-em-marchas-pro-golpe-diz-frei-betto.htm>>. Acesso em: 27 mar. 2014

Conforme Antonio Gramsci (1995), a escola de formação humanista “deveria se propor a tarefa de inserir os jovens na atividade social, depois de tê-los levado a um certo grau de maturidade e capacidade, à criação intelectual e prática e a uma certa autonomia na orientação, na iniciativa.” (GRAMSCI, 1995, p. 121).

Os resultados apontam que seis dos oito participantes entraram no campo da EJA trabalhadores por meio dos movimentos sociais. Isso demonstra, a partir das entrevistas, que além de existir íntima relação entre a EJA trabalhadores e os movimentos sociais, esses espaços, não institucionalizados como educação formal, contribuem sobremaneira na formação dos sujeitos envolvidos, tanto dos educandos como dos educadores que intervêm na sociedade por meio das atividades de pesquisa e extensão.

Somente dois participantes conheceram a EJA trabalhadores por meio de disciplinas **optativas**, ou seja, no espaço escolar da universidade. Essa situação, em minha análise, baseada nas falas desses entrevistados, configura algo expressivamente positivo, que demonstra a importância da disciplina “Educação de Adultos” integrar o currículo do curso de licenciatura em Pedagogia. No entanto, é fundamental ressaltar tal disciplina ser incorporada como **obrigatória**, o que ampliaria o leque de possibilidades do futuro pedagogo.

Tamanha percepção está expressa na fala de Luis: “quando eu entrei aqui [Faculdade de Educação/UnB] em 2006, o meu foco era educação infantil. Eu sofri preconceito de gênero¹²⁹ [...] e foi o que quase me fez desistir do curso de licenciatura em Pedagogia. Ai eu conheci a EJA” trabalhadores. É relevante esclarecer que a maioria dos estudantes de Pedagogia entra no curso com uma visão reduzida acerca das potencialidades de sua atuação profissional futura. São as disciplinas e os projetos que vão abrindo horizontes e mostrando outros caminhos dentro do curso, para além da educação infantil.

Pelo disposto nas respostas, a maioria dos participantes chegou a seus respectivos Fóruns de EJA por meio de suas IES, como segmento universidade ou não. Daí a importância de as universidades serem alicerçadas sob o tripé ensino-pesquisa-extensão, mantendo a parceria e o comprometimento para com a sociedade e os movimentos sociais.

Todos responderam que foram ou ainda são integrantes orgânicos de seus Fóruns, contribuindo na produção coletiva de documentos, participando de reuniões, encontros, audiências públicas e, também, na mobilização do coletivo. Evidencia-se que a participação orgânica dos segmentos nos Fóruns de EJA sinaliza a militância na EJA trabalhadores.

¹²⁹ O estudante do sexo masculino, em algumas situações, sobretudo na educação infantil, sofre discriminação e é preterido em relação às estudantes do sexo feminino.

Quando esse segmento é o das IES, indica também a possibilidade dos movimentos sociais manterem um diálogo mais próximo com as universidades.

Essa relação é fundamental, sobretudo para dar sustentabilidade às equipes de administração dos sítios virtuais dos Fóruns estaduais, em sua maioria, representadas por estudantes de projetos ou programas de pesquisa ou extensão, bolsistas ou voluntários, coordenados por professores representantes desse segmento no Fórum.

A categoria **Práticas de Educação Política** demonstrou que, para quatro participantes, as atividades de educação política em espaços não escolares, foram vivenciadas nos seus respectivos Fóruns de EJA e em seu ambiente virtual, referendando a importância desses ambientes para a formação dos sujeitos. A partir disso, os sujeitos da pesquisa afirmaram que tais experiências contribuíram e impactaram em suas formações.

É importante observar, a partir das declarações, a relevância dos movimentos sociais e das TIC nos processos de ensino-aprendizagem dos sujeitos. Como já mencionado, a metade dos participantes se valeu de atividades de educação política em outro contexto político: durante o regime militar em diferentes movimentos sociais nos quais participaram ativamente. A outra metade vivenciou essa formação na sociedade em rede, sociedade da informação e do conhecimento, ou seja, na “Era Digital”.

Independente da formação, contexto vivido ou idade, os oito demonstraram compreender o sentido - conceitual e de concepção - do que seja educação política. Entretanto, as falas de duas participantes, uma professora aposentada e uma pedagoga recém-formada, problematizam a questão de se adjetivar a educação. Infere-se que não há como separar a *práxis* de um pedagogo ou futuro pedagogo, sobretudo, quando se propõe a trabalhar a educação sob uma perspectiva libertadora, do viés político. Embora o tema desta pesquisa ser **educação** política, as respostas dos outros sujeitos convergem para uma **formação** político-pedagógica em espaços não escolares, apoiada pelas TIC.

Acredito que essa grande provocação, acabou por gerar outras inquietações: O que é educar? O que é formar? Qual o sentido de se adjetivar a educação? É possível adjetivar o viés político tais como outras “educações” adjetivadas – artística, religiosa, física etc? Existe um momento específico ou até mesmo exclusivo para se abordar a parte política nos processos de ensino-aprendizagem? É possível uma educação libertadora apenas pedagógica, sem o político?

Seja o ato de educar¹³⁰ ou de formar, tanto o GTPA-Fórum EJA/DF quanto o Fórum de EJA do GO, conforme os participantes, disponibilizam ambientes de educação política a seus integrantes. Conforme disposto nas respostas, estes são lugares de exercício de construção coletiva e aprendizagem para todos os integrantes. Ainda assim, deve-se considerar que para os estudantes das universidades, esses são espaços não escolares de convivência com o diferente e as diferentes maneiras de se aprender e de se ensinar a partir de outros temas e linguagens, possibilitados pelos movimentos sociais.

Sem dúvida, um desses lugares é o Portal, a partir do qual pode-se inferir que contribui com a educação política dos integrantes desse coletivo, sobretudo do segmento universidade. Apesar de o Portal **dos Fóruns de EJA do Brasil** estar para o mundo e com o mundo [digital] - não excluindo, pois, nenhum usuário da Internet -, seu alvo principal está em atingir e mobilizar pessoas interessadas pela temática: pesquisadores e militantes da EJA voltada à classe trabalhadora.

Apesar de os oito relatarem que o Portal e os sítios virtuais dos Fóruns de EJA contribuíram significativamente com sua educação política, faz-se necessário esclarecer que, devido à autonomia e estrutura de cada Fórum estadual e distrital, nem todos os sítios virtuais encontram-se devidamente atualizados. Alguns, por exemplo, estão desatualizados desde abril de 2010, disponibilizando como conteúdo apenas o regimento interno:

Eu fico triste cada vez que eu procuro entrar nos vários portais dos estados e vejo que nós temos lugares que absolutamente não saem do lugar. Então, eu acho que isso também é uma autocrítica que a gente tem que fazer. A gente também tem que tentar entender, por que nós, enquanto movimento, não temos essa dinâmica de alimentar o espaço virtual como algo já orgânico, dentro da nossa estrutura de Fórum. Então, eu acho que o Portal tanto me serve para o que eu acesso de conteúdo e aprendo com ele, mas, também, para aguçar a minha crítica ao que nós mesmos somos e o que estamos fazendo ou sendo capazes de disponibilizar no espaço que temos. (MARGARIDA).

A partir de dados coletados no Portal, em maio de 2014, destaco que dez sítios virtuais dos Fóruns de EJA contêm informações atualizadas no ano de 2014; sete foram atualizados em 2013; sete em 2012; três em 2011; e um se encontrava desatualizado desde 2010. Reitero que os sítios virtuais possuem autonomia para gerenciar os conteúdos a serem publicados em seu ambiente. Todavia, existem algumas orientações¹³¹ político-pedagógicas e tecnológicas as quais os administradores deveriam seguir a fim de manter certa lógica e organização do ambiente virtual.

¹³⁰ Do latim *educare*, ligado à *educere*. Verbo composto do prefixo *ex* (fora) + *ducere* (conduzir, levar) significa literalmente “conduzir para fora”, ou seja, preparar o indivíduo para o mundo. Disponível em < <http://www.dicionarioetimologico.com.br/>>. Acesso em 02 abr. 2014.

¹³¹ Disponível em < <http://forumeja.org.br/orientacoesadministradores>>. Acesso em: 20 mai. 2014.

Atestamos que a maioria dos sítios virtuais não observa tais orientações. Isso ocorre até mesmo nos sítios que se encontravam atualizados. Essa não observância torna o espaço confuso - dificultando e desmotivando - assim, a navegação na página. Fato confirmado na fala de Danielly, ao afirmar que, quando entrou para a equipe do Portal, uma dificuldade percebida foi a de que havia “muita informação desconhecida, muita dificuldade para acessar um conteúdo”. A partir das respostas, infere-se que essas duas realidades: sítios virtuais desatualizados e desorganização dos conteúdos publicados, prejudicam tanto a questão da construção coletiva como da própria formação dos sujeitos envolvidos.

Na categoria **Virtual**, verificou-se que a maioria dos participantes teve as TIC como apoio em seu processo formativo. O Portal, mais uma vez, foi lembrado como um espaço que, para além de contribuir nesse processo, também democratizou o aprendizado e o acesso a outras linguagens.

O primeiro ponto importante observado foi perceber que as tecnologias - sozinhas - não são capazes de conferir as significações necessárias ao processo ensino-aprendizagem, na relação entre aqueles que aprendem e os que ensinam. O segundo foi a conclusão de que para a educação política acontecer é condição *sine qua non* interação entre os sujeitos implicados e os conteúdos disponibilizados, independentemente se espaço presencial ou ambiente virtual. O terceiro tem a ver com o próprio acesso - ou a falta dele - às tecnologias. Apesar dos participantes reconhecerem que as TIC democratizam o saber - facilitam o acesso a acervos multimídias em todos os formatos, aproximam as pessoas, contribuem com a comunicação e mobilização -, ainda assim, o acesso às tecnologias, mesmo crescendo, não é um campo muito democrático.

Pude perceber a questão de classe e desigualdades socioeconômicas nessa categoria. As falas dos participantes, mesmo naqueles de classes sociais com maior poder aquisitivo, confirmam que a exclusão digital representa uma das dimensões da desigualdade social, como aponta Bernardo Sorj (2003). Além das questões financeiras levantadas pelos sujeitos da pesquisa, outras são elencadas pelo autor, como fatores que potencializam e determinam esse tipo de exclusão:

A exclusão digital depende de cinco fatores que determinam a maior ou menor universalização dos sistemas telemáticos: 1) a existência de infra-estruturas físicas de transmissão; 2) a disponibilidade de equipamento/conexão de acesso (computador, modem, linha de acesso); 3) treinamento no uso dos instrumentos do computador e da Internet; 4) capacitação intelectual e inserção social do usuário, produto da profissão, do nível educacional e intelectual e de sua rede social, que determina o aproveitamento efetivo da informação e das necessidades de comunicação pela Internet; 5) a produção e uso de conteúdos específicos adequados às necessidades dos diversos segmentos da população. (SORJ, 2003, p. 63).

Os movimentos sociais, na atualidade, estão utilizando cada vez mais as TIC como aparato na organização, formação, mobilização e propagação de suas lutas coletivas. Portanto, para esses sujeitos, a importância de estar em redes ficou evidenciada nos resultados apresentados. Mesmo aqueles participantes que se dizem fora das redes sociais digitais estão por dentro das contribuições desse instrumento para as ações coletivas.

Ao contextualizar as atividades do movimento *Occupy Wall Street*, nos Estados Unidos, Manuel Castells (2013) destaca algumas atividades realizadas por esse movimento, que já nasceu digital. Argumenta que os primeiros “gritos de indignação e o apelo à ocupação vieram de vários blogs [...] e foram postados no Facebook e difundidos pelo Twitter” (CASTELLS, 2013, p. 130-131). O autor prossegue esclarecendo que os ativistas foram unindo-se e se organizando por meio das redes sociais digitais. Ainda afirma que, à medida que o movimento foi crescendo, o *Twitter* se tornou ferramenta fundamental para a comunicação dos ocupantes nos acampamentos. Em vários momentos, segundo o autor, essa ferramenta foi utilizada para protegê-los das ameaças policiais e possíveis confrontos, divulgando - em tempo quase real - toda a cobertura: por meio de fotos, vídeos e comentários do espaço ocupado (CASTELLS, 2013).

Percebe-se nas falas dos participantes que, para haver uma maior adesão às ações coletivas, é preciso um grau maior de consciência coletiva e formação política das pessoas envolvidas. Assim é possível que tais mobilizações assumam consistência e estabeleçam uma agenda contínua.

Em 1992, vivenciei nas ruas o movimento **Ética na política**. Eu mesma, uma jovem cidadã contrariada com os escândalos políticos e o momento socioeconômico, pintei a cara e a alma e me juntei a tantos outros, com o sonho de mudarmos o contexto e fazermos história. Influenciados ou não pela mídia e partidos políticos, quase vinte e dois anos depois¹³², tenho a convicção de que “pintar a cara” e ir às ruas foi a única alternativa, a mais acertada e a que me fez entender, com mais clareza, a força de um coletivo. Em 2013, pude perceber, nas mobilizações ocorridas nas ruas e nas redes sociais, as três gerações de movimento estudantil que integram este estudo: a do regime militar, a dos caras pintadas e a do período dos *Black Bloc*.

A base ideológica dos Fóruns de EJA do Brasil é a da construção coletiva. Na percepção dos sujeitos da pesquisa, nos sítios virtuais dos Fóruns e no Portal há toda uma possibilidade de exercício dessa construção, contudo, ela precisa ser conquistada. Construir

¹³² O *impeachment* do primeiro presidente da República (PRN) eleito por voto direto, após a ditadura militar, foi aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 29 de setembro de 1992.

coletivamente não é tarefa fácil e, como contextualiza Emília, “dá trabalho”. A questão primordial é que vivemos em uma sociedade individualizante e individualizada, na qual imperam competitividade, vaidades, egoísmo, autoritarismo e dominação.

Interessante reiterar que esses conflitos não são privilégios das TIC, uma vez que, produzidos pela hegemonia dominante, tais tensões acontecem tanto no presencial quanto no virtual. Contudo, interfaceadas pelo aparato tecnológico, são expandidas e potencializadas, como esclarece Maria Luiza:

O virtual não é outro lugar. Ele tem uma dinâmica diferenciada, mas, ele tem as mesmas pessoas, com os mesmos conflitos ideológicos do não virtual [...]. O que estou querendo dizer é isso: se a luta ideológica se reproduz entre o capital e o trabalho, entre o individualista capitalista e a alternativa política dos trabalhadores - que é o coletivo - essa luta, as vaidades e as maneiras como isso se tensiona, está no presencial anterior à existência da Internet, do ambiente virtual. O que nós estamos fazendo agora é aprender como isso se reproduz no espaço virtual [...]. Nessa medida, a forma de manifestação é diferente do que a gente tinha historicamente, secularmente, conhecido em relação às manipulações e às tensões no mundo presencial. (MARIA LUIZA).

Então, a partir deste estudo, é possível depreender que, apesar da construção coletiva ser possível e desejada, ainda se faz necessário desconstruir alguns fatores em nós mesmos, seres sociais. Fazendo um diálogo com o texto produzido pelo movimento social, **Consulta Popular**, acerca da possibilidade de uma construção coletiva humanista, chega-se à conclusão de que esta

aponta na direção da articulação entre o individual e o coletivo. Isto implica a valorização das diferenças como constitutivo do próprio coletivo, bem como a valorização da perspectiva de processo, onde nada está pronto e acabado. Por outro lado, a construção coletiva coloca em discussão a questão do poder decisório e dos diferentes níveis de organização e instâncias de competências da vida em sociedade. A realidade não existe sem o ser humano, assim como o real não é apenas o ser humano. O real é o mundo material e as relações que o ser humano estabelece na vida social, consigo mesmo, com a natureza, com os outros seres e com o transcendente. (CONSULTA POPULAR, 1999, p. 1).

Por fim, a categoria **Práticas e Desafios** buscou compreender alguns dos eixos principais da pesquisa. Ter como foco a classe trabalhadora e a opção pela militância na EJA trabalhadores foram identificados como facilitadores para o Portal ser um espaço de educação política, assim como seu acervo, alcance e mobilidade. É certo que as TIC aproximam as pessoas, tornam o distante mais próximo, democratizam o saber, ampliam a formação, uma vez que facilitam o acesso a um vasto acervo multimídia - documentos, áudios, vídeos, imagens etc. - e abrem novas possibilidades de aprendizagem, interfaceadas por um ambiente remoto.

No entanto, apesar de vivermos na **Era Digital** os participantes desta pesquisa declararam ainda haver resistência em relação às tecnologias, principalmente no que tange à compreensão crítica - político-social - do seu uso. Ademais, há certa desconfiança quanto o seu potencial, além de falta de informação e formação para as TIC. Esses são alguns dos desafios a serem vencidos para que as tecnologias contribuam no processo ensino-aprendizagem dos diversos sujeitos envolvidos. Outro elemento levantado: o acesso às tecnologias deve ser aberto e livre a todos.

Em relação ao Portal, faz-se necessário, a partir das respostas, que as pessoas se apropriem mais desse ambiente virtual como uma extensão do seu próprio Fórum de EJA, como outro espaço de articulações e formação, tal qual as reuniões e os encontros. Pode ser, pela própria caminhada de cada Fórum, seu histórico de constituição, segmentos que o compõem ou até mesmo questões estruturais e estruturantes de ordem política, que os integrantes dos Fóruns estaduais e distrital de EJA não compreendam essa dinâmica.

Como exposto, o Portal foi deliberado pelo coletivo nacional dos Fóruns de EJA e desenvolvido em 2005. Respeitando a maneira como os Fóruns se organizam e se fazem representar - com eleições em períodos distintos - é provável que, nesses quase nove anos, alguns Fóruns possuam coordenações que tenham sido substituídas ao menos três vezes nesse período. Então, uma questão a ser levantada é buscar compreender em que medida o histórico de constituição e sentido, não só do Portal, mas, dos próprios Fóruns de EJA do Brasil, estão sendo assimilados pelos integrantes pós 2005: “leva tempo para se sentir proprietário, dono daquele lugar, daquele espaço virtual e responsável pelo que se faz lá” (MARGARIDA).

Uma crítica feita pela maioria dos participantes: não adianta contar com vasto acervo, sem a interação entre os sujeitos implicados e todo esse potencial. Atesto, a partir dos achados encontrados, que a falta de diálogo, ou seja, de interatividade foi a dificuldade mais lembrada para que o Portal contribua com a educação política de seus participantes

Segundo Lúcia Santaella (2004, p. 154), interatividade é um “processo pelo qual duas ou mais coisas produzem um efeito uma sobre a outra ao trabalharem juntas”. Para Maria Rosa Abreu e Lúcio Teles (2009) as “novas formas de interatividade despontam, permitindo aos usuários interagir em vários formatos mediáticos [...]. As pessoas no ciberespaço criam seu próprio tempo, espaço e mídia para compartilhar o que queiram” (ABREU; TELES, 2009, p. 181).

Na fala dos participantes, foi evidenciada a preocupação de o Portal não ser visto apenas como um repositório de conteúdo. No entanto, para torná-lo espaço de educação política, em suas percepções, é preciso avançar tanto na formação de base das pessoas que o

acessam - prioritariamente os integrantes dos Fóruns - como na questão da interação destes com os conteúdos postados e com os que possam vir a ser:

Eu acho ainda que a gente tem um espaço muito de colocar conteúdo. Nós não conseguimos fazer vingar nenhum fórum de debate. Nós tentamos, mas, não conseguimos fazer vingar. Então, eu não sei se a natureza do Portal, desde quando ele entrou e a gente começou a usá-lo como um espaço de informações, disponibilizar informações, eu não sei se a gente ficou meio escravo disso. (MARGARIDA).

Infere-se que, para haver educação política, é preciso interação entre os sujeitos implicados, tanto na que se dá no espaço presencial quanto no virtual. Caso a experiência de formação esteja acontecendo no presencial, não irão adiantar todos os livros, recursos e diversidade de conteúdos sem a devida apropriação destes, muito menos sem um questionamento efetivo do que está posto e sem a busca pela verdade e nem sem um diálogo com a realidade. Assim também ocorre no ambiente virtual. De nada adiantam os conteúdos ou informações divulgadas, se não houver interação entre os internautas e todo esse acervo. Nessa perspectiva, também não haverá produção do conhecimento.

A possibilidade de se criar, no presencial, ecossistemas de ideias, inteligência coletiva/cosmopédia/espaço antropológico do saber, pode ser algo distante de nossa mente, uma situação utópica. Entretanto, em ambientes virtuais, com o mesmo propósito do Portal, é provável que ela [cosmopédia] já esteja presente. A respeito disso, Pierre Lévy (2007) afirma:

O saber da comunidade pensante não é mais um saber comum, pois doravante é impossível que um só ser humano, ou mesmo um grupo, domine todos os conhecimentos, todas as competências; é um saber coletivo por essência, impossível de reunir em uma só carne. No entanto, todos os saberes do intelectual coletivo exprimem devires singulares e esses devires compõem mundos. O coletivo inteligente não é mais o sujeito fechado, cíclico da terra, reunido pelos laços do sangue ou da transmissão de relatos. É um sujeito aberto a outros membros, a outros coletivos, a novos aprendizados, que continuamente se compõe e decompõe, “nomadiza” no Espaço do saber. No quarto espaço, o sujeito do conhecimento constitui-se por uma enciclopédia [círculo de conhecimento]. Porque seu saber é um saber de vida, um saber vivo, ele é o que se sabe. (LÉVY, 2007, p. 181).

Como exposto anteriormente, o Portal é a extensão virtual dos Fóruns de EJA, administrado por estudantes universitários - futuros pedagogos e demais licenciaturas - em sua maioria. O coletivo dos Fóruns, a partir de uma proposta de professores da FE/UnB e do CDTC/UnB, oportunizam diferentes possibilidades de os estudantes exercitarem o tripé ensino-pesquisa-extensão das universidades, apoiados pelas TIC. Conforme relatos de Margarida e Emília, por meio do Portal, estudantes de outras áreas - para além das tecnológicas - podem experimentar, pesquisar e se qualificar em outras linguagens antes dominadas por *expertises* na área.

O processo de ensino-aprendizagem que acontece no Portal é diferenciado dos demais. Haja vista que os estudantes são qualificados a fim de colocarem os conhecimentos adquiridos a serviço dos movimentos sociais, já que são estes os responsáveis por potencializarem, virtualizarem, atualizarem e socializarem as ações coletivas dos Fóruns. Então, ao possibilitarem espaços de formação político-pedagógica e tecnológica aos estudantes - o coletivo dos Fóruns de EJA, em parceria com as IES - contribuem diretamente com a educação política dos demais integrantes e de todos aqueles que acessam esse ambiente virtual.

Dentre outras contribuições elencadas, a maioria dos sujeitos da pesquisa declarou que o segmento universidade é importante para a sustentabilidade das equipes do Portal. Esclareço que em 2010, por intermédio de uma descentralização de crédito¹³³, foi firmada parceria entre a SECADI/MEC, os Fóruns de EJA e as IES para o repasse de recursos que tinham a finalidade de manter as 27 equipes do Portal dos Fóruns de EJA, a partir do Projeto SECADI/MEC.

No mês de agosto de 2011, o Portal contava com 45 administradores dos sítios virtuais dos Fóruns estaduais e distrital. Naquela época, alguns sítios contavam com até três prestadores de serviço¹³⁴ em suas equipes (CUNHA, 2012). Atualmente, o Portal conta com financiamento externo restrito. Portanto, mais do que nunca, a parceria entre as IES e os Fóruns de EJA mostra-se fundamental no sentido de se atrair estudantes bolsistas, além de voluntários, para a garantia necessária na manutenção desse ambiente virtual.

Constata-se que essa não é uma tarefa fácil. Embora se reconheça a importância desse segmento para o movimento social, é preciso repensar o modelo acadêmico de produtividade exigido pela CAPES/MEC. Isso porque, na percepção de alguns participantes, os docentes se encontram tão atrelados à produção e ocupados com projetos/programas de outras ordens, visando agregar mais produtos a seus próprios currículos, que lhes restam pouco oxigênio no sentido de priorizar o Portal como lugar de acervo e de pesquisa.

Maria Luiza esclarece que a produtividade acadêmica às vezes afasta os professores de projetos e programas relacionados ao movimento social, já que “não é contabilizado como atividade acadêmica”. Além disso, é importante que

o Portal tenha seu lugar de mais investimento, de mais vitalidade, de mais adesão. Porque ele é usado [como referência no Centro de Memória Viva, PROEJA Transarte, cursos de extensão e especialização e disciplinas da graduação e pós-

¹³³ Transferência de recursos orçamentário-financeiros de uma unidade administrativa orçamentária para outra da mesma instância federativa.

¹³⁴ O contrato do Projeto SECADI/MEC era na condição de prestador de serviço.

graduação] [...]. Então, temos por volta de 22 professores envolvidos com EJA na Faculdade. Agora, como eles se comportam em relação ao Portal? Seria o caso da gente ver a possibilidade de uma adesão maior à compreensão ao acesso ao Portal. Mas, o Portal implica nisso que eu falei: em movimento social. E isso ainda não é o lugar desses professores, que são exigidos pela lógica da produtividade acadêmica, se sintam confortáveis porque sabem que movimento social exige: tempo, dedicação, final de semana, horários e tempo, que não estão na possibilidade de resposta deles. É complicado. (MARIA LUIZA).

Na questão aberta, Margarida complementa o exposto por Maria Luiza e argumenta que, quando o Portal começou a se estruturar em 2005, a realidade das pesquisas na EJA trabalhadores era bem diferente das atuais. Hoje, em sua análise, o financiamento para as pesquisas é bem maior, e, por essa razão, a dedicação dos pesquisadores deveria ser proporcional.

Eu tenho muita expectativa de que os colegas pesquisadores, que estão aí com as suas pesquisas financiadas pela CAPES/[MEC], pelas fundações de pesquisa dos seus estados, que eles recuperem esse valor do espaço que a gente criou enquanto rede e que a gente passe a valorizar um pouco mais esse espaço. (MARGARIDA).

A partir desta pesquisa, depreende-se que o Portal cumpre seu papel de contribuir com a formação político-pedagógica de estudantes em espaços não escolares, apoiada pelas TIC, no exercício do tripé ensino-pesquisa-extensão. Evidenciou-se, sobretudo, que os projetos e programas das IES vinculados ao Portal contribuem – inclusive - com a educação política dos demais sujeitos. Por essa razão, como orientação dos professores sujeitos desta pesquisa, confirmou-se a importância das IES reconhecerem o movimento social como espaço de formação, a partir de um viés político.

As contradições em uma sociedade hegemônica, para Paulo Freire (2011), apontam para situações-limite que precisam ser superadas e são apresentadas aos oprimidos como determinantes históricos, restando-lhes tão somente se adaptarem aos opressores. O limite entre o ser e o **Ser mais** é o sonho coletivo pela transformação, pela mudança social, pela superação das situações-limite impostas. Sobremaneira, o sonhar coletivamente pela concretização da luta pelo “inédito viável”¹³⁵.

Configura-se como uma busca pelo inédito viável debruçar-se em pesquisas e estratégias para que o Portal consiga acompanhar e contribuir na potencialização efetiva das ações coletivas dos Fóruns de EJA do Brasil em seu ambiente virtual, principalmente, possibilitar que este seja lugar de discussões, encaminhamentos, deliberações, mobilizações, sobretudo, de formação política para os movimentos sociais.

¹³⁵ Concretização do sonho coletivo pela transformação social, da superação das “situações-limite” (FREIRE, 2011, p. 130)

Nessa busca, e a partir deste estudo, evidenciou-se o papel do segmento universidade tanto por meio dos professores que oportunizam formação político-pedagógica e tecnológica, no exercício do tripé ensino-pesquisa-extensão, em projetos e programas que contemplem o diálogo com os movimentos sociais nas IES, quanto dos estudantes que, ao se formarem politicamente, administram de maneira mais crítica o ambiente virtual do Portal. Dessa forma, esse segmento possibilita que outras pessoas se formem politicamente por meio de um portal colaborativo, inclusive colocando o conhecimento produzido a serviço dos movimentos sociais que militam por uma educação de qualidade social para todos.

Atesto que leguei para esta pesquisa um pouco das vivências de oito sujeitos do segmento universidade, militantes da EJA voltada à classe trabalhadora em seus respectivos Fóruns de EJA e figuras importantes para o Portal dos Fóruns de EJA do Brasil. Principalmente, procurei agregar a este estudo as experiências associadas à formação político-pedagógica em outros espaços, para além dos escolares, possibilitados pelos movimentos sociais - apoiada pelas TIC.

A partir das ideias de Manuel Castells (1999; 2003; 2013), Maria Luiza Pereira [Angelim] e Maria Alexandra Rodrigues (2009), Maria da Glória Gohn (2008a; 2008b; 2010; 2011); Paulo Freire (1997; 2011) e Pierre Lévy (1999; 2007), além de principalmente das falas dos oito sujeitos da pesquisa, fez-se possível pensar um ambiente virtual no qual o exercício da **inteligência coletiva** seja factível e o conhecimento produzido coletivamente aproxime-se mais das pessoas e do mundo.

Esse campo teórico conjugado às investigações aqui elencadas nos faz acreditar em um espaço presencial, de lutas coletivas dos movimentos sociais, que tenham as TIC como suas próprias extensões, em que as transformações sociais possam brotar como sementes, germinando, enraizando, tornando-se árvores frutíferas e propagando-se a exemplo do ciclo natural da vida. Buscando, assim, outro mundo - um mundo melhor - que seja viável tanto no vivencial como no virtual.

Finalizo mais uma etapa em meu processo formativo e de constituição do ser inacabado, curioso e encantado com as possibilidades de as linguagens tecnológicas estarem verdadeiramente a serviço de um coletivo. Acredito e espero que esta pesquisa não se encerre com esta dissertação, já que algumas questões levantadas podem - e devem - impulsionar outras investigações de pesquisadores que tenham como propósito e prioridade contribuir, de modo efetivo e significativo, com os movimentos sociais no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maria Rosa; TELES, Lúcio França. **Tecnologias interativas na aprendizagem em redes sociais on-line, na ciberarte, na cidadania**. In: SOUZA, A. M.; FLORENTINI, L. M. R.; RODRIGUES, M. A. M. (org.). *Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede (CTAR)*. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.
- ALVES, Lucineia. **Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo**. *Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância (RBAAD)*, v. 10, 2011. ISSN - 1806 - 1362. Disponível em: < http://www.abed.org.br/revistacientifica/Revista_PDF_Doc/2011/Artigo_07.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2014.
- ANGELIM, Maria Luiza Pereira. A teleducação nos tempos da internet. In: MELO, J.M. et al. **Educomídia, alavanca da cidadania: o legado utópico de Mário Kaplún**. Cátedra UNESCO: Universidade Metodista de São Paulo, 2006.
- _____. **Educação básica de jovens e adultos mediada e não mediada pelas Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs multimídia em comunidade de aprendizagem em rede**, 2007. Disponível em: < <http://forumeja.org.br/?q=node/925>>. Acesso em: 22 abr. 2013.
- _____.; RODRIGUES, Maria Alexandra Militão. Evoluindo e gerando conhecimento. In: SOUZA, A. M.; FLORENTINI, L. M. R. ; RODRIGUES, M. A. M. (org.). **Comunidade de Trabalho e Aprendizagem em Rede (CTAR)**. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.
- APPLE, Michael W.; AU Wayne; GANDIN, Luís Armando. **Educação crítica: análise internacional**. Tradução: Vinícius Figueira. Porto Alegre: Artmed, 2011.
- BARBIER, René. **A pesquisa-ação**. Tradução: Lucie Didio. Brasília: Liber Livro, 2004.
- BOFF, Clodovis. **Como trabalhar com o povo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 03 mai. 2014.
- _____. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 05 jul. 2013.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em 20 dez. 2013.
- _____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Parecer CNE/CEB nº 11**, de 10 de maio de 2000. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2014.

_____. **Programa Brasil Alfabetizado**, [2003]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=17457&Itemid=817>. Acesso em: 20 mai. 2013.

_____. **Programa Nacional de Inclusão de Jovens: educação, qualificação e ação Comunitária**, [2005a]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pceb002_05.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2014.

_____. Constituição (1988). **Proposta de Emenda Constitucional nº 74**, de 13 de dezembro de 2005, 2005b. Altera os Artigos 206, 208, 210 e 212, da Constituição (1988), e acrescenta o Artigo 95 ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para dispor sobre a nacionalização e a qualidade da educação básica. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/atividade/materia/detalhes.asp?p_cod_mate=76186>. Acesso em: 07 jul. 2013.

_____. **Decreto nº 6.093**, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a reorganização do Programa Brasil Alfabetizado, visando a universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6093.htm>. Acesso em: 20 mar. 2013.

_____. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. **Parecer CNE/CEB nº 23**, de 08 de outubro de 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12743&Itemid=866>. Acesso em: 02 abr. 2013.

_____. Constituição (1988). **Emenda Constitucional nº 59**, de 11 de novembro de 2009. Dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc59.htm>. Acesso em: 10 jul. 2013.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 6**, de 07 de abril de 2010, 2010a. Reexame ao Parecer CNE/CEB nº 23/2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=15074&Itemid=866>. Acesso em: 06 abr. 2013.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 3**, de 15 de junho de 2010, 2010b. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14906&Itemid=866>. Acesso em: 01 abr. 2013.

_____. Resolução CNE/CEB nº 6, de 20 de setembro de 2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**, 2012a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=17417&Itemid=866>. Acesso em: 25 abr. 2013.

_____. **Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego**, [2012c]. Disponível em: <<http://pronatec.mec.gov.br/index.php>>. Acesso em: 19 de mar. 2013.

_____. **Documento-Base da CONAE 2014**, v. 1, 2014b. Disponível em: <<http://conae2014.mec.gov.br/images/doc/CONAE%202014%20-%20Documento-Base%20-%20Volume%20I%20-%2015012014.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2014.

_____. **Plano Nacional de Educação**, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/pne_2014.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2014b.

BRASÍLIA. **Documento Base Nacional preparatório à VI CONFINTEA**, 2008. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/files/docbrasil.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2014.

_____. **Programa DF Alfabetizado**, 2011. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/df/node/2200>>. Acesso em: 20 abr. 2013.

BONDÍA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Revista Brasileira de Educação, nº 19, jan/fev./mar./abr., 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782002000100003&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 02 abr. 2014.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução: Roneide Venancio Majer. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Tradução: Maria Luiza X. A. Borges. Revisão: Paulo Vaz. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CONSULTA POPULAR. **Brasil: Alternativas e Protagonistas**. - Consulta Popular. Vozes, 1999 Disponível em: <<http://forumeja.org.br/construcaocoletiva>>. Acesso em: 15 mar. 2013

CUNHA, Meire Cristina. **Aprender e ensinar em diferentes ambientes: o Portal dos Fóruns de EJA do Brasil como espaço de formação**. Universidade de Brasília, 2012.

_____. **Aprender e ensinar em diferentes ambientes: a experiência do Portal dos Fóruns de EJA do Brasil como espaço de formação**. Revista Lugares de Educação [RLE], Bananeiras/PB, v. 3, n. 6, p. 19-37 Jul.-Dez., 2013. ISSN 2237-1451. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/rle/article/view/16334>>. Acesso em: 02 mai. 2014

DI PIERRO, Maria Clara. **Notas sobre a redefinição da identidade e das políticas públicas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil**. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 1115-1139, Especial - Out. 2005. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 12 dez. 2013

ENGELS, Friedrich. **Dialética da natureza**. Lisboa: Presença Ltda, 1974.

FÁVERO, Osmar (org.). **Cultura popular e educação popular: memória dos anos 60**. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1983.

FÓRUNS DE EJA DO BRASIL. **Histórico do Portal**, [2011a]. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/node/2241>>. Acesso em: 10 de mar. 2013

_____. **O que é o Portal**, [2011b]. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/node/2237>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

_____. **Relatório-Síntese do X ENEJA: História e memória dos Encontros Nacionais dos Fóruns de EJA no Brasil: dez anos de luta pelo direito à educação de qualidade social para todos**. Rio das Ostras/RJ, 2008. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/node/2024>>. Acesso em: 20 fev. 2014.

- FÓRUM GOIANO DE EJA. **Documento preparatório à participação no X ENEJA**, 2008. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/go/sites/forumeja.org.br/go/files/docpreparatorioforumgoianoparaxeneja.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2013.
- FREIRE, Paulo; SHOR, Ira. **Medo e ousadia: o cotidiano do professor**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- _____. **Educação como prática da liberdade**. 19. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- _____. **Pedagogia do oprimido**. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Ensino Médio e Técnico profissional: disputa de concepções e precariedade**. São Paulo, *Jornal Le Monde Diplomatique Brasil*. Ano 6, nº 68, março de 2013, p.28-29. Disponível em: <<https://www.diplomatique.org.br/artigo.php?id=1384>>. Acesso em: 21 dez. 2013.
- GADOTTI, Moacir. **Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito**. 10 ed. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1991.
- _____. **Pensamento pedagógico brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1990.
- GIROUX, Henry A. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008a.
- _____. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 2008b.
- _____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.
- _____. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. *Revista Brasileira de Educação*. vol.16 nº 47 Rio de Janeiro Mai./Ago. 2011
- GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL/SEEDF. **Currículo em Movimento da Educação Básica: Educação de Jovens e Adultos**, 2014. Disponível em: <http://www.se.df.gov.br/images/pdf/curriculo_em_movimento/7-educacao%20de%20jovens%20e%20adultos.pdf>. Acesso em: 10 de abr. 2014.
- GRAMSCI, Antonio. Dos cadernos do cárcere. v. 2. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci Fontes do pensamento político**. Porto Alegre: LPM, 1981.
- _____. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução: Carlos Nelson Coutinho. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- _____. **Cadernos do Cárcere, v. 2. Os intelectuais, o princípio educativo, o jornalismo**. Edição e Tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- GTPA-FÓRUM EJA/DF. **Relatório-Síntese do GTPA ao XI ENEJA**, 2009. Disponível em: <http://forumeja.org.br/df/files/DOCdf_%20X_I%20ENEJA.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2013.
- _____. **Documento de construção coletiva aprovado em Plenária no XXI Encontro de Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores do DF**, 2012. Disponível em:

<[http://forumeja.org.br/df/sites/forumeja.org.br.df/files/doc.xxiEJA trabalhadores.pdf](http://forumeja.org.br/df/sites/forumeja.org.br.df/files/doc.xxiEJA%20trabalhadores.pdf)>. Acesso em: 18 mar. 2013.

_____. Entrega do Selo de Alfabetização para o GDF, 2014. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/df/node/2737>>. Acesso em: 12 maio. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE)/PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD), 2009. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2009/>>. Acesso em: 25 abr. 2011.

_____, 2011. **PNAD 2011**: crescimento da renda foi maior nas classes de rendimento mais baixas. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2222&id_pagina=1>. Acesso em: 31 mar. 2013

_____. Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA), 2012. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=pnad&o=3&i=P&c=271>>. Acesso em: 02 mai. 2014.

JOHNSON, D.W.; JOHNSON, R.T.; HOLUBEC, E.J, (1999). **Los nuevos círculos del aprendizaje**: la cooperación en el aula y la escuela. Virginia: Aique, 1999.

LÉVY, Pierre. **O que é o virtual**. Tradução: Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996.

_____. **Cibercultura**. Tradução: Carlos Irineu da Costa. Editora 34, 1999.

_____. **A inteligência coletiva**: por uma antropologia no ciberespaço. Tradução: Luiz Paulo Rouanet. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2007.

MACHADO, Maria Margarida. **A trajetória da EJA na década de 90 – Políticas Públicas sendo substituídas por “solidariedade”**, 1998. Disponível em: <http://forumeja.org.br/gt18/files/MACHADO.pdf_2_0.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2013.

_____. **A atualidade do pensamento de Paulo Freire**, 2007. Disponível em: <http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/Margarida_3_Texto_IX_ENEJA.pdf>. Acesso em: 01 abr. 2014.

_____; OLIVEIRA, João Ferreira. (Org.). **A formação integrada do trabalhador**: desafios e um campo em construção. São Paulo: Xamã, 2010.

MARCONI, Marina Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARIZ, Ricardo Spindola. **O cotidiano como práxis pedagógica emancipatória na formação em processo de alfabetizadoras(es) de camadas populares**: o caso do Centro de Cultura e Desenvolvimento do Paranoá – DF. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Brasília: Universidade de Brasília, 2003.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Tradução: Luis Cláudio de Castro Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NEDER, Ricardo (org.). **A teoria crítica de Andrew Feenberg**: racionalização democrática, poder e tecnologia. Brasília: Observatório do Movimento pela Tecnologia Social na América Latina/CDS/UnB/CAPES, 2010.

NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (Org.). **Pierre Bourdieu**: escritos de educação. 3. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2001.

PAIVA, Jane. **Educação de jovens e adultos: direito, concepções e sentidos**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2005.

PREFEITURA DE GOIÂNIA. **Proposta Político-Pedagógica da educação de adolescentes, jovens e adultos, 2010-2013**. Disponível em: <www.forumeja.org.br/go>. Acesso em: 15 abr. 2014.

REIS, Renato Hilário. **A constituição do sujeito político, epistemológico e amoroso na alfabetização de jovens e adultos**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação, Campinas: Universidade de Campinas, 2000.

_____.; CASTIONI, Remi; TELES, Lúcio (Org.). **Proeja-transiarte: construindo novos sentidos para a educação de jovens e adultos trabalhadores**. Brasília: Verbena, 2012.

SANTAELLA, Lúcia. **Navegar no ciberespaço: o perfil cognitivo do leitor imersivo**. 3. ed. São Paulo: Paulus, 2004.

SILVA, Antonio Braz de Oliveira et al. **Análise de redes sociais como metodologia de apoio para a discussão da interdisciplinaridade na ciência da informação**. Ci. Inf., Brasília, v. 35, n. 1, p. 72-93, jan./abr. 2006.

SILVEIRA, Dimitri Assis. **O Programa DF Alfabetizado/ Brasil Alfabetizado e a Continuidade dos Estudos: dos números à percepção dos sujeitos da EJA**. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Brasília: Universidade de Brasília, 2013.

SOARES, Leôncio José Gomes. **Educação de Jovens e Adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

SORJ, Bernardo. **brasil@povo: a luta contra a desigualdade na sociedade da informação**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.; Brasília: UNESCO, 2003.

TORRES, Carlos Alberto. **A política da educação não-formal na América Latina**. Tradução: Lódio Lourenço de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

TOURAINÉ, Alan. **Na fronteira dos movimentos sociais**. Sociedade e Estado, Brasília, v. 21, n.1, p. 17-28, jan./abr. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a03.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2014

TRIVIÑOS, Augusto N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS/FE. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia**. Goiânia, jun. 2003. Disponível em: <<http://www.fe.ufg.br/pages/42582>>. Acesso em: 16 fev. 2014

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA/FE. **Projeto acadêmico do curso de Pedagogia**. Universidade de Brasília-DF, 2002. Disponível em: <<http://www.fe.unb.br/images/graduacao/PROJETO%20ACADEMICO%20-%20atualizado%20-%20FE%20COM%20ALTERACOES%20ATE%20%2016-12-2010.pdf>>. Acesso em: 27 out. 2013.

_____. **PROJETO CMV/DF, 2011**. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/cr/node/100>>. Acesso em: 5 de dez. 2011.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 2011. Projeto Político Institucional (PPI). Disponível em: <http://www.unb.br/administracao/decanatos/deg/downloads/coord_ped/PPPI%20UnB.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2014.

VENTURA, Jaqueline P. **Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores no Brasil**: revendo alguns marcos históricos. Niterói - RJ, [2006]. Disponível em: <<http://www.uff.br/EJA-trabalhadoresrabalhadore/artigo-01.htm>>. Acesso em: 25 jan. 2013

_____. **A trajetória histórica da educação de jovens e adultos trabalhadores**. In: TIBIRIBA Lia; CIAVATTA Maria (Org.). Trabalho e educação de jovens e adultos. Brasília: Líber Livro e Editoras UFF, 2011.

VENTURELLI, Suzete; TELES, Lúcio França. **Introdução à arte digital**. [ca. 2004]. Disponível em: <<http://www.fe.unb.br/docentes/paginas/lucioteles/publicacoes>>. Acesso em: 16 ago. 2011.

VERGARA, Sylvia. C. Começando a definir a metodologia. In_____: **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2005. cap. 4.

VITOR, Elaine Cárceres. **População de 15 anos e mais por faixa etária e nível de escolarização** [mensagem pessoal]. Mensagem recebida por <meirecunh@gmail.com> em 25 jul. de 2014.

ZIM, Aline Stefânia. **Arte, educação e narrativa no PROEJA-Transiarte**: ensaios e fragmentos. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Brasília: Universidade de Brasília, 2010.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro das entrevistas individuais semiestruturadas



Universidade de Brasília
 Faculdade de Educação
 Programa de Pós-Graduação em Educação
 Mestrado em Educação, Tecnologias e Comunicação

PARTE 1: Apresentação da pesquisadora e do trabalho que será desenvolvido.

PARTE 2: Roteiro - Relate um pouco sua história de vida:

1. Qual a sua idade?
2. Qual a sua formação?
3. Qual a sua atividade laboral?
4. Você é trabalhador(a) sindicalizado? Você considera importante um trabalhador ser sindicalizado?
5. Dos 15 aos 29 anos, participou de algum movimento social? Relate sua experiência, caso haja.
6. Participou de algum espaço não escolar no qual houvesse uma atividade de formação política? Se sim, você poderia dizer se essa experiência impactou em sua formação e, caso isso tenha acontecido, de que maneira.
7. Como você entrou no campo da EJA? Foi pela graduação ou já estava inserido(a)?
8. As tecnologias, sobretudo, as da informação e comunicação, estiveram presentes em seu processo formativo? Se sim, de que maneira as tecnologias contribuíram em sua formação? Se não, você acredita que isso lhe prejudicou de alguma forma?
9. Caso as tecnologias tenham sido utilizadas, quais elementos você acredita que facilitaram e os que dificultaram esse processo? Em sua opinião, por que isso aconteceu?
10. Qual a sua concepção de educação política?
11. Você participa de alguma rede social? Como você percebe a mobilização para ações coletivas nas redes sociais?
12. Relate como você chegou ao Fórum de EJA do qual participa, foi pelo segmento universidade ou por outro meio?
13. Você se considera um integrante orgânico deste Fórum? Participa ativamente das práticas de construção coletiva?
14. O Fórum de EJA no qual participa oferece formação política para seus integrantes? Em quais espaços isso acontece e de que maneira?
15. Você considera que o sítio virtual do seu respectivo Fórum e o Portal dos Fóruns de EJA do Brasil sejam espaços que exercitem a construção coletiva? Se sim, de que forma?
16. Em pesquisa anterior, constatou-se que o Portal era visto apenas como um repositório de conteúdos e informações. Você acredita que o Portal possa ser um espaço de formação política? Em sua opinião, quais os facilitadores e os dificultadores para que isso aconteça?

17. O ambiente do Portal contribuiu com a sua educação política? Caso sua resposta seja positiva, relate essa experiência.
18. Dentro da proposta do seu Fórum de EJA, em sua opinião, de que maneira o segmento universidade pode contribuir para que o sítio virtual do seu Fórum e o Portal dos Fóruns de EJA do Brasil possam estar a serviço dos movimentos sociais?
19. Em sua percepção, quais as práticas e as estratégias para tornar o sítio virtual do seu Fórum e o Portal dos Fóruns de EJA em espaços formativos?
20. Quais os desafios da articulação entre a educação política que ocorre no espaço presencial e a que ocorre no ambiente virtual?
21. Para finalizar, tem mais alguma observação a fazer sobre o tema?

Apêndice B – Itens do Roteiro das entrevistas que compõem as cinco categorias de análise

Quadro 1: Cinco categorias de análise a partir dos vinte itens de perguntas do roteiro das entrevistas

CATEGORIAS	ITENS
1. Sujeitos	1 Qual a sua idade? 2 Qual a sua formação? 3 Qual a sua atividade laboral? 4 Você é trabalhador(a) sindicalizado? Você considera importante um trabalhador ser sindicalizado?
2. Presencial	5. Dos 15 aos 29 anos, participou de algum movimento social? Relate sua experiência, caso haja. 7. Como você entrou no campo da EJA? Foi pela graduação ou você já estava inserido(a)? 12. Relate como você chegou ao Fórum de EJA do qual participa, foi pelo segmento universidade ou por outro meio? 13. Você se considera um integrante orgânico deste Fórum? Participa ativamente das práticas de construção coletiva deste Fórum?
3. Práticas de Educação Política	6. Participou de algum espaço não escolar no qual houvesse uma atividade de formação política? Se sim, você poderia dizer se essa experiência impactou em sua formação e, caso isso tenha acontecido, de que maneira. 10. Qual a sua concepção de educação política? 14. O Fórum de EJA no qual participa oferece formação política aos seus integrantes? Em quais espaços isso acontece e de que maneira? 17. O ambiente do Portal contribuiu para sua educação política? Caso sua resposta seja positiva, relate essa experiência.
4. Virtual	8. As tecnologias, sobretudo, as da informação e comunicação, estiveram presentes em seu processo formativo? Se sim, de que maneira as tecnologias contribuíram com sua formação? Se não, você acredita que isso lhe prejudicou de alguma forma? 9. Caso as tecnologias tenham sido utilizadas, quais elementos você acredita que facilitaram e os que dificultaram esse processo? Em sua opinião, por que isso aconteceu? 11. Você participa de alguma rede social? Como você percebe a mobilização para ações coletivas nas redes sociais? 15. Você considera que o sítio virtual do seu respectivo Fórum e o Portal dos Fóruns de EJA do Brasil sejam espaços que exercitem a construção coletiva, assim como na proposta dos Fóruns de EJA? Se sim, de que forma isso acontece?
5. Desafios	16. Em pesquisa anterior, constatou-se que o Portal era visto apenas como um repositório de conteúdos e informações. Você acredita que o Portal possa ser um espaço de formação política? Em sua opinião, quais os facilitadores e os dificultadores para que isso aconteça? 18. Dentro da proposta do seu Fórum de EJA, em sua opinião, de que maneira o segmento universidade pode contribuir para que o sítio virtual do seu Fórum e o Portal dos Fóruns de EJA do Brasil possam estar a serviço dos movimentos sociais? 19. Em sua percepção, quais as práticas e as estratégias para tornar o sítio virtual do seu Fórum e o Portal dos Fóruns de EJA em espaços formativos? 20. Quais os desafios da articulação entre a educação política que ocorre no espaço presencial e a que ocorre no ambiente virtual?

Apêndice C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Universidade de Brasília
Faculdade de Educação

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título do Projeto: Mestrado em Educação, Tecnologias e Comunicação do Programa de Pós-Graduação (PPGE) da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB)

Pesquisador Responsável: **MEIRE CRISTINA CUNHA**

Orientador Responsável: Prof. Dr. Carlos Alberto Lopes de Sousa

Instituição a que pertence o Pesquisador Responsável: Faculdade de Educação da UnB

Telefones para contato: (61) [REDACTED] (Prof. Carlos) E-mail: carloslopes@unb.br; (61) [REDACTED] (Meire) E-mail: meirecunh@gmail.com

Nome do(a) entrevistado(a): _____

R.G. _____

O(A) Sr(a) está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “*Educação política e TIC nos Fóruns de EJA do Brasil: práticas e desafios nos casos do Distrito Federal e de Goiás*”, de responsabilidade da pesquisadora Meire Cristina Cunha e seu orientador Prof. Dr. Carlos Alberto Lopes de Sousa. Tendo como finalidade coletar dados para a pesquisa de mestrado.

O(A) Sr(a) tem liberdade de se recusar a participar e ainda se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo. Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do telefone do pesquisador do projeto acima.

A participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua dignidade. Todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente o pesquisador e a orientador terão conhecimento dos dados.

Ao participar desta pesquisa o(a) Sr(a) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, esperamos que este estudo traga informações importantes sobre o tema estudado. A pesquisadora se compromete a divulgar os resultados obtidos. As informações fornecidas por você serão utilizadas somente para fins de pesquisa e outros trabalhos acadêmicos, inclusive em co-autoria ou por outros pesquisadores interessados na temática, garantindo o anonimato do(a) entrevistado(a).

O(A) Sr(a) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

Eu, _____, declaro ter sido informada e concordo em participar, como voluntária, da pesquisa acima descrita.

Brasília(Goiânia), ____ de _____ de _____
